



2



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

(Mandato 2004-2007)

ÍNDICE

3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	1. O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL 3
15	1.1. A evolução da situação a nível internacional.....3
16	1.2. As transformações da UE5
17	1.3. A situação nacional.....7
18	1.3.1. O Governo PSD-CDS/PP7
19	1.3.2. O Governo PS7
20	1.4. A evolução da situação económica e social em Portugal8
21	1.5. A intervenção Sindical e a Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras..... 10
22	2. A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL 12
23	2.1. O Desenvolvimento Económico 12
24	2.2. Os Serviços Públicos e a Administração Pública 12
25	2.3. O Desenvolvimento Regional..... 13
26	2.4. O Desenvolvimento Sustentável 15
27	2.4.1. O Meio-Ambiente 15
28	2.4.2. A Economia Social e o “Consumidor” 15
29	3. O TRABALHO E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES 16
30	3.1. O Direito do Trabalho, o Quadro Jurídico-laboral e a Efectividade dos Direitos.... 16
31	3.2. O Emprego 17
32	3.3. Os Salários..... 19
33	3.4. A Formação e a Qualificação Profissional 21
34	3.5. Igualdade e Combate às Discriminações 24
35	3.6. A Igualdade entre Mulheres e Homens 25
36	3.7. O Ambiente de Trabalho e a Saúde Laboral..... 29
37	4. A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA E O SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO . 32
38	4.1. A contratação colectiva 32
39	4.2. A actividade do CES e a participação institucional 34
40	4.2.1. A actividade do CES e a concertação social 34
41	4.2.2. A participação institucional..... 36
42	4.3. A negociação colectiva europeia..... 36
43	4.4. Os Conselhos de Empresa Europeus 37
44	4.5. A Acção Sindical Transfronteiriça..... 37
45	5. AS POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA FISCAL 38
46	5.1. Políticas Sociais..... 38
47	5.2. Política Fiscal..... 52
48	5.3. O Sistema de Justiça 52
49	5.4. Cultura, Desporto e Tempos Livres 53
50	
51	
52	

1	6. A ACTIVIDADE INTERNACIONAL	55
2	6.1. Confederação Europeia de Sindicatos (CES).....	55
3	6.2. Restante Movimento Sindical Europeu.....	56
4	6.3. Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP)	56
5	6.4. África	56
6	6.5. Espaço Euro-Mediterrânico (EUROMED)	56
7	6.6. Espaço Latino-Americano.....	57
8	6.7. Outros Espaços Sindicais.....	57
9	6.8. Movimento Sindical Mundial	57
10	6.9. Paz, Cooperação e Solidariedade Internacional.....	57
11	6.10. Globalização e Movimentos Sociais.....	58
12	6.11. Actividades Comunitárias.....	58
13	6.12. Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	59
14	7. AS MIGRAÇÕES.....	59
15	7.1. Imigração.....	59
16	7.2. Emigração.....	60
17	8. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E OS QUADROS.....	60
18	8.1. A Organização de Base	60
19	8.1.1. Sindicalização	61
20	8.1.2. Delegados Sindicais	62
21	8.1.3. Representantes para a SHST	62
22	8.1.4. Comissões de Trabalhadores.....	64
23	8.2. Eleições Sindicais.....	64
24	8.3. A Estrutura e a Reestruturação Sindical.....	64
25	8.3.1. Sindicatos	64
26	8.3.2. Uniões de Sindicatos	67
27	8.3.3. Federações de Sindicatos.....	67
28	8.4. As Organizações Específicas.....	68
29	8.4.1. Interjovem/CGTP-IN.....	68
30	8.4.2. Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens/CGTP-IN	69
31	8.4.3. Inter-Reformados	71
32	8.5. A Gestão Financeira e os Contratos Programa.....	77
33	9. A FORMAÇÃO SINDICAL	78
34	9.1. Apoio à estrutura	79
35	9.2. Desenvolvimento do Sistema de Formação.....	81
36	9.3. Formação Pedagógica de Formadores.....	82
37	9.4. Instrumentos pedagógicos inovadores.....	82
38	9.5. Cooperação internacional.....	84
39	10. A INFORMAÇÃO E PROPAGANDA SINDICAIS.....	84
40	11. A COMUNICAÇÃO SOCIAL E AS RELAÇÕES PÚBLICAS.....	86
41	12. OS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E O CUMPRIMENTO DO MANDATO.....	87
42	12.1. Plenário de Sindicatos	87
43	12.2. Conselho Fiscalizador.....	88
44	12.3. Conselho Nacional.....	88
45	12.4. Secretariado do Conselho Nacional.....	89
46	12.5. Comissão Executiva do Conselho Nacional.....	89
47	12.5.1. Secretário-Geral	91
48	12.6. Apreciação geral.....	91
49		
50		

1. O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL

1.1. A evolução da situação a nível internacional

No plano internacional este período (2004 a início de 2008) foi marcado pela insegurança, pelo prosseguimento da globalização capitalista, pelo aumento das desigualdades, pelos riscos globais (com destaque para o problema do aquecimento global) e por uma maior resistência dos povos e dos trabalhadores a estes processos.

A insegurança no mundo agravou-se em resultado das políticas agressivas e belicistas que imperam no mundo sob a condução da Administração americana e a que a reeleição de Bush (2004), veio dar novo alento. Os interesses económicos, políticos e geo-estratégicos das potências capitalistas conduziram a conflitos armados em diversas regiões do mundo, à persistência de outros – Palestina, Sahára Ocidental –, à desenfreada corrida aos armamentos, à proliferação de armas nucleares e ao incremento de actos terroristas. Neste contexto são de destacar: a explosiva situação no Médio Oriente com realce para a vitória do Hamas (2006) e a agressão de Israel ao Líbano (2006); o aumento da violência no Iraque, em resultado da ocupação militar, e no Afeganistão; a ameaça de intervenção americana no Irão; a intervenção da Etiópia na Somália (2006); acções terroristas em vários países. A insegurança e o terrorismo continuaram a servir para fazer regredir nalguns países, como nos EUA, os direitos humanos e o Estado de direito.

A globalização capitalista intensificou-se, prosseguindo a liberalização e expansão do comércio internacional, a expansão do investimento directo estrangeiro e a integração e desregulamentação dos mercados financeiros, tornando os países mais vulneráveis. O desenvolvimento de sistemas mundiais de produção esteve associado ao investimento directo estrangeiro, o qual foi, por sua vez, comandado pelas empresas multinacionais. Estas empresas (78 mil com 780 mil filiais no estrangeiro em 2006, segundo a UNCTAD) representaram 10% do produto mundial e 1/3 do comércio mundial.

A economia mundial expandiu-se a um ritmo superior a 5% ao ano, num contexto de crescente importância dos países em desenvolvimento, sobretudo da China e da Índia, mas também doutros países, incluindo o Brasil. O crescimento foi igualmente forte noutros países e regiões como a Rússia, a América Latina, o Médio Oriente e a África sub-saariana, enquanto nos países desenvolvidos foi fraco. Este constituiu um aspecto fundamental já que envolve os países que representam a larga maioria da humanidade.

O comércio internacional continuou a crescer a um ritmo superior ao do produto. As negociações para um acordo multilateral de comércio (no âmbito do chamado Ciclo de Doha, que deveria ter sido o ciclo do desenvolvimento, sobretudo para os países mais pobres) foram suspensas em meados de 2006 e, até agora, não foi possível chegar a um acordo. Estiveram na mesa de negociação questões muito sensíveis, como a abertura dos mercados nos países desenvolvidos e a salvaguarda dos serviços públicos. Esta situação conduziu ao aumento explosivo dos acordos bilaterais de comércio.

1 O aprofundamento do processo de globalização económica ocorreu num quadro
2 de crise aberta na regulação internacional, a qual afectou especialmente as
3 cimeiras de países desenvolvidos (como o G8) e instituições internacionais na
4 órbita do sistema das Nações Unidas (como o FMI, o Banco Mundial e a OMC) e
5 outras instituições económicas (como a OCDE). Questões como a representação
6 nalgumas instâncias dos países em desenvolvimento, o domínio de instituições
7 internacionais por grandes potências e o ideário programático estiveram na ordem
8 do dia.

9
10 Os riscos ambientais acumularam-se, tendo conduzido a uma situação
11 extremamente complexa e perigosa: mudança climática; crescente extinção das
12 espécies; escassez de água potável; risco de pandemias globais; pesca excessiva;
13 poluição química; insegurança alimentar; catástrofes ambientais. De todos eles foi
14 a mudança climática que mais esteve no centro das atenções. O Relatório *Stern*,
15 publicado na Grã-Bretanha em 2006, e a reunião do Grupo Intergovernamental de
16 peritos sobre a evolução do clima, realizada no início de 2007, vieram demonstrar
17 que a situação era pior que a, até então, pensada. O Protocolo de Quioto entrou
18 em vigor em 2005, mas os EUA recusaram a sua ratificação. As negociações com
19 vista a um novo acordo até final de 2009 iniciaram-se em Dezembro de 2007, não
20 se tendo conseguido qualquer avanço significativo em relação ao anterior.

21
22 A pobreza e as desigualdades entre países e no interior destes aumentaram. Um
23 estudo das Nações Unidas (2006) mostrou que 2% dos adultos possui mais de
24 metade da riqueza das famílias. Um documento da OIT (2207) salientou que o
25 rendimento por pessoa nos 20 países mais desenvolvidos eram 112 vezes mais
26 elevados do que os 20 países mais pobres, indicador que era de 49 vezes no início
27 da década de 60. Destacou-se, pelo seu dramatismo, a situação na África
28 subsaariana: guerras e conflitos em vários países, pobreza, elevada incidência da
29 SIDA, etc. Os progressos alcançados no período na aplicação da Declaração do
30 Milénio foram limitados.

31
32 A natureza da globalização em curso, a emergência dos países em
33 desenvolvimento e a estratégia das empresas multinacionais conduziram a uma
34 redistribuição do trabalho à escala do mundo, tendo impulsionado a
35 subcontratação à escala internacional e a deslocalização de empresas, factores
36 que enfraqueceram os sindicatos, colocando-lhes novos desafios.

37
38 Este período foi caracterizado por respostas de resistência e luta por parte dos
39 trabalhadores e dos povos. Resistência a invasões, ocupações, chantagens e
40 bloqueios, mas também resistência política, social e sindical que se traduziu em
41 inúmeras acções sindicais e populares com manifestações, lutas e greves, um
42 pouco por todo o mundo. Na América Latina foi significativo o avanço, no plano
43 eleitoral, de forças democráticas e anti-imperialistas, resultante de processos de
44 ampla participação popular e unitária, começando a esboçar-se assim uma nova
45 correlação de forças, com reflexos imediatos na região, mas também com
46 impactos a nível mais global. Os países em desenvolvimento ganharam peso
47 político, particularmente nas negociações no âmbito da OMC. Registaram-se
48 progressos na criação de uma maior consciência em relação a problemas globais,
49 com destaque para o ambiente, e com vista a criar alternativas ao neoliberalismo
50 que acompanha a globalização em curso. Os sindicatos intensificaram a sua
51 actuação à escala internacional e alcançaram um número crescente de acordos
52 que obrigaram as empresas multinacionais a cumprirem normas mínimas de

1 trabalho. No plano da OIT, prosseguiram iniciativas importantes, das quais se
2 destacam a Agenda do Trabalho Digno e Declaração relativa aos Princípios e
3 Direitos Fundamentais no Trabalho, e foram lançadas outras como a de uma
4 Protecção Social para Todos.

5
6 A conjuntura económica vivida no início de 2008 é perigosa pois não estão
7 afastados os riscos de uma recessão nos EUA em resultado da crise do crédito
8 imobiliário, iniciada no Verão de 2008, e que provocou já um abrandamento no
9 crescimento noutras regiões, como na UE.

10 11 **1.2. As transformações da UE**

12
13 A União Europeia teve grandes transformações neste período, das quais se
14 destacaram o seu grande alargamento e todo o processo de aprovação de um
15 novo Tratado, o qual se não encontra ainda concluído.

16
17 A partir de Maio de 2004, a UE passou de 15 para 25 países, alargamento que
18 prosseguiu em 2007 com a entrada da Roménia e da Bulgária. Novos
19 alargamentos, incluindo o da Turquia, estiveram no centro do debate político. Os
20 alargamentos verificados modificaram profundamente a UE, reforçando-se a
21 tendência para dar primazia ao económico e à competitividade. Os novos Estados-
22 membros da Europa Central e Oriental tornaram-se nos paraísos do neoliberalismo
23 com uma legislação de trabalho liberalizada; uma segurança social parcialmente
24 privatizada nalguns países; uma negociação colectiva enfraquecida; e com a
25 substituição nalguns países de sistemas de impostos progressivos sobre o
26 rendimento por impostos de taxa fixa. A repercussão em Portugal foi igualmente
27 profunda, contribuindo para aumentar perdas de competitividade da nossa
28 economia, registadas em 2005 e 2006.

29
30 O alargamento reforçou a necessidade de revisão dos tratados comunitários. Em
31 2004, o Conselho Europeu aprovou uma Constituição para a Europa, a qual veio a
32 ser rejeitada em 2005 nos referendos realizados na França e na Alemanha,
33 abrindo-se uma crise sem precedentes, a qual não foi ainda superada. Na
34 verdade, este processo de revisão evidenciou existirem profundas divergências
35 nos vários países sobre a natureza e modo de realização da actual fase de
36 aprofundamento da integração nos seus diferentes níveis. Estas divergências
37 exprimiram descontentamentos reais, que se fundaram na percepção de que a
38 construção europeia esteve divorciada de interesses essenciais dos cidadãos. Em
39 2007, a presidência alemã impulsionou a procura de uma solução alternativa em
40 que a roupagem constitucionalista do Tratado foi formalmente abandonada. A
41 declaração de Berlim e o acordo no Conselho Europeu de Junho abriram o
42 caminho para que fosse aprovado um novo Tratado, durante a presidência
43 portuguesa. Este manteve a larga maioria dos conteúdos da “Constituição”
44 abortada. A motivação essencial foi a adopção de um texto fornecedor de um alibi
45 para a sua não aprovação por referendo nos vários países, mas este processo não
46 foi ainda encerrado.

47
48 No domínio político, a Europa tingiu-se com cores mais de direita com uma
49 Comissão Europeia presidida por Durão Barroso (2004); com um maior peso das
50 forças conservadoras nas eleições realizadas para o Parlamento Europeu (2004);
51 com o resultado de eleições em países com maior influência nas políticas
52 comunitárias, como na Holanda (2006) e França (2007).

1
2 No plano económico, destacaram-se os aspectos relacionados com o
3 relançamento da Estratégia de Lisboa; a revisão do Pacto de Estabilidade e
4 Crescimento; a aprovação das Perspectivas Orçamentais para 2007 – 2013; a
5 liberalização de serviços públicos. A Estratégia de Lisboa foi revista (2004-2005)
6 dados os seus fracos resultados em termos económicos e a incapacidade de
7 cumprir algumas promessas. Porém, foi dada prioridade à vertente liberalizadora e
8 a revisão efectuada privilegiou os aspectos económicos em detrimento dos sociais
9 e ambientais. Foi também reforçada a coordenação das políticas económicas e
10 sociais, através de directrizes europeias articuladas com os planos nacionais de
11 reforma (2005), os quais passaram a abranger a Estratégia Europeia de Emprego.
12 O Programa de Estabilidade e de Crescimento foi revisto em 2005, tornando-se
13 mais flexível, ainda que mantendo as suas características essenciais, como a
14 limitação estrita do défice público. O debate das Perspectivas Orçamentais para
15 2007 – 2013 arrastou-se vários anos, tendo-se chegado a um acordo no final de
16 2005, o qual foi julgado insuficiente face às necessidades, particularmente as que
17 resultaram dos alargamentos verificados. Prosseguiu a política de liberalização de
18 serviços públicos, a qual tinha sido impulsionada a partir do lançamento da
19 Estratégia de Lisboa. O risco dos serviços públicos serem sacrificados em relação
20 às políticas do “mercado único” e da concorrência dominaram o debate político em
21 conjugação com a revisão do Tratado. Estes desenvolvimentos verificaram-se num
22 contexto, quer de reforço, quer de alargamento das políticas europeias, sendo aqui
23 de destacar a política energética (2007).

24
25 No domínio social, destacaram-se: a aprovação da directiva dos serviços; a
26 revisão da Estratégia Europeia de Emprego; a flexisegurança; as reestruturações e
27 as deslocalizações de empresas; a revisão da directiva sobre o tempo de trabalho.
28 A directiva dos serviços foi demonstrativa do carácter liberal da construção
29 europeia. A directiva aprovada (2006), ainda que represente um recuo face ao
30 projecto inicial, em resultado do debate, das resistências e das lutas travadas,
31 mantém várias ambiguidades e contradições. Na sequência da avaliação da
32 Estratégia Europeia de Emprego procedeu-se à sua revisão, passando a ser
33 integrada nas orientações de política económica e mantendo as suas
34 características essenciais. Os anos de 2006 e 2007 foram dominados pelo debate
35 em torno da flexisegurança e do direito ao trabalho. As iniciativas empreendidas
36 vieram a culminar na aprovação de princípios comuns de flexigurança (Dezembro
37 de 2006), sendo a sua motivação essencial o enfraquecimento do princípio da
38 segurança no emprego. Os processos de reestruturação e de deslocalização de
39 empresas acentuaram-se, num contexto de intensificação da concorrência
40 internacional e de alargamento da UE. A melhoria da directiva dos Conselhos
41 Europeus de Empresa poderia ser uma forma de tornar estes processos menos
42 desequilibrados, mas a União Europeia recusou-se a fazê-lo. Também não se
43 chegou a um acordo na revisão da directiva sobre o tempo de trabalho, existindo
44 sérios riscos no sentido de uma maior flexibilização dos horários de trabalho, bem
45 como na regulação do trabalho temporário (2006 e 2007).

46
47 A CGTP-IN teve uma participação activa nestes vários processos, nas suas
48 diferentes formas (reuniões, debates, mobilização dos trabalhadores). No âmbito
49 das eleições para o Parlamento Europeu (2004) dirigiu uma carta aos candidatos
50 portugueses, exprimindo a sua posição acerca da construção europeia. Participou
51 na mobilização dos trabalhadores contra a liberalização dos serviços e associou-se
52 à manifestação europeia de Estrasburgo (2006) e à manifestação europeia por

1 uma Europa mais social (2004). A CGTP-IN teve uma intervenção mais intensa no
2 âmbito da Presidência portuguesa da UE (2º semestre de 2007), tendo promovido
3 grandes manifestações em que se destacou o combate à flexisegurança e a
4 defesa da segurança no emprego (2007).

6 **1.3. A situação nacional**

7 *1.3.1. O Governo PSD-CDS/PP*

8
9 O ano de 2004 foi marcado pela instabilidade política decorrente da crise
10 governativa aberta com a perda de apoio eleitoral do Governo e a aceitação de
11 Durão Barroso do cargo de Presidente da Comissão Europeia, no final de Junho. A
12 9 de Julho, o Presidente da República, numa decisão altamente controversa,
13 indigitou Santana Lopes para Primeiro-Ministro, mantendo assim a coligação
14 governamental PSD/CDS-PP. A constituição de um novo Governo, sem apoio
15 social e num quadro de divisões internas do PSD, veio agravar a crise. Este
16 contexto foi reforçado com a contestação a medidas controversas tomadas, o que
17 conduziu a que o Presidente da República dissolvesse a Assembleia da República,
18 em 10 de Dezembro, e convocasse eleições legislativas para 20 de Fevereiro de
19 2005. Em suma, pode-se concluir que as políticas prosseguidas pelos governos
20 PSD-CDS/PP agudizaram a instabilidade política, aprofundaram os problemas
21 económicos e sociais e aumentaram a desconfiança dos portugueses nas
22 instituições e a sua descrença na capacidade de resolução dos problemas
23 nacionais.

24
25 A evolução da situação política ficou também assinalada por alguns
26 acontecimentos de grande significado e de impacto na vida do País: a revisão
27 extraordinária da Constituição da República Portuguesa, em 23 de Abril, produzida
28 de forma obscura e sem um efectivo debate político, que consagrou a supremacia
29 das normas da União Europeia face ao direito interno e à Constituição; as eleições
30 para o Parlamento Europeu, em 14 de Junho; as eleições para as assembleias
31 legislativas na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira.

32 *1.3.2. O Governo PS*

33
34 O período de Março de 2005 a Janeiro de 2007 correspondeu ao Governo do PS,
35 chefiado por José Sócrates, o qual foi formado na sequência da vitória alcançada
36 pelo Partido Socialista, com maioria absoluta, nas eleições legislativas de 20 de
37 Fevereiro.

38
39 O clima de esperança e as legítimas expectativas que resultaram de umas eleições
40 que evidenciaram uma clara condenação das políticas de direita seguidas pelos
41 anteriores governos do PSD, e para a qual a CGTP-IN deu um forte contributo com
42 a denúncia e o combate que desenvolveu contra elas, acabaram por ficar
43 claramente frustradas face às medidas tomadas pelo Governo que, no essencial,
44 não só não corresponderam às promessas feitas, como levaram a que a resolução
45 dos principais problemas do país continuasse adiada.

46
47 Este clima de expectativas frustradas foi adensado com o resultado das eleições
48 para a Presidência da República (22 de Janeiro de 2006), ganhas por Cavaco
49 Silva, iniciando-se uma coabitação, assumida em termos de “cooperação
50 estratégica”, entre este órgão de poder e o Governo, cujas expressões mais

1 visíveis foram o “Pacto para a Justiça”, o envolvimento na Lei de Bases da
2 Segurança Social no sentido de viabilizar no texto final as posições da direita, e a
3 credibilização recíproca das respectivas actuações políticas.
4

5 Foram prosseguidas políticas económicas e sociais do Governo que, nalguns
6 aspectos, aprofundaram mesmo medidas tomadas pelos Governos de direita; que
7 subordinaram o social ao económico; que reduziram o défice orçamental à custa
8 da redução do investimento público, de uma diminuição violenta dos salários reais
9 na Administração Pública e da reestruturação do Estado e dos serviços públicos;
10 que mantiveram, ou agravaram mesmo, o Código de Trabalho nos seus aspectos
11 mais gravosos, como as relativas à contratação colectiva, particularmente a
12 manutenção do regime de caducidade das convenções colectivas e a subversão
13 do princípio do tratamento mais favorável; que enfraqueceram a segurança social;
14 que visaram a liberalização e da redução do papel do Estado. Algumas das
15 medidas positivas tomadas, como a actualização do salário mínimo e uma maior
16 atenção à evasão fiscal e contributiva, não infirmam, por si sós, este panorama
17 global.
18

19 São ainda de destacar: a reforma do Código de Trabalho, iniciada em Junho de
20 2007 com o Livro Verde das Relações Laborais; a aprovação pela Assembleia da
21 República (Junho de 2005) da 7ª revisão da Constituição com vista a possibilitar o
22 referendo sobre tratados europeus; a vitória do Sim no referendo sobre o aborto
23 (Fevereiro de 2007).
24

25 O claro aumento da contestação social às políticas do Governo, na qual a CGTP-
26 IN teve um papel essencial, acentuou-se a partir da realização da grande
27 manifestação nacional de 12 de Outubro de 2006 que juntou mais de 100 mil
28 trabalhadores
29

30 **1.4. A evolução da situação económica e social em Portugal**

31

32 O período de 2004 ao fim de 2007 foi caracterizado por um fraco crescimento
33 económico e pela divergência em relação à média europeia. O crescimento médio
34 foi de 1,3% face a 2,6%, isto é o dobro, na UE. Por sua vez, as estatísticas de
35 comércio internacional indicaram um défice da balança de mercadorias acima dos
36 10% entre 2004 e 2006. Esta evolução exprimiu o frágil tecido económico do país
37 num contexto internacional complexo em que se realçaram: a maior concorrência
38 internacional, o alargamento da UE, o fim do Acordo Multifibras, o aumento do
39 preço do petróleo e a valorização do euro.
40

41 A política económica seguida não favoreceu o crescimento e o emprego. Os
42 principais instrumentos de política económica adoptados (Programa Nacional de
43 Acção para o Crescimento e o Emprego, o qual integra Plano Tecnológico, o Plano
44 Nacional de Emprego, o Programa de Estabilidade e de Crescimento) foram
45 integrados numa visão em que a redução do défice público foi a principal
46 preocupação. Foi dada maior atenção ao problema da qualificação, sendo lançado
47 o Programa Novas Oportunidades, o que constituiu um dado positivo. Mas as
48 restrições financeiras incidiram igualmente sobre a educação, a formação e as
49 políticas de emprego. O mesmo aconteceu com o investimento público, num
50 contexto em que o investimento privado também declinou. A polémica em torno de
51 grandes investimentos em infra-estruturas teve grande impacto na opinião pública,
52 com destaque para os processos do novo aeroporto de Lisboa e do TGV, embora

1 sobre eles não se desenvolvesse uma efectiva discussão pública. Em síntese, não
2 houve progressos significativos em áreas-chave como a melhoria da produtividade,
3 o reforço da qualificação dos trabalhadores, a política de investigação e de
4 desenvolvimento e a inovação.

5
6 A obsessão orçamental conduziu a políticas restritivas com fortes impactos no
7 investimento público, nas políticas sociais (particularmente na segurança social e
8 na saúde), e na Administração Pública. Estas políticas exerceram-se num contexto
9 de “redução do peso do Estado na economia”, que o Governo considerou ser uma
10 linha de força da consolidação orçamental, e no âmbito dos Programas de
11 Estabilidade e de Crescimento. Os trabalhadores da Administração Pública foram
12 particularmente atingidos.

13
14 Outra componente essencial da redução da despesa pública abrangeu a política
15 de protecção social, particularmente a segurança social e a saúde. A reforma da
16 segurança social (2006) foi dominada pela introdução do factor de sustentabilidade
17 no cálculo das pensões (o qual terá consequências na diminuição da relação entre
18 o valor das pensões e o dos salários), pela modificação das regras de transição do
19 cálculo das pensões para ter em conta toda a vida contributiva e pelo novo regime
20 de indexação e de actualização das pensões. Na saúde, foram tomadas diversas
21 medidas de contenção de despesa, desde o aumento das taxas moderadoras, à
22 redução das comparticipações nos medicamentos e ao encerramento de serviços
23 de saúde.

24
25 Registou-se uma profunda deterioração do mercado de emprego. A taxa de
26 desemprego passou de 6,3% em 2003 para 7,9% no 3º trimestre de 2007 e o
27 desemprego de longa duração subiu igualmente. O emprego teve um pequeno
28 aumento, que foi obtido através do forte aumento da precariedade. Os contratos
29 não permanentes aproximaram-se dos 900 mil no 3º trimestre de 2007 face a 769
30 mil em 2003. As deslocalizações de empresas, e noutros casos a ameaça de
31 deslocalizações como instrumento de coacção dos trabalhadores, aliado a
32 processos de reestruturação, tiveram grande impacto ao longo de todo o período.

33
34 Os salários tiveram aumentos muito limitados. No sector privado, registou-se uma
35 pequena melhoria. O poder de compra dos salários contratuais teve, no período,
36 um crescimento médio anual de 0,2%, inferior ao valor previsto para a
37 produtividade (1% ao ano). Na Administração Pública, verificou-se uma forte
38 redução (de 1% ao ano) do poder de compra dos salários devido à política de
39 contenção da despesa pública. O salário mínimo nacional teve uma evolução
40 diferenciada. Estagnou em termos reais entre 2004 e 2006. Em 2007 e 2008 teve
41 aumentos reais significativos (2,1% no primeiro ano e mais de 3% em 2008 tendo
42 em conta a inflação prevista), em resultado de um acordo de concertação social,
43 subscrito no final de 2006, que previu a fixação do seu valor em 500 euros em
44 2011.

45
46 Os rendimentos das famílias foram afectados pelo aumento das taxas de juro,
47 verificado a partir de 2006 e acentuado durante 2007, o qual teve uma forte
48 repercussão devido ao elevado nível de endividamento das famílias.

1.5. A intervenção Sindical e a Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras

No quadro profundamente adverso, quer em termos nacionais, quer internacionais, em que decorreu o mandato conferido ao Conselho Nacional pelo 10º Congresso, a CGTP-IN desenvolveu uma intensa e profícua intervenção sindical em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, afirmando o sindicalismo como um dos pilares essenciais da nossa democracia política.

Fiel às suas raízes históricas, a CGTP-IN concretizou um projecto sindical radicado numa postura simultaneamente reivindicativa e proponente, assente numa acção regular e participada, a partir dos locais de trabalho, e numa intervenção responsável e responsabilizadora, a nível do aparelho de Estado, das instituições e, em particular em sede de concertação social, bem como no quadro dos organismos de participação sindical de âmbito nacional ou comunitário, visando servir os interesses dos trabalhadores e potenciar a sua capacidade reivindicativa.

Afirmando a independência e autonomia que são apanágio de um verdadeiro movimento sindical, a CGTP-IN mostrou ser uma força social profundamente empenhada e conseqüente na luta pelo progresso social e no desenvolvimento do país.

Em cada situação concreta que se deparou no decurso do mandato, a CGTP-IN soube agir, organizar, reivindicar, propor, negociar, resistir e lutar, nas empresas, nos sectores e regiões, e a nível nacional, na base nos seus princípios e objectivos programáticos, unindo vontades e forças, construindo solidariedades, dinamizando a acção colectiva dos trabalhadores, dando, assim, expressão concreta aos mais legítimos anseios e aspirações dos trabalhadores.

Esses mesmos pressupostos orientaram a acção da CGTP-IN a nível das relações internacionais, aberta à cooperação com todas as correntes sindicais, e, particularmente, no quadro das actividades da Confederação Europeia de Sindicatos, plano em que teve uma participação empenhada na acção e no reforço da solidariedade internacionalista.

Assinala-se, também, o importante contributo dado pelo conjunto de debates temáticos, promovidos no mandato, contando alguns deles com a participação de personalidades e especialistas de reconhecida competência nas matérias tratadas, que permitiram valiosas reflexões das quais se retiraram úteis orientações para a acção sindical.

Num contexto em que se agudizou o conflito entre o trabalho e o capital e o confronto com as políticas governamentais, a CGTP-IN centrou a sua acção particularmente em torno da defesa dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e do direito de contratação colectiva, no combate às normas lesivas do Código do Trabalho e às ameaças que se colocam com a sua revisão, contra o desemprego e a precariedade, pelo direito à formação e valorização profissional, contra o aumento do custo de vida e pela melhoria dos salários, pela igualdade no trabalho, contra a subversão do papel do Estado e os ataques à Administração Pública, contra a fraude e a evasão fiscais, pela defesa da segurança social pública e a melhoria das pensões e prestações sociais, por um Serviço Nacional de Saúde de qualidade e contra a onda privatizadora e mercantilista da saúde, por

1 um sistema de ensino público universal e qualificado mas, também, em defesa do
2 livre exercício da actividade sindical.

3
4 No decurso do mandato verificou-se algum enfraquecimento do poder
5 reivindicativo dos sindicatos e a da sua própria capacidade organizativa,
6 comprovadamente não por perda do seu prestígio e influência junto dos
7 trabalhadores mas antes por factores ligados à crescente precariedade e
8 desregulamentação laboral, a mudanças profundas na organização e formas de
9 prestação do trabalho, à destruição de parcelas significativas do aparelho
10 produtivo com o encerramento e ou deslocalização de muitas empresas, ao
11 desmantelamento de serviços públicos, bem como à subversão dos valores da
12 solidariedade e ao predomínio de dinâmicas de individualismo. Esta situação
13 colocou na ordem do dia a necessidade do reforço da organização e da acção de
14 base.

15
16 Pese embora esses factores adversos, registaram-se muitos resultados positivos
17 que o presente Relatório descreve, de forma bem elucidativa, nomeadamente nas
18 áreas da contratação colectiva e acção reivindicativa nas empresas, no combate
19 ao desemprego e à precariedade do trabalho, na luta pela igualdade e da
20 formação profissional, nas áreas sociais e no plano da intervenção institucional.

21
22 A acção global dos sindicatos, federações e uniões, que constituem o todo da
23 CGTP-IN, a que acrescem as acções promovidas a nível central, revelam um
24 quadro de extraordinária dimensão de intervenção sindical que, entre as acções
25 reivindicativas e greves, nas empresas, nos sectores e no plano nacional, e as
26 movimentações de massas a nível regional e nacional, mobilizaram alguns milhões
27 de trabalhadores e significativas camadas da população.

28
29 Disso são exemplos particularmente expressivos: as comemorações do 1º de Maio
30 realizadas a nível nacional que constituíram impressionantes manifestações de
31 afirmação da vontade dos trabalhadores e das populações; a Greve Geral de 30
32 de Maio de 2007, em que estiveram envolvidos mais de 1 milhão e 400 mil
33 trabalhadores, visando um conjunto de objectivos reivindicativos com destaque na
34 defesa do emprego com direitos e contra a flexigurança; o protesto geral de 12 de
35 Outubro de 2006 em Lisboa com mais de 100 mil participantes que exigiram a
36 mudança de políticas e as manifestações que tiveram lugar em 21 cidades do
37 continente e ilhas em 25 de Novembro do mesmo ano; a “Acção Nacional de Luta
38 Convergente – Juntos pela Mudança de Políticas” de 2 de Março de 2007 que
39 reuniu em Lisboa cerca de 150 mil participantes; a manifestação realizada em
40 Guimarães em 5 de Julho de 2007 sob o lema “Emprego com Direitos – Europa
41 Social” que reuniu mais de 30 mil participantes; a mega manifestação de 18 de
42 Outubro de 2007, em Lisboa, por ocasião da Cimeira de Lisboa, realizada sob o
43 lema “Por uma Europa Social – Emprego com Direitos” com mais de 200 mil
44 participantes.

45
46 A acção desenvolvida pela CGTP-IN demonstrou, mais uma vez, a importância do
47 papel do sindicalismo na sociedade e revelou que, entre os que o defendem, e
48 aqueles que o atacam, passa inevitavelmente a linha de demarcação dos que
49 estão com a Democracia ou contra ela.

2. A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

2.1. O Desenvolvimento Económico

Um dos vectores fundamentais da intervenção da CGTP-IN foi, quer no plano institucional quer na luta de massas e no plano da opinião pública, a condenação do modelo de crescimento económico baseado em mão-de-obra barata, precária e pouco qualificada e a exigência de uma nova política económica que responda às necessidades do aparelho produtivo, à sua modernização e à valorização da cadeia de valor dos produtos e serviços.

A CGTP-IN desenvolveu uma política reivindicativa responsável, tendo sempre em conta a compatibilização das reivindicações laborais com as possibilidades económicas e com as exigências do desenvolvimento económico do país. Foram definidos critérios de natureza objectiva para a melhoria salarial baseados essencialmente na evolução da inflação e da produtividade. Apresentaram-se propostas com efeitos positivos na melhoria da produtividade como sejam a criação e desenvolvimento de empregos de qualidade, a aposta na educação e da formação contínua e o investimento no sistema científico e de inovação. Os documentos de Política Reivindicativa, anualmente aprovados pelo Conselho Nacional, tiveram sempre uma perspectiva ampla em que o desenvolvimento do país e a melhoria das condições de vida e de trabalho se apoiaram mutuamente.

Esta mesma perspectiva caracterizou a tomada de posições públicas pela CGTP-IN e a sua intervenção nos vários domínios. Foi o que aconteceu relativamente à participação no Conselho Económico e Social (CES) onde foram discutidos importantes pareceres sobre o desenvolvimento económico, global e regional, do país. Esses pareceres, particularmente os relativos às Grandes Opções do Plano (GOP), ao Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e à Conta Geral do Estado (CGE), expressaram fortes críticas às posições governamentais e adiantaram recomendações com vista a um desenvolvimento sustentável, articulando as vertentes económicas, sociais e ambientais. De igual modo, a CGTP-IN participou em várias instâncias e órgãos oficiais que têm funções de consulta e acompanhamento de políticas económicas (Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego, QREN, etc.).

A CGTP-IN apresentou propostas e tomou iniciativas dirigidas para a melhoria da qualidade dos empregos, tendo esta repercussão forte no aumento da produtividade. São de destacar: o lançamento do Plano de Acção de Combate à Precariedade do Emprego (2006) e o assumir de 2007 como o Ano do Combate à Precariedade do Emprego; Campanha Nacional para a Efectivação do Direito à Formação Profissional; a exigência do cumprimento de acordos de concertação social, subscritos em 2001, importantes para melhorar a formação e a qualificação e reduzir a sinistralidade laboral; a participação em processos de concertação social respeitantes à formação profissional, ainda que a CGTP-IN não tivesse subscrito o acordo de 2007 por o considerar insuficiente.

2.2. Os Serviços Públicos e a Administração Pública

A defesa dos serviços públicos foi uma preocupação constante da CGTP-IN ao longo do período. A ofensiva liberalizadora não poupou sequer os serviços básicos pelo que foi exercida uma actividade de denúncia junto dos trabalhadores e da opinião pública. A CGTP-IN, em articulação com as estruturas sectoriais e

1 regionais do movimento sindical, desenvolveu iniciativas próprias e participou em
2 iniciativas diversas. A sua intervenção foi sempre orientada pela salvaguarda
3 destes serviços, pela garantia da sua universalidade (o direito de acesso de todos)
4 e pela melhoria da sua qualidade. São de destacar actividades relacionadas com a
5 educação, a saúde, a água e o saneamento. Foi por iniciativa da CGTP-IN que o
6 Conselho Económico e Social agendou e debateu esta temática.

7
8 Os serviços públicos foram inseridos no contexto mais global do papel do Estado,
9 sendo defendido que este podia ter uma função essencial no apoio e dinamização
10 do desenvolvimento, e na eficiência do funcionamento da Administração Pública.
11 Todo este período foi caracterizado pela reforma da Administração Pública
12 efectuada pelo Governo PS, a qual intensificou e, sobretudo, aprofundou as
13 medidas tomadas na vigência do governo PSD/CDS-PP.

14
15 Os trabalhadores da Administração Pública foram particularmente atingidos,
16 nomeadamente através de aumentos salariais inferiores à inflação, do
17 congelamento das carreiras, da alteração das regras de protecção social e de
18 medidas de reorganização dos serviços. São de destacar: a intenção de redução
19 do emprego em 75 mil trabalhadores até ao final da legislatura (2005), o que
20 corresponde a mais de 10% do total; a aprovação da lei da mobilidade (2006) em
21 que uma das principais intenções foi a colocação num quadro de excedentários
22 dos trabalhadores considerados dispensáveis para o serviço em resultado dos
23 processos de extinção, fusão e reestruturação de serviços, assim como de
24 processos de racionalização de efectivos; a aprovação da lei de vínculos, carreiras
25 e remunerações (2007), sendo algumas das suas disposições declaradas
26 inconstitucionais; a alteração das regras de cálculo das pensões (2005); a
27 definição do regime do contrato individual de trabalho (2004) e a aplicação, em
28 regra, a todas as admissões a partir de 2007; a criação de um novo sistema de
29 avaliação envolvendo os serviços, os dirigentes superiores (SIADP) e os
30 funcionários públicos e a sua aplicação em 2008, deixando de existir as
31 progressões automáticas; a criação de um novo sistema de avaliação dos
32 professores; a aprovação do subsídio de desemprego (2007).

33
34 A CGTP-IN, em articulação com as estruturas sindicais da Administração Pública,
35 teve um papel de intervenção constante na defesa de medidas que pudessem
36 conciliar ganhos de eficiência com a salvaguarda das garantias e dos direitos dos
37 trabalhadores.

38 39 **2.3. O Desenvolvimento Regional**

40
41 Ao longo do período, a CGTP-IN desenvolveu uma intensa luta sindical, em
42 múltiplas empresas de vários sectores de actividade e em diversas regiões, pela
43 defesa de postos de trabalho e contra as deslocalizações de empresas, os
44 encerramentos e as falências fraudulentas que têm afectado sobretudo as áreas
45 menos desenvolvidas do território nacional.

46
47 A CGTP-IN assegurou a Presidência da CDROT (Comissão para o
48 Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território e a Vice-Presidência da
49 CEPES (Comissão Especializada para as Políticas Económicas e Sociais), onde
50 por proposta da CGTP-IN, se iniciou o processo de emissão de parecer sobre os
51 serviços públicos - os Serviços de Interesse Geral (SIG), na terminologia europeia
52 -, no âmbito da discussão do Livro Verde sobre os SIG.

1
2 Para além da participação no CES, a CGTP-IN participou em diversas estruturas
3 de carácter tripartido, designadamente no Grupo Técnico do Plano Nacional de
4 Emprego, no Conselho de Administração do IEFP, nos Conselhos Consultivos
5 Regionais do IEFP, no Observatório de Emprego e de Formação Profissional, nos
6 órgãos de acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III).

7
8 No âmbito dos fundos comunitários, as denúncias da CGTP-IN e as exigências
9 para um aproveitamento integral dos fundos comunitários, em particular ao nível
10 da formação, tiveram como resultado que se tenha conseguido alguma
11 recuperação e que praticamente se tenham atingido as metas de realização
12 previstas no QCA III 2000-2006. Também a exigência de maiores níveis de
13 transparência e de eficácia na utilização dos fundos, em termos de modernização
14 da economia e da melhoria das condições de trabalho e de vida dos portugueses
15 se revelou uma constante da intervenção da CGTP-IN, denunciando-se o facto da
16 muito fraca contribuição dos fundos comunitários para a alteração do perfil da
17 nossa economia, assente em baixos salários, em indústrias de fraca intensidade
18 tecnológica e de baixa qualificação do emprego.

19
20 As avaliações efectuadas no âmbito do QCA III, 2000-2006 vieram dar razão a
21 estas preocupações da CGTP-IN. Por exemplo, no Relatório de execução do
22 PRIME refere-se que “a economia nacional evidencia um grave problema de
23 produtividade, não tendo conseguido nos últimos 7 anos e no período de
24 implementação do QCA III inverter uma trajectória de perda de produtividade face
25 à média da União Europeia (em 2002, em paridades do poder de compra, a
26 produtividade expressa em PIB por pessoa empregada era de 71,4% da média da
27 U.E.-25; em 2006 era de apenas 65,6%, baixando cerca de 7 pontos percentuais
28 neste período).

29
30 É significativo que posições desde há muito defendidas pela CGTP-IN como a
31 defesa do princípio geral de cumprimento das leis – laborais, ambientais e outras –
32 tenha sido incluído como critério explícito de acesso aos incentivos nos
33 regulamentos dos Programas Operacionais para o próximo Quadro Comunitário de
34 Apoio (QREN 2007-2013). A batalha que a CGTP-IN tem prosseguido pela
35 valorização da criação de emprego qualificado como critério de atribuição de
36 incentivos continua a ser determinante para que o impacte do QREN na economia
37 e no desenvolvimento económico e social de todo o território nacional se revele
38 mais positivo do que nos anteriores Quadros Comunitários de Apoio.

39
40 A CGTP-IN considerou que a elaboração do Programa Nacional de Política de
41 Ordenamento do Território (PNPOT) constitui um ponto de partida importante para
42 um melhor ordenamento do território, embora existam debilidades ao nível da
43 coordenação de toda a execução e definição das estruturas e responsabilidades
44 inerentes aos vários intervenientes, o que pode pôr em causa a sua
45 implementação. Também não está garantida uma transparente prestação de
46 contas do PNPOT, ao longo do período. As reconhecidas carências e
47 desigualdades existentes no território nacional, em termos de infra-estruturas e
48 equipamentos e serviços colectivos, os indicadores de coesão social deveriam
49 merecer uma especial atenção na monitorização e avaliação do PNPOT,
50 designadamente quanto à universalidade e equidade de acesso a essas infra-
51 estruturas e serviços públicos por parte dos cidadãos.

2.4. O Desenvolvimento Sustentável

2.4.1. O Meio-Ambiente

Na área do ambiente a CGTP-IN esteve representada em vários eventos, no plano nacional e internacional.

A nível nacional em diversos debates promovidos por organizações ambientais e a solicitação das entidades oficiais, para a discussão de vários temas e planos previstos e em execução no país.

No âmbito internacional destaca-se, a participação na “conferência verde sobre as alterações climáticas” promovida pelo partido “Os Verdes”, no decorrer da presidência portuguesa da U.E, e também na “conferência europeia sobre alterações climáticas, posição da U.E”, promovida pela Comissão Europeia.

No decorrer deste mandato, foi criado um grupo de trabalho para o tema do ambiente no sentido do reforço das posições e representatividade da CGTP-IN nesta área.

Alguns elementos deste grupo de trabalho tiveram oportunidade de receber formação na área do desenvolvimento sustentável, na escola sindical da OIT.

Também no decorrer deste mandato foi lançado um inquérito a todas as estruturas sindicais, no sentido de aferir a utilização de boas práticas no desempenho ambiental em cada uma delas.

A CGTP-IN continua representada no Conselho Nacional do Ambiente, organização independente e de grande prestígio, que regularmente emite pareceres e recomendações sobre os mais diversos temas do desenvolvimento sustentável.

2.4.2. A Economia Social e o “Consumidor”

O Grupo Sindical para a Defesa do Consumidor e da Economia Social, na sua linha de continuidade, mantém activa a perspectiva de que cada trabalhador sindicalizado é também um consumidor organizado que deve ser devidamente apoiado na sua tomada de consciência, através de uma informação especializada, nesta cada vez mais importante área de intervenção e acção.

A CGTP-IN alarga o seu âmbito de intervenção colocando e disponibilizando um serviço muito útil aos trabalhadores nesta importante área e tendo sempre por ideal a solidariedade e a protecção através de direitos, fazendo formação útil e informação concreta na defesa e promoção da qualidade de vida de todos os trabalhadores e suas famílias, enquanto consumidores e utentes.

Ao longo destes quatro anos de mandato foi necessário reactivar a actividade nesta área, situação que não foi totalmente conseguida entre outras causas pelo facto de ter havido, também, dificuldades de reunir periodicamente e reconstituir um grupo expressivo sindical para a defesa dos trabalhadores consumidores e para a sensibilização da importância da economia social solidária.

1 Não houve dificuldades nas representações de responsabilidade institucionais,
2 uma vez que foi totalmente cumprido, nomeadamente, junto do Instituto do
3 Consumidor e do Conselho Nacional do Consumo.

4
5 Concretizaram-se muitos contactos com participação activa em actividades e
6 eventos com outras organizações e instituições, principalmente nas referentes às
7 áreas do direito dos consumidores e da economia social solidária.

8
9 Foram editados alguns números do Boletim INTERCONSUMIDORES que foram
10 distribuídos nos locais habituais e que mereceram manifestações de agrado, por
11 vários motivos. Outros projectos editoriais como um *síte* próprio destas áreas
12 ficaram por concretizar.

13
14 No presente contexto de crescentes solicitações e também pela importância desta
15 matéria, a prática demonstra a necessidade de mais camaradas a participarem
16 nesta, cada vez mais, importante frente de acção.

17
18 Importa, ainda, referir, que se pautou sempre pela preocupação de manter
19 qualidade nas intervenções e nos eventos para que fomos convidados. Aqui,
20 depararam-se algumas dificuldades no desenvolvimento do trabalho, devido à
21 ausência de meios técnicos.

22 23 24 **3. O TRABALHO E OS DIREITOS DOS TRABALHADORES**

25 26 **3.1. O Direito do Trabalho, o Quadro Jurídico-laboral e a Efectividade dos** 27 **Direitos**

28
29 A actividade sindical nos últimos quatro anos esteve profundamente marcada pela
30 luta dos trabalhadores com vista a evitar a descaracterização da legislação laboral
31 e a caducidade da contratação colectiva. Esta luta teve a particularidade de
32 abranger todos os trabalhadores portugueses, independentemente de trabalharem
33 no sector privado ou na Administração Pública.

34
35 Durante este período, os trabalhadores da Administração Pública foram mesmo os
36 principais atingidos pela ofensiva legislativa, dirigida à fragilização, quando não à
37 destruição do vínculo de emprego público e do regime das pensões. Estão neste
38 caso a pretensão de generalizar o contrato individual de trabalho da Administração
39 Pública, o desenvolvimento de um sistema de avaliação baseado em critérios
40 pouco ou nada objectivos, a fragilização do sistema de protecção na saúde e a
41 redução do valor das pensões.

42
43 Relativamente aos trabalhadores do sector privado as alterações produzidas pelo
44 Governo actual, ainda se inseriram no desenvolvimento do Código do Trabalho, no
45 sentido de acentuar alguns dos seus aspectos negativos, designadamente, quanto
46 aos regimes da contratação colectiva e da arbitragem obrigatória. Quanto a estas
47 alterações, apresentadas inicialmente pelo Governo como uma necessidade
48 urgente para dinamizar a contratação colectiva, tiveram, no essencial, três
49 objectivos:

- 50 – Restringir os direitos dos trabalhadores em caso de caducidade da contratação
51 colectiva, mediante a introdução de uma norma visando, pretensamente, a

1 neutralização da interpretação do Tribunal Constitucional sobre a mesma
2 matéria;

- 3 – Proporcionar ao patronato um novo prazo de denúncia das convenções,
4 mediante a reposição em vigor por mais seis meses, do art.º 13.º do preâmbulo
5 do Código do Trabalho;
- 6 – Conferir ao Governo mais poder para decidir sobre a arbitragem obrigatória.

7
8 Com vista a abrir caminho à alteração do Código do Trabalho, o Governo
9 constituiu as chamadas Comissões do Livro Verde e posteriormente do Livro
10 Branco. Ambas as Comissões produziram relatórios cujos diagnósticos, baseados
11 em dados oficiais, no essencial caracterizam, ainda que de forma limitada, a
12 realidade laboral portuguesa.

13
14 A Comissão do Livro Branco apresentou, ainda, propostas dirigidas à alteração do
15 Código do Trabalho que, no essencial, pretende flexibilizar os horários do trabalho
16 e impor essa flexibilidade por via da lei, alterar o regime dos despedimentos de
17 forma a facilitar a tarefa patronal, introduzir o despedimento por inaptidão ou por
18 razões subjectivas, impor a aferição da representatividade, contra a vontade dos
19 trabalhadores e da CGTP-IN.

20
21 Entretanto, continuou a acentuar-se o incumprimento da legislação do trabalho
22 devido ao aumento sempre crescente da precariedade das relações de trabalho,
23 sendo certo que os instrumentos com competência para punir as infracções –
24 Tribunais e IGT -continuaram sem capacidade de resposta. Este facto tem vindo a
25 acentuar no patronato a ideia de que não vale a pena cumprir, tanto mais que os
26 trabalhadores com menos recursos deixaram de ter condições para aceder aos
27 tribunais e aí defenderem os seus direitos.

28
29 A Inspeção do Trabalho ao contrário de se reforçar continuou a ver reduzidos os
30 seus quadros, nomeadamente de inspectores do trabalho que atingem, no
31 presente, o número mais baixo alguma vez tido naquele organismo. Tal situação é
32 ainda agravada por uma orientação dirigida para a “pedagogia” em detrimento do
33 sancionamento das infracções.

34
35 A criação da Autoridade das Condições de Trabalho traduz um equívoco do
36 Governo, entre prevenção e fiscalização das condições de trabalho com prejuízo
37 para as duas áreas de trabalho.

38 39 **3.2. O Emprego**

40
41 A situação no mercado de emprego deteriorou-se face a 2004. O desemprego
42 aumentou para os níveis mais altos dos últimos vinte anos, tendo a taxa de
43 desemprego subido de 6,3% em 2003 para 7,9% no 3º trimestre de 2007. Este
44 crescimento, em contraciclo com a União Europeia, faz com que Portugal tenha a
45 terceira taxa de desemprego mais alta dos vinte e sete países que integram aquele
46 espaço, quando em 2003 ocupava o décimo lugar da UE a 15. Agravou-se
47 também a situação das mulheres e dos jovens, quer no que diz respeito ao
48 diferencial das taxas de desemprego face à média, quer quanto à precariedade do
49 emprego, que abrange já metade dos jovens menores de 25 anos. O peso do
50 desemprego de longa duração passou de 37,8% em 2003 para 48,6% em 2007,
51 situação que afecta sobretudo os trabalhadores com mais de 50 anos. Aumentou

1 também o subemprego e o emprego a tempo parcial. A indústria continua perder
2 postos de trabalho, nomeadamente a indústria transformadora.

3
4 O período 2004/2007 fica marcado por uma forte ofensiva dos governos do PSD-
5 CDS/PP e do Governo do PS, assim como do patronato, aos direitos dos
6 trabalhadores e à estabilidade no emprego. Ainda em 2004 foi publicada a
7 regulamentação do Código do Trabalho, somando-se depois os ataques ao
8 emprego na Administração Pública e, a partir de 2006, a preparação do terreno,
9 através do uso da tese da “flexigurança”, para a desregulamentação das relações
10 de trabalho.

11
12 São também de referir, neste período, o aumento da emigração, particularmente
13 no norte do País, o que evitou que o aumento do desemprego fosse ainda superior
14 ao verificado, bem como várias deslocalizações de empresas, particularmente no
15 sector eléctrico e automóvel, que destruíram milhares de postos de trabalho,
16 afectando as regiões onde se inseriam.

17
18 Os contratos não permanentes abrangem quase 900 mil trabalhadores, tendo
19 passado de 20,6% em 2003 para 22,8% no 3º trimestre de 2007. A estes números
20 haveria que juntar o falso trabalho independente e mesmo situações de trabalho
21 clandestino, que embora não contabilizáveis com rigor, são também muito
22 significativos em Portugal.

23
24 A crescente precariedade do emprego, bem como a necessidade de maior
25 intervenção sindical nesse domínio, levaram à elaboração, discussão e aprovação,
26 em 2006, do Plano de Acção de Combate à Precariedade do Emprego, onde se
27 definiram orientações para a acção e se apontaram os principais instrumentos de
28 intervenção. 2007 foi assumido, pelos órgãos da central, como o Ano do Combate
29 à Precariedade do Emprego.

30
31 Neste contexto, a precariedade do emprego foi tema central da 4ª Conferência de
32 Organização, a par da organização de base e da contratação colectiva. Foi
33 também um dos objectivos das grandes acções de massas realizadas em 2007,
34 desde a Greve Geral, passando pela concentração de Guimarães, em 5 de Julho
35 de 2007, até à grande manifestação de 18 de Outubro, em Lisboa, no âmbito da
36 presidência portuguesa da União Europeia. Foram também realizados diversos
37 debates sectoriais e regionais e em vários sindicatos sobre o plano de combate à
38 precariedade e a forma de o levar à prática, onde foram discutidas e aprofundadas
39 as orientações tendo em conta as realidades concretas.

40
41 Neste mandato a CGTP-IN deu continuidade à monitorização regular e à difusão
42 de informação actualizada sobre a evolução do mercado de emprego, sendo
43 particularmente de sublinhar o apoio à estrutura sindical sobre a evolução do
44 desemprego ao nível do concelho, nomeadamente às Uniões Sindicais. A CGTP-
45 IN denunciou ainda a manipulação dos dados do desemprego registado, iniciada
46 pelo Governo em Março de 2006, com o intuito de apresentar bons resultados face
47 às suas desastrosas e injustas políticas.

48
49 A CGTP-IN prosseguiu o acompanhamento do Plano Nacional de Emprego (PNE)
50 no âmbito do Grupo Técnico tripartido do âmbito da CPCS. A partir de 2005 a
51 política de emprego passou a ser integrada no Programa Nacional de Acção para
52 o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005-2008, designação portuguesa do

1 programa nacional de reforma, no âmbito da chamada Estratégia de Lisboa
2 renovada. Como resultado acentuou-se a subalternização do emprego aos
3 objectivos da política económica, o que a CGTP-IN criticou, exigindo ao mesmo
4 tempo ser ouvida relativamente ao PNACE. No entanto, as reuniões com a
5 coordenação da Estratégia de Lisboa não permitiram uma discussão ou
6 acompanhamento efectivos. Ainda assim, a CGTP-IN apresentou, no Grupo
7 Técnico do PNE, propostas concretas com objectivo de melhorar a política de
8 emprego e de contrariar os aspectos mais gravosos contidos no PNE. Foi iniciado
9 o debate da Estratégia Nacional de Envelhecimento Activo, discussão ainda não
10 finalizada (que o Governo PS tem intenções de agendar na CPCS), embora em
11 grande parte ultrapassada pelas medidas no âmbito da chamada reforma da
12 segurança social.

13
14 Os indicadores relativos à situação no mercado de emprego mostram que as
15 medidas contidas no PNE se têm mostrado insuficientes para combater o
16 desemprego, aumentar o emprego e o nível que qualificações da população
17 portuguesa. É necessário que as outras políticas, nomeadamente a política
18 macroeconómica, fomentem o crescimento do emprego, o que não tem acontecido
19 nos últimos anos.

20
21 Foi esta também a chamada de atenção que a CGTP-IN fez no âmbito da
22 discussão da “Proposta de Reforma das Políticas Activas de Emprego”. Este
23 processo, iniciado em 2007, não apresenta nenhum conteúdo substancialmente
24 novo à política de emprego, tanto no que diz respeito às medidas actualmente
25 existentes, como face a um documento apresentado pelo Governo, ainda em 2005,
26 indiciando que apenas servirá para projectar uma falsa imagem de reforço e
27 reforma efectiva das políticas activas e de apoio ao emprego como contraponto à
28 desregulamentação da legislação do trabalho.

29
30 A CGTP-IN participou ainda activamente noutras instâncias tripartidas como o
31 Conselho de Administração do IEFP, os Conselhos Consultivos Regionais do
32 IEFP, o Observatório de Emprego e de Formação Profissional.

33
34 A acção dos trabalhadores, do movimento sindical e da CGTP-IN foi
35 simultaneamente de denúncia, exigência e proposta. Variadas e intensas lutas
36 foram desenvolvidas em diversos sectores e empresas pelo emprego, contra os
37 despedimentos, a precariedade, a “flexigurança”, o não pagamento dos salários,
38 os encerramentos, as falências fraudulentas e a deslocalização de empresas,
39 tentando salvaguardar quer os postos de trabalho, quer a saída de empresas
40 importantes para o tecido produtivo e regional onde se inseriam. A condenação do
41 modelo de crescimento económico, baseado em mão-de-obra barata e pouco
42 qualificada esteve no centro da contestação, bem como a exigência de uma nova
43 política económica de defesa do aparelho produtivo, de travão ao desemprego e
44 geradora de empregos de qualidade.

45 46 **3.3. Os Salários**

47
48 A melhoria do poder de compra dos salários foi uma preocupação essencial. A
49 acção desenvolvida teve como suportes principais a negociação colectiva, no
50 sector privado e na Administração Pública, e as reivindicações ao Governo.

1 A melhoria do poder de compra dos salários através da contratação colectiva, foi
2 deveras dificultada pela políticas de contenção salarial, emanadas da UE através
3 do chamado “pacto de estabilidade e crescimento” que no País se traduz na
4 redução do deficit publico, tendo sido utilizado como argumento para a redução
5 dos salários dos trabalhadores da Administração publica e outros direitos, tendo
6 também produzido efeitos profundos no sector privado.

7 A acção reivindicativa de empresa, articulada com o contrato colectivo do sector,
8 constituiu um meio eficaz para obter a melhoria dos salários dos trabalhadores e
9 para combater o boicote patronal à contratação colectiva, registando-se, porém,
10 um declínio no seu número nalguns sectores, nos últimos anos.

11 **Aumentos de salários na negociação colectiva**

	2004	2005	2006	2007	2008
Contratação colectiva	2,9	2,7	2,7	2,9	
Administração Pública	1,1	2,2	1,5	1,5	2,1
Inflação	2,4	2,3	3,1	2,5	2,4
Inflação + produtividade (horária)	3,5	2,6	4,5	3,7	
Poder de compra (geral)	0,5	0,4	-0,4	0,5	
Poder de compra (Admin. Pública)	-1,3	-0,1	-1,6	-0,8	-0,3

12 Fontes: CGTP-IN a partir de dados oficiais

13
14
15 Apesar de algumas perdas, como se pode verificar no quadro dos resultados da
16 contratação colectiva, a acção sindical desenvolvida na acção reivindicativa
17 possibilitou a manutenção do poder de compra dos salários de um importante
18 numero de trabalhadores do sector privado, sendo no entanto as quebras na
19 Administração Pública mais acentuadas, reflectindo-se a ofensiva desenvolvida
20 pelo governo contra os trabalhadores da administração publica, tanto na redução
21 violenta dos salários reais, como no ataque aos direitos.

22
23 Há que acrescentar os trabalhadores cujas convenções colectivas estão
24 bloqueadas pelo patronato e que não foi possível a utilização de cadernos
25 reivindicativos, e que por esse motivo ficaram á mercê da “boa vontade patronal”
26 de lhes aumentar o salário, que se estimam em largas dezenas de milhar, e ainda
27 aqueles que não estão abrangidos por convenções colectivas (zonas brancas),
28 que têm vindo a crescer nos últimos anos.

29
30 A CGTP-IN considerou prioritária a valorização do salário mínimo nacional
31 atendendo à sua estagnação em termos reais e ao seu progressivo distanciamento
32 em relação ao salário médio. Em Novembro de 2005, avançou com uma proposta
33 em que se propunha uma trajectória de médio prazo de modo a que o salário
34 mínimo atingisse 500 euros em 2010 e se defendia a criação de um indexante
35 geral de carácter económico e social que servisse de base à actualização das
36 prestações e apoios sociais. O Governo começou por considerar irrealista a
37 posição defendida, mas mais tarde num contexto de descontentamento social,
38 patente na manifestação de Outubro de 2006, veio a recuar e a aceitar a
39 negociação. No final de 2006, chegou-se a um acordo de concertação social sobre
40 o salário mínimo nacional. Este acordo estabeleceu que o salário mínimo teria os
41 valores de 403 euros em 2007, de 450 euros em 2009 e de 500 euros em 2011.
42 No final de 2007, foi fixado em 426 euros o valor para 2008, num contexto de forte
43 pressão do patronato para obter contrapartidas em termos de legislação de
44 trabalho. Foi um importante resultado em que a CGTP-IN teve um papel motor.

1 Evolução do salário mínimo nacional (SMN)

	2004	2005	2006	2007	2008
Aumento do salário mínimo (%)	2,5	2,5	3,0	4,4	5,7
Valor (euros)	365,6	374,7	385,9	403	426
Salário médio – sector privado (euros)	771,7	803,3	836,3		
SMN em % do salário médio do sector privado	47,4	46,6	46,1		
Inflação (%)	2,4	2,3	3,1	2,3	2,4
Varição real (%)	0,1	0,2	-0,1	2,0	

2 Notas : Salário médio do sector privado: utilizaram-se os dados do Inquérito aos Ganhos;

3 Fontes : CGTP-IN, a partir de dados oficiais

4 3.4. A Formação e a Qualificação Profissional

5 Os indicadores relativos à aprendizagem ao longo da vida não apresentaram
6 melhorias sensíveis desde 2004 - nalguns casos até se agravaram - acentuando-
7 se o fosso face à UE27: (i) o nível médio de ensino da população empregada
8 continua a ser baixo (70,6% tinha apenas o 3º ciclo do ensino básico no 1º
9 trimestre de 2007; (ii) a população activa a participar em actividades de
10 aprendizagem ao longo da vida (3,8% em 2006) regrediu 0,5 pontos percentuais
11 face a 2004; (iii) persiste um elevado nível de abandono escolar precoce (em 2006
12 ultrapassava os 39%, tendo descido apenas 0,2 pontos percentuais em relação a
13 2004).

14 O período 2004/2007 fica marcado pela continuidade da não concretização de
15 compromissos essenciais do acordo tripartido de 2001, nomeadamente a “cláusula
16 de formação”, o direito à formação e a entrada em funcionamento do Conselho
17 Consultivo Nacional para a Formação Profissional, isto apesar de muitos desses
18 compromissos terem consagração no Código de Trabalho desde 2003 e da CGTP-
19 IN não abdicar da exigência do seu cumprimento. Além da recusa do patronato em
20 cumprir a lei, nem os governos do PSD-CDS/PP nem o governo do PS tomaram
21 medidas para impor o respeito pela legislação, designadamente controlando a sua
22 aplicação e impondo as sanções adequadas. Está ainda por publicar o modelo de
23 relatório relativo à execução da formação contínua, que as empresas devem
24 entregar em Março de cada ano à IGT.

25 Em relação ao trabalho da CGTP-IN e do MSU verifica-se que, apesar dos
26 progressos realizados neste domínio, designadamente durante a Campanha
27 Nacional para a Efectivação do Direito à Formação Profissional, há ainda muitas
28 deficiências, nomeadamente na integração das matérias referentes à educação e
29 formação ao longo da vida na negociação colectiva, assim como na articulação
30 entre os diferentes representantes da CGTP-IN nas instâncias ligadas à formação
31 e à qualificação (não obstante a criação da Comissão Específica Permanente de
32 Formação Profissional e Qualificação).

33 Durante 2004, concluíram-se negociações tripartidas, iniciadas em 2003, com vista
34 ao estabelecimento de um acordo (não concluído) sobre a competitividade e o
35 emprego, que continha matérias sobre a formação e a qualificação profissional. Foi
36 ainda discutido, no âmbito da concertação social, um Projecto de Lei de Bases da
37 Formação Profissional, que culminou numa Proposta de Lei, que acabou por “cair”
38 com a dissolução do Parlamento.

39 Em 2005, foi constituída a Comissão Específica Permanente de Formação
40 Profissional e Qualificação, composta por quadros e técnicos sindicais que
41 representam a CGTP-IN em várias instâncias. Procurou-se criar um lugar de
42

1 reflexão, em apoio à Comissão Executiva, sobre as grandes questões ligadas à
2 qualificação e formação profissional dos activos, bem como articular a acção nas
3 várias estruturas de representação: Conselho de Administração do IEFP,
4 Comissão Permanente de Certificação (CPC) e Comissões Técnicas
5 Especializadas (CTE), Comissão Nacional de Aprendizagem, Conselhos
6 Consultivos Regionais e dos Centros de Formação Profissional de Gestão Directa
7 do IEFP, Comité do Fundo Social Europeu, Instituto de Gestão do FSE, júris de
8 avaliação e de exame no âmbito do sistema de certificação.

9
10 Além desta comissão, deu-se continuidade às reuniões regulares entre os
11 representantes da CGTP-IN na Comissão Permanente de Certificação, nas
12 Comissões Técnicas Especializadas e no Conselho de Administração do IEFP, os
13 quais foram chamados a pronunciar-se, nomeadamente, sobre as propostas de
14 alteração ao sistema apresentadas pelo IEFP e pelo Governo visando destruir o
15 sistema tripartido de certificação profissional, ao que a CGTP-IN se opôs. Em
16 2006, acompanhou-se, nomeadamente, o processo, lançado pelo IEFP, de
17 Harmonização das Normas de Certificação, que implicou alteração das regras em
18 vigor no quadro do Sistema de Certificação Profissional. Os representantes da
19 CGTP-IN na CPC – Comissão Permanente de Certificação defenderam a
20 importância de se ter em conta a particularidade de algumas profissões, as quais
21 exigem um certo número de horas em contexto de trabalho e contestaram o nível
22 de escolaridade (12º ano) que estava a ser exigido para a obtenção do CAP de
23 nível III, tendo sido possível obter consenso para uma disposição transitória que
24 salvaguardava a posição da CGTP-IN.

25
26 Quer no âmbito da certificação profissional, quer no Sistema de Aprendizagem,
27 foram emitidos pareceres pela CGTP-IN, ouvidos os sindicatos das respectivas
28 áreas, sobre projectos de normas de emissão de certificados de aptidão
29 profissional, bem como sobre as condições de homologação dos cursos
30 relacionados com vários perfis profissionais e ainda sobre a certificação escolar do
31 12º ano, no quadro do sistema RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação
32 de Competências adquiridas por vias não formais.

33
34 Em Janeiro de 2006, a CGTP-IN deu início à Campanha Nacional para a
35 Efectivação do Direito à Formação Profissional, que culminou com a realização, a
36 13 de Abril de 2007, da Conferência Sindical sobre Formação e Qualificação
37 Profissional. Realizaram-se 11 seminários regionais (no Continente e Ilhas), com
38 425 dirigentes e activistas sindicais; acções de informação e divulgação; edição e
39 divulgação de 15.000 folhetos e 8 brochuras informativas; lançamento de um
40 inquérito sobre a aplicação da formação profissional nas empresas e a avaliação
41 dos trabalhadores sobre a mesma. Além da difusão de informação sobre os
42 principais instrumentos existentes, a campanha permitiu uma ampla discussão
43 sobre a realidade da formação nas empresas e organizações e a definição de
44 linhas concretas de orientação para a acção sindical nesta área. Foram ainda
45 definidas propostas concretas para a negociação colectiva, incluindo um conjunto
46 de cláusulas de referência relativas à concretização do direito ao mínimo anual de
47 horas de formação profissional certificada.

48
49 Em 8 de Fevereiro de 2006, a CGTP-IN assinou o "Acordo entre as Confederações
50 com Assento na Comissão Permanente de Concertação Social, visando a
51 Formação Profissional", cujo processo de negociação se tinha iniciado em 2005. O
52 acordo reconhece que há dificuldades e atrasos que urge ultrapassar,

1 nomeadamente por via do cumprimento das disposições legais e do compromisso
2 para incentivar a concretização e as boas práticas, reforça a importância de se agir
3 para a formação contínua dos activos, relembra a urgência de pôr em prática as
4 medidas decididas no Acordo Tripartido de 2001 e apresenta novas propostas.
5 Uma das disposições mais importantes, pela qual a CGTP-IN se bateu
6 exaustivamente, estabelece que os subscritores se comprometem “a desenvolver
7 acções de promoção da negociação colectiva sobre a formação profissional, com
8 vista a estabelecer planos diferenciados sectoriais e a inserir a formação contínua
9 como matéria prioritária na negociação colectiva”. No entanto, passados dois anos
10 sobre a sua celebração, a execução é quase nula.

11
12 Em Outubro de 2006, foi encetado o processo da chamada reforma da formação
13 profissional, no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social, cuja
14 negociação se concluiu em 14 de Março de 2007. A CGTP-IN não subscreveu o
15 acordo daí resultante, muito embora tenha participado activamente na discussão e
16 apresentado propostas concretas de alteração, que foram apenas parcialmente
17 acolhidas. O documento, além de inscrever uma mudança profunda na
18 arquitectura do sistema (determina o fim do sistema tripartido de certificação
19 profissional na base, remetendo os parceiros sociais a uma participação
20 eminentemente formal), não contém disposições que garantam a sua efectividade,
21 como aconteceu com outros documentos debatidos ou aprovados no passado,
22 como os Acordos tripartidos sobre formação profissional de 1991 e de 2001 ou o
23 projecto de lei sobre a formação profissional decorrente do Acordo tripartido de
24 2001, que se caracterizaram pelo incumprimento sistemático por parte dos
25 sucessivos governos, funcionando mais como meios circunstanciais para a
26 propaganda mediática.

27
28 Em termos institucionais, destaca-se a entrada em funcionamento, após alterações
29 nas competências e na composição, do Conselho Consultivo da Formação
30 Profissional previsto no acordo de 2001, cuja primeira reunião ocorreu a 3 de Maio
31 de 2007 para apresentação do Catálogo Nacional de Qualificações.

32
33 Durante este período, a CGTP-IN acompanhou a implementação do QCAIII,
34 pronunciou-se acerca do novo Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-
35 2013 e sobre os programas operacionais em concreto - designadamente sobre o
36 Programa Operacional Potencial Humano, financiado pelo Fundo Social Europeu -
37 tendo apontado quer a falta de participação no processo de elaboração, quer as
38 suas lacunas e enviesamento a favor das grandes empresas, fazendo ainda
39 propostas de alteração para a sua melhoria enquanto instrumento para a melhoria
40 das qualificações. A CGTP-IN participou ainda nos processos de consulta nacional
41 sobre o Quadro Europeu de Qualificações e sobre o Sistema Europeu de Créditos
42 para a Educação e Formação Profissional (ECVET), lançados pela Comissão
43 Europeia e em várias instâncias em que tem assento, como é o caso do Comité do
44 Fundo Social Europeu e no Grupo de Trabalho da CES sobre a Formação ao
45 Longo da Vida.

46
47 Em paralelo a estes processos, a CGTP-IN coordenou a 3ª fase do projecto
48 REQUAL (Rede para a Qualificação do Trabalho e das Organizações), iniciado
49 pela Associação para o Ensino Bento Jesus Caraça, que consistiu na organização
50 de acções de demonstração e disseminação dos resultados da Acção II. Esta
51 acção demonstrou a possibilidade de criar uma rede de formação à distância entre
52 diversas entidades, tendo estado envolvidas diversas Câmaras Municipais,

1 empresas e sindicatos da Região de Setúbal. No âmbito do projecto, iniciou-se,
2 ainda, um processo de RVCC (reconhecimento, validação e certificação de
3 competências), com o IEFP do Seixal, realizado a partir dos locais de trabalho (tal
4 como o processo de formação a distância), para facilitar a participação dos
5 trabalhadores. Esta experiência foi referenciada como boa prática de formação
6 profissional no quadro do diálogo social.

7 **3.5. Igualdade e Combate às Discriminações**

9
10 A criação do Departamento da Igualdade e Combate às Discriminações introduziu
11 no plano da acção sindical da CGTP-IN novas formas de trabalho com
12 organizações cívicas que representam mulheres e homens vítimas de
13 discriminação em função da orientação sexual, religião ou credo, deficiência,
14 portadoras de HIV, toxicodependência e idade.

15
16 Esta medida permitiu uma maior consciência dos problemas existentes, nestes
17 grupos de pessoas discriminadas e, no plano orgânico da CGTP-IN, a criação de
18 condições estruturais e técnicas que permitiram uma participação mais efectiva em
19 diversas iniciativas e levaram à elaboração de um Plano de Trabalho para
20 2006/2007 onde se definiram os objectivos de lutar contra as discriminações
21 referidas; à constituição da Comissão Específica da Igualdade e Combate às
22 Discriminações; e à afectação de recurso humanos técnico/jurídicos para o
23 desenvolvimento da acção no plano sindical e social.

24
25 Durante o ano de 2004, participámos em diversas iniciativas, nomeadamente, num
26 seminário em Roma, sobre as políticas europeias para as pessoas com deficiência
27 e uma conferência na Universidade de Coimbra organizada pelos estudantes de
28 psicologia sobre discriminação sexual.

29
30 A discussão sobre as matérias de discriminação prosseguiu durante o ano de
31 2005, no sentido de dotar o Departamento de meios que possa ajudar a
32 desenvolver um plano de trabalho para esta área.

33
34 Ainda nesse ano, estivemos em diversas reuniões com organizações de defesa
35 dos direitos sexuais e das pessoas com deficiência e participámos na Conferência
36 Internacional “É tempo de igualdade no Trabalho”, organizada pela Associação
37 Portuguesa de Deficientes”.

38
39 Em 2006, com base no Plano de Trabalho, para esta área, definiram-se um
40 conjunto de prioridades de acção que, gradualmente, têm sido desenvolvidas
41 durante estes dois anos e que, de forma resumida, salientamos:

- 42 – Reuniões da Comissão Específica:
 - 43 ▪ participação em eventos públicos para debate dos problemas das várias;
 - 44 ▪ discriminações;
- 45 – Reuniões e contactos com várias organizações para estabelecimento de
- 46 relações de cooperação e apoio no combate às desigualdades no trabalho, na
- 47 família e na sociedade;
- 48 – Lançamento de um Manifesto, assinado por catorze organizações, onde se
- 49 tornou público, perante a Comunicação Social, um conjunto de reivindicações a
- 50 levar a efeito junto dos órgãos do poder e mobilizando a organização sindical,
- 51 para as defender nos sindicatos e nos locais de trabalho.

1
2 Estas actividades permitiram-nos uma experiência de trabalho nova em muitos
3 aspectos, tendo presente que, salvo raras excepções, como é o caso do Ano de
4 2007, que foi declarado pela União Europeia como sendo o da Igualdade de
5 Oportunidades para Todos e Todas, não é tratada de forma tão global e
6 integradora, nem nas instituições, nem nas políticas sociais, nem na comunicação
7 social, sendo até, nalguns casos, assunto tabu e, por isso, arredado do espaço
8 público.

9
10 Diversas razões de natureza cultural, estratégia sindical e outras têm atrasado o
11 debate aberto e franco em torno de muitas das questões que hoje sentimos
12 fazerem parte do quotidiano laboral e onde a discriminação directa ou indirecta,
13 aberta ou velada, viola princípios constitucionais e laborais injustificáveis.

14
15 Nesse sentido, a distribuição e discussão do Manifesto por toda a estrutura sindical
16 representa um ponto de partida para aprofundar o conhecimento da discriminação
17 real em cada uma destas dimensões: orientação sexual, religião ou credo,
18 deficiência, portadores do HIV, toxicodependência e idade.

19 20 **3.6. A Igualdade entre Mulheres e Homens**

21
22 Desde o X Congresso da CGTP-IN, as questões de género têm constituído matéria
23 de discussão e deliberação institucional, tanto a nível nacional como europeu e
24 internacional, mantendo-se como uma questão política na ordem do dia.

25
26 A título de exemplo, referem-se alguns factos e acontecimentos ocorridos ao longo
27 do mandato: (1) No plano nacional, a promulgação, em 2006, da “Lei da paridade”
28 (precedida daquele que foi o primeiro veto do actual Presidente da República); a
29 realização do referendo nacional à despenalização do aborto e a aprovação da sua
30 regulamentação, em 2007; as mudanças estruturais e de competências no que se
31 refere aos organismos oficiais no domínio da igualdade de género (ex-CIDM –
32 actual CIG - e CITE), em 2007 (reveladoras da substimação do papel dos
33 parceiros sociais e do esvaziamento da intervenção do Estado na área do
34 trabalho); e a aprovação de novos Planos, para vigorarem entre 2007 e 2010,
35 sobre *Igualdade-Cidadania e Género* (III Plano), *Contra a Violência Doméstica* (III
36 Plano) e *Contra o Tráfico de Seres Humanos* (I Plano). (2) No plano europeu, a
37 reformulação da *directiva sobre igualdade de tratamento em domínios ligados ao*
38 *emprego e à actividade profissional*, em 2006; o *Roteiro para a Igualdade entre*
39 *Homens e Mulheres* (2006-2010); a aprovação, pelo Conselho Europeu, do *Pacto*
40 *para a Igualdade entre Homens e Mulheres*, em 2006; a criação do *Instituto*
41 *Europeu para a Igualdade de Género*, em 2007; o *Relatório* da Comissão ao
42 Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao
43 Comité das Regiões sobre a Igualdade entre Homens e Mulheres, em 2007; a
44 instituição do *Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (2007) –*
45 *Para uma Sociedade Justa*, por decisão do Parlamento Europeu e do Conselho.
46 (3) No plano internacional, o Relatório da OIT, “A Hora da Igualdade”, em 2007,
47 sobre as políticas de trabalho, no âmbito da igualdade de oportunidades.

48
49 As mudanças e a evolução normativa no domínio da igualdade de género têm sido
50 acompanhadas pela CGTP-IN, essencialmente por via da sua organização
51 específica – a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens
52 (CIMH/CGTP-IN) –, que tem procurado, numa perspectiva integrada, dar

1 contributos coerentes e eficazes para a desconstrução dos estereótipos de género
2 e para a efectivação da igualdade de mulheres e homens em todas as esferas da
3 sociedade, com destaque para o mundo do trabalho.

4
5 Neste contexto, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

6
7 *No plano da acção sindical e das iniciativas*

8
9 No decurso do mandato, dinamizou o esclarecimento e a participação das
10 mulheres trabalhadoras nas Jornadas de Luta promovidas pela CGTP-IN,
11 procurando dar visibilidade aos seus problemas e reivindicações específicas, no
12 quadro da acção e das reivindicações mais gerais e mobilizando-as para o
13 combate às discriminações, à destruição dos postos de trabalho e ao aumento do
14 desemprego e da precariedade, ao despedimento e à não renovação ilegal dos
15 contratos de trabalho de grávidas, puérperas ou lactantes, ao retrocesso nos
16 direitos determinado pelo Código do Trabalho e pela sua Regulamentação, aos
17 baixos salários e à degradação do poder de compra; às insuficiências em matéria
18 de infra-estruturas de apoio à família, ao ataque às funções sociais do Estado, à
19 destruição do Serviço Nacional de Saúde, ao alargamento da idade de reforma e à
20 redução das pensões, etc.

21
22 A par da luta sindical, em 2006, surge um amplo movimento unitário em torno da
23 despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), no qual a CGTP-IN
24 participou activa e empenhadamente desde o início e que viria a mobilizar
25 fortemente a CIMH/CGTP-IN e a generalidade da estrutura sindical. Esta
26 mobilização teve expressão, designadamente, em intervenções nos sindicatos,
27 planos de trabalho, guiões para a acção, acções de esclarecimento das
28 trabalhadoras e trabalhadores e da opinião pública e distribuição de documentos.

29
30 Constituído, formalmente, o Grupo de Cidadãos/ãs Eleitores *Em Movimento pelo*
31 *SIM!* com o propósito de intervir na campanha do referendo nacional, de 11 de
32 Fevereiro de 2007, à despenalização da IVG, a acção da CGTP-IN e da sua
33 organização específica, sob o lema: *Em Movimento pelo SIM! A Força de quem*
34 *Trabalha*, foi determinante para o envolvimento sindical - num combate político
35 fortemente marcado pelas concepções ideológicas retrógradas da direita e pelas
36 tentativas de manipulação das consciências por parte de alguma hierarquia da
37 igreja católica - e para o esclarecimento das trabalhadoras e dos trabalhadores,
38 tendo contribuído, decisivamente, para a vitória histórica do SIM à despenalização
39 do aborto, por opção da mulher.

40
41 No mandato, foram adoptadas numerosas tomadas de posição públicas, através
42 de comunicados de imprensa e junto dos órgãos do poder e iniciou-se a
43 publicação do *Boletim Igualdade*.

44
45 A organização específica da CGTP-IN para a igualdade entre mulheres e homens
46 promoveu, participou e fez-se representar em numerosas iniciativas sindicais e em
47 eventos públicos: debates, seminários, lançamento de obras de investigação sobre
48 a problemática de género, audições públicas, etc.

49
50 Globalmente, registou-se uma tendência para o reforço da representação das
51 mulheres na sindicalização, na organização de base e nos órgãos de direcção dos

1 sindicatos, verificando-se, em média, maiores dificuldades no nível intermédio e de
2 topo da estrutura sindical, no que respeita à participação das mulheres.

3 4 *Nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, 8 de Março*

5
6 Para a CGTP-IN, as comemorações do Dia Internacional da Mulher não se limitam
7 a evocar uma data histórica e a assinalar um evento, antes constituindo, desde
8 sempre, motivo de afirmação da luta, em torno da defesa dos direitos das
9 mulheres trabalhadoras, pelo direito ao trabalho com direitos e pelo
10 aprofundamento da democracia.

11
12 Com o lema “*Defender os Direitos, Construir a Igualdade, Afirmar Abril*”,
13 realizaram-se diversas iniciativas em 2004, assinalando os 30 anos da Revolução
14 de Abril e a sua importância fundamental para a aquisição de direitos, liberdades e
15 garantias fundamentais e para a conquista de um estatuto de igualdade para as
16 mulheres. Em 2005, em estreita ligação com a preparação da IV Conferência
17 sobre Igualdade, foi adoptado o seu lema, “*Garantir a Igualdade, Agir para Mudar*”,
18 para as comemorações nacionais e editado um folheto onde se divulgavam os
19 direitos de protecção da maternidade e da paternidade. Em 2006, o 8 de Março é
20 comemorado sob o lema: “*Igualdade, direitos; Agir para Efectivar*”, assinalando
21 algumas datas de referência alusivas à conquista de direitos das trabalhadoras e
22 retratando a situação à altura, em relação a homens e mulheres e suas condições
23 de trabalho, em articulação com as reivindicações mais gerais da CGTP-IN e
24 incentivando à acção e à luta em defesa dos direitos. Em 2007, relevando a vitória
25 do SIM no referendo à despenalização da IVG e o impulso que propiciou para a
26 defesa e conquista de novos direitos, as comemorações desenvolveram-se sob o
27 lema “*Pela Igualdade e pelos Direitos, Mudança de Políticas – SIM!*”.

28
29 No conjunto das comemorações, realizaram-se largas dezenas de iniciativas nos
30 locais de trabalho e com expressão pública por todo o País.

31 32 *Nos Projectos co-financiados*

33
34 No âmbito dos projectos, continuando a decorrer alguns deles, a actividade, desde
35 o último Congresso, incidiu sobre:

36
37 **a)** Projecto Equal – *Agir para a Igualdade*, que teve o seu início em 2001 e se
38 desenvolveu em 3 fases, estando, ainda, a decorrer a última fase. A par das
39 acções de formação e elaboração de conteúdos programáticos, manuais e outros
40 produtos, em 2004, estabeleceram-se protocolos de acções positivas com 11
41 empresas/organizações que abrangeram 4.500 trabalhadores e trabalhadoras. Em
42 2006, no âmbito da acção 3, realizaram-se 3 workshops – Castelo Branco (15
43 Nov/06); Lisboa (21 Nov/06) e Moura (30 Nov/06) – de disseminação dos Recursos
44 técnico pedagógicos elaborados na acção 2. e em 2007, realizou-se o último
45 workshop – Porto (15 Fev/07). Em paralelo com estes workshops, realizaram-se
46 ainda 2 fóruns destinados a empresas, um em Lisboa e outro no Porto. A partir de
47 Fevereiro de 2007, deu-se um novo impulso à Acção 3, no sentido de se
48 disseminar os materiais pedagógicos construídos para as escolas do âmbito da
49 FENPROF. Estabeleceram-se parcerias com a Secretaria Regional da Educação e
50 Ciência dos Açores e com a Secretaria Regional da Educação e Cultura da
51 Madeira e desenvolveram-se Acções de Formação para professores e professoras
52 em 11 escolas, sendo 3 da Madeira, 2 nos Açores e 6 no Continente (Esmoriz,

1 Coimbra, Lisboa e Alentejo). Estas acções, concretizadas em Novembro de 2007,
2 terão como consequência prática o desenvolvimento de projectos escolares para
3 sensibilizar a comunidade educativa para a igualdade de oportunidades e
4 promover a mudança de mentalidades através da introdução da temática da
5 igualdade de género nos materiais pedagógicos e nas práticas educativas;

6
7 **b)** Projecto Equal – *Revalorizar o trabalho para promover a Igualdade*. Iniciado em
8 2005 pela CGTP-IN, integra, na parceria de desenvolvimento, a FESAHT, a
9 ARESP, a CITE, o CESIS, a IGT e a OIT. Tem como objectivos desenvolver e
10 testar uma metodologia de avaliação dos postos de trabalho sem enviesamento de
11 género, centrada no valor do trabalho que, no futuro, permita uma verdadeira
12 aplicação do princípio “salário igual ou de igual valor” e seja passível de aplicação
13 a outros sectores de actividade, com as devidas adaptações, assim como
14 conceber módulos de formação da metodologia criada, destinados a formar
15 dirigentes, delegados/as sindicais e profissionais afectos/as aos Recursos
16 Humanos na análise objectiva e sem enviesamentos de género nos postos de
17 trabalho;

18
19 **c)** Projecto *Conciliação entre Trabalho, Família e Vida Privada*. Concluiu-se em
20 2007, tendo tido início em 2006 pela UGT/Espanha e em que a CGTP-IN e a
21 FO/França eram entidades parceiras, tendo como um dos objectivos centrais a
22 construção de um “Guia de Boas Práticas sobre Conciliação entre Trabalho,
23 Família e Vida Privada”;

24
25 **d)** Projecto *Diálogo Social*, que se iniciou em 2005 e se destina a reforçar
26 mecanismos de divulgação de práticas promotoras de igualdade entre mulheres e
27 homens em contexto laboral, promover a não discriminação e reforçar a dimensão
28 da igualdade de género no quadro da responsabilidade social. A parceria de
29 desenvolvimento é composta pela CITE (entidade interlocutora), CGTP-IN, CESIS,
30 UGT, CCP, APEE e RTP, contando, ainda, com a integração de 8 empresas do
31 sector privado. Encontram-se, na fase actual, em desenvolvimento, os relatórios
32 das empresas sobre boas práticas.

33 34 *No plano institucional*

35
36 A CGTP-IN participou nas reuniões dos organismos nacionais em que está
37 representada - CITE e CIDM -, mantendo uma presença mais regular no
38 organismo vocacionado para a igualdade no trabalho e no emprego, a CITE.
39 Durante o mandato, quer a CITE quer a CIDM ressentiram-se fortemente das
40 mudanças de governos, de políticas e de responsáveis: a CITE foi sendo
41 progressivamente esvaziada de meios e competências, afectando o seu
42 desempenho; a CIDM esteve paralisada e a secção das ONG do seu Conselho
43 Consultivo largos meses sem ser convocada, tendo aquela sido substituída pela
44 CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, com poderes e
45 competências reforçados, designadamente a partir da transferência de
46 competências da CITE.

47
48 A nível da CES, a CGTP-IN participou nas reuniões do Comité de Mulheres, em
49 Seminários, no Grupo do Diálogo Social para a Igualdade de Género e na
50 Conferência (em Março de 2007) que antecedeu o último Congresso da
51 Confederação Europeia dos Sindicatos, tendo colaborado, designadamente: na
52 elaboração do 1º Relatório conjunto dos parceiros sociais portugueses sobre o

1 Quadro de Acções para a Igualdade (celebrado em Março de 2005 entre a CES e
2 os padrões europeus); na resposta a um questionário sobre Balanço intercalar do
3 Plano de Igualdade da CES 2003-2007; na resposta a um questionário sobre
4 “Mulheres nas Organizações sindicais Europeias”.

5 6 **3.7. O Ambiente de Trabalho e a Saúde Laboral**

7
8 O período que decorreu após o X Congresso fica marcado pela decisão
9 claramente assumida pelo governo do PS em desvalorizar politicamente a área da
10 prevenção dos riscos profissionais. Por um lado o governo persistiu no
11 incumprimento dos compromissos assumidos, constantes do acordo de
12 concertação de 2001 sobre Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no
13 Trabalho, tendo boicotado a implementação de importantes medidas estruturais,
14 nomeadamente o Plano Nacional para a Prevenção (PNAP), o Programa de
15 Apoios às Empresas para a criação dos Serviços Obrigatórios de SHST, o
16 Observatório da Prevenção, a Comissão de acompanhamento da implementação
17 da legislação, o desenvolvimento de Programas de Prevenção para os
18 trabalhadores da Administração Central, Regional e Local, entre outras medidas.
19 Por outro lado o governo tornou a Inspeção do Trabalho e o ISHST (ex-IDICT)
20 ainda mais inoperantes, quer por via das orientações políticas definidas quer
21 porque assistiu passivamente à progressiva deterioração da organização interna
22 daquelas entidades quer, ainda, porque não as dotou dos recursos humanos e
23 meios técnicos necessários ao exercício efectivo das respectivas missões
24 preventiva, fiscalizadora e sancionatória.

25
26 Portugal continuou, assim, a deter as mais elevadas taxas de sinistralidade laboral
27 e de doenças profissionais ao nível da Europa, o que se traduziu numa enorme
28 perda das capacidades produtivas, em avultados custos para a sociedade e,
29 principalmente, nas situações dramáticas que atingiram milhares e milhares de
30 vítimas e suas famílias.

31
32 Neste contexto, a CGTP-IN procurou centrar a sua acção prioritariamente no
33 desenvolvimento da luta reivindicativa nas empresas para reclamar a melhoria das
34 condições de trabalho e o cumprimento da legislação, bem como dinamizar a
35 eleição de representantes dos trabalhadores e constituição de comissões de
36 SHST.

37
38 Os condicionalismos impostos pelo Código do Trabalho criaram bastantes
39 dificuldades ao normal desenvolvimento dos processos eleitorais. No entanto isso
40 não justifica só por si a existência de debilidades organizativas que, aliadas em
41 muitos casos á subestimação desta importante tarefa sindical, tornou insuficiente
42 o número de mandatos de representantes eleitos neste domínio da segurança,
43 higiene e saúde no trabalho. Por outro lado, embora se tenha dado continuidade à
44 formação específica nesta matéria quer para os representantes eleitos quer para
45 os dirigentes e delegados sindicais, através do IBJC e de algumas Uniões e
46 Federações, também se revelaram bastantes dificuldades, com particular relevo
47 para as insuficiências verificadas no acompanhamento e apoio da estrutura
48 sindical aos representantes nos locais de trabalho.

49
50 Quanto à negociação colectiva, apesar de se terem introduzido em algumas
51 convenções conteúdos no âmbito da SHST, a regra geral continuou a ser a recusa
52 pelo patronato das propostas sindicais.

1
2 O Encontro Nacional de Representantes Eleitos para a Segurança, Higiene e
3 Saúde no Trabalho, realizado em Abril de 2006, com a participação de cerca de
4 400 presenças, foi um acontecimento oportuno e saldou-se num assinalável êxito,
5 pois para além do impacto mediático alcançado na denuncia da sinistralidade
6 existente no país, permitiu debater com profundidade aspectos importantes
7 relativos à inserção e articulação desta frente de trabalho no plano da acção
8 reivindicativa e da organização de base e, dessa forma, comprometeu mais a
9 estrutura quanto à necessidade do reforço orgânico nos locais de trabalho,
10 impulsionando à dinamização da acção nesta frente de trabalho, em conformidade
11 com o Programa e os objectivos aprovados no X Congresso.
12

13 A intervenção da CGTP-IN no plano institucional foi condicionada pelas opções
14 políticas tomadas pelos governos no decurso do mandato. Até final de 2004
15 participou regular e activamente nas instâncias onde exerceu o direito de
16 representação, nomeadamente no Conselho Geral (ex-IDICT e ex-ISHST), no
17 Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho, no Centro Nacional de
18 Protecção de Riscos Profissionais e, ainda, em outras comissões e organismos ao
19 nível Nacional e Regional. A sua acção pautou-se pela exigência da aplicação dos
20 objectivos estratégicos e das medidas estabelecidas no acordo de concertação de
21 2001, pela denúncia permanente da ineficácia do IDICT relativamente a
22 actividades da sua responsabilidade (a implementação da rede nacional de
23 prevenção; a certificação de técnicos de segurança e de empresas prestadoras de
24 serviços externos; o programa de apoio à organização dos serviços de prevenção
25 nas empresas, particularmente nas PME's; a recolha, análise e divulgação dos
26 relatórios anuais dos serviços de SHST das empresas; a produção de indicadores
27 estatísticos; etc.) e, também, pelo combate à inoperância da IGT no que respeita
28 às suas competências de fiscalização e sancionamento quanto aos
29 incumprimentos das empresas em matéria de organização dos serviços de SHST
30 e das medidas de prevenção dos riscos profissionais legalmente exigidas.
31

32 Esta acção consequente da CGTP-IN fez com que, finalmente, o Governo viesse a
33 publicar, já no final do 1º semestre de 2004, o Plano Nacional de Acção para a
34 Prevenção (PNAP). Ainda no decurso de 2004, a CGTP-IN participou activamente
35 nas negociações de concertação para o Contrato Social para a Competitividade e
36 o Emprego e na elaboração da regulamentação do Código do Trabalho, tendo a
37 sua acção sido determinante para que fossem abortadas intenções, projectos e
38 medidas muito negativas no que se refere às matérias de segurança, higiene e
39 saúde no trabalho.
40

41 A partir de 2005, a CGTP-IN viu-se impossibilitada de exercer o seu direito de
42 participação nas instâncias consultivas onde tem assento uma vez que
43 praticamente deixaram de funcionar quer o Conselho Nacional de Higiene e
44 Segurança no Trabalho quer o Conselho Geral do ISHST. A CGTP-IN protestou
45 junto do Ministro do Trabalho tal situação, denunciou publicamente a ausência de
46 vontade política do Governo em intervir e dar cumprimento à concretização do
47 PNAP, mas o facto é que não se alterou a situação. Apesar de limitada em exercer
48 plenamente o seu direito de representação nestas instâncias, a CGTP-IN não
49 deixou no entanto de continuar a reclamar a concretização dos objectivos e das
50 medidas estabelecidas no Acordo de Concertação de 2001, bem como a
51 implementação efectiva do PNAP.
52

1 Em 14.06.2006 procedeu-se à apresentação pública do Projecto sobre o Stress no
2 Local de Trabalho, no âmbito da parceria entre a CGTP-IN e a CCP.

3
4 Em Outubro de 2006 foi criada a Autoridade para as Condições de Trabalho
5 (ACT), que passou a integrar as missões e competências anteriormente cometidas
6 à IGT e ao ISHST, procedendo à extinção daqueles organismos. Decorrido mais
7 de um ano após aquela reestruturação, agravou-se o estado de total inoperância
8 governativa neste domínio da segurança, higiene e saúde no trabalho.

9
10 A CGTP-IN participou em várias dezenas de iniciativas para que foi convidada,
11 quer por entidades nacionais ou estrangeiras, tendo apresentando comunicações
12 em Conferências, Colóquios e Seminários, de que são exemplo em 2004 o Fórum
13 Nacional sobre o Amianto, o Seminário sobre Biocidas, as Campanhas sobre
14 Riscos Profissionais na Agricultura e sobre Prevenção da Segurança na
15 Construção, a Conferência Internacional sobre a Violência no Trabalho, o
16 Seminário Internacional sobre a Estratégia Comunitária de SHST; em 2005 a
17 Conferência Internacional sobre o Amianto, realizada no Parlamento Europeu, a
18 Campanha sobre Prevenção do Ruído, o Seminário Internacional promovido pela
19 USO/Espanha sobre Prevenção de Riscos Profissionais, a Seminário Internacional
20 sobre Stress no Local de Trabalho; em 2006 a Campanha Europeia pelo
21 banimento do Amianto, a Campanha “Crescer em Segurança – os Jovens
22 Trabalhadores”, a Conferência Europeia promovida pela Base-Fut sobre a
23 Qualidade do Trabalho na União Europeia – a Segurança e a Saúde dos
24 Trabalhadores, a participação como comentador no Seminário de apresentação do
25 estudo elaborado por uma equipa de investigadores do ISCTE denominado
26 “Impactos dos acidentes de trabalho – a dimensão escondida da sinistralidade
27 laboral”; em 2007 o VII Congresso Internacional de Segurança e Saúde no
28 Trabalho, promovido pela Ordem dos Engenheiros, diversos Colóquios no âmbito
29 da Campanha Europeia sobre o Combate às Lesões Músculo-Esqueléticas
30 Relacionadas com o Trabalho, o Seminário de divulgação das conclusões do 4º
31 inquérito europeu às condições de vida e de trabalho, promovido pela Fundação
32 Dublin, a Mesa-Redonda sobre a Estratégia Comunitária de SHST para o período
33 2007-2012, realizada no âmbito da presidência portuguesa. Foram publicadas
34 várias comunicações, artigos e entrevistas, nomeadamente na “Revista
35 Segurança”.

36
37 A CGTP-IN assinalou, anualmente, o dia 28 de Abril – Dia Mundial da Prevenção
38 e Segurança no Trabalho, através de um manifesto de denúncia da sinistralidade
39 laboral em Portugal; participou em outras iniciativas, das quais se destacam as
40 intervenções efectuadas nas sessões solenes na Assembleia da República (em
41 2004, 2005 e 2006), promovidas pelo Governo.

42
43 No quadro do Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências, a CGTP-
44 IN passou a integrar a partir de 2007 a subcomissão técnica “prevenção em meio
45 laboral”, tendo emitido parecer relativamente à questão dos testes de alcoolemia e
46 outras drogas nos locais de trabalho. Entretanto, no âmbito do Projecto
47 Transnacional sobre a Prevenção de Toxicodependências em Meio Laboral
48 (Projecto Euridice), deu-se continuidade às actividades que têm vindo a ser
49 desenvolvidas com os parceiros nacionais. A CGTP-IN participou na Conferência
50 realizada em Valência/Espanha (2006), na qual apresentou um estudo efectuado
51 em algumas empresas portuguesas.

1 Em 2007 a CGTP-IN e a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)
2 assinaram um protocolo de parceria, no âmbito do Acordo-Quadro Europeu
3 subscrito pelos parceiros sociais sobre stress laboral, com o objectivo de proceder
4 nos sectores dos serviços e dos transportes de mercadorias perigosas ao estudo
5 dos factores de risco que podem provocar stress; Seminários de sensibilização e a
6 criação de um Kit de formação.

7
8 No plano das instâncias comunitárias, a CGTP-IN assegurou a representação dos
9 trabalhadores portugueses no Comité Consultivo (Comité do Luxemburgo) e, a
10 partir de 2007, também na Agência Europeia para a Segurança e Saúde no
11 Trabalho (Agência Bilbao), tendo participado regularmente nos trabalhos e
12 elaborado vários pareceres sobre revisão de directivas e outras iniciativas
13 legislativas ou instrumentos não vinculativos; participou também em Conferências
14 promovidas no âmbito do Comité Europeu e da CES para debate e
15 aprofundamento de diversos temas nos domínios da segurança, higiene e saúde
16 no trabalho, particularmente sobre o Ruído, o Stress Laboral, o programa REACH
17 (substâncias químicas perigosas) e a nova Estratégia Comunitária.

20 **4. A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA E O SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO**

22 **4.1. A contratação colectiva**

23
24 A actividade sindical desenvolvida nos últimos 4 anos, deparou-se com o enorme
25 desafio assumido no 10º Congresso de: Defender o direito à negociação colectiva;
26 Impedir a caducidade das convenções colectivas de trabalho e simultaneamente
27 proporcionar a melhoria dos salários; Proceder à actualização dos conteúdos da
28 contratação colectiva, tendo em conta as novas realidades nas relações de
29 trabalho, respeitando assim a natureza da contratação colectiva que deve ser
30 utilizada como instrumento de progresso, ou seja, no sentido mais favorável aos
31 trabalhadores.

32
33 O trabalho sindical foi desenvolvido num novo quadro legal, que resultou do código
34 do trabalho posto em vigor em 01 de Dezembro de 2003 e que permite a
35 caducidade das convenções colectivas, em determinadas condições e subverteu o
36 princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador. Sendo estas as duas
37 principais componentes do código, que vieram penalizar fortemente o direito
38 constitucional dos sindicatos à contratação colectiva.

39
40 Nestes 4 anos, a intensa intervenção sindical a todos os níveis: Na luta persistente
41 dos trabalhadores; Firmeza na intervenção sindical na negociação colectiva em
42 defesa dos direitos e das convenções colectivas de trabalho, conseguiu-se impedir
43 que os objectivos anunciados pelo Ministro do Trabalho da altura, Bagão Félix,
44 (Governo PSD) aquando da elaboração do código do trabalho, (destruição total da
45 contratação colectiva) e pela ofensiva patronal que se seguiu com o boicote
46 generalizado da negociação colectiva, visando o mesmo objectivo. Chegamos a
47 2007, salvo algumas perdas que se estão a verificar, foi possível manter em vigor
48 a generalidade da contratação colectiva.

49
50 O impacto da entrada em vigor do código do trabalho na contratação colectiva foi
51 violento em 2004. As convenções colectivas publicadas nesse ano foram de
52 apenas 1/3 da média dos últimos 5 anos, abrangendo só cerca de 600 mil

1 trabalhadores. Houve, por esse motivo, mais de um milhão de trabalhadores que
2 nesse ano não obtiveram aumentos salariais através da negociação colectiva.

3
4 A situação de boicote patronal generalizado que se verificou em 2004, só não teve
5 consequências ainda mais graves para os trabalhadores, porque em vários
6 sectores e empresas, se conseguiu acordar actualizações salariais, embora sem
7 publicação das respectivas convenções colectivas e também por uma intensa
8 acção reivindicativa de empresa em forma de cadernos reivindicativos.

9
10 Entretanto realizaram-se eleições para a Assembleia da Republica e tendo ganho
11 o Partido Socialista, e tendo este partido assumido uma posição de defesa da
12 contratação colectiva, aquando a discussão do código do trabalho, a CGTP-IN
13 reivindicou a revogação das normas gravosas junto do novo governo, tal como o
14 partido que o apoia, se havia comprometido na campanha eleitoral. O governo
15 entretanto empossado, dá o dito pelo não dito e mantém o desequilíbrio a favor do
16 patronato na contratação colectiva tendo-o mesmo agravado, através do
17 acréscimo das restrições dos efeitos para os trabalhadores em caso de
18 caducidade da convenção colectiva.

19
20 Face a esta atitude do governo, de dar o dito pelo não dito, a CGTP-IN realizou
21 em 27 de Julho de 2005 uma tribuna pública frente ao Ministério do trabalho no
22 sentido de exigir que o governo cumprisse o que havia prometido.

23 **Contratos publicados e trabalhadores envolvidos (*)**

	2007	2006	2005	2004	2003
N.º Contratos	252	245	254	162	342
N.º trabalhadores (mil)	1569,2	1418,8	1074,1	600,5	1512,2

24
25 (*) fonte: Ministério do Trabalho

26
27 A retoma de forma progressiva da negociação colectiva, só foi possível, através
28 um intenso trabalho sindical que foi desenvolvido a todos os níveis,
29 nomeadamente através da luta a partir dos locais de trabalho, nas empresas e
30 sectores, numa acção contínua de denuncia e combate ao boicote patronal.
31 Apesar de todo o esforço desenvolvido persiste no entanto, o boicote patronal à
32 negociação de importantes convenções colectivas em vários sectores
33 nomeadamente na indústria e transportes rodoviários.

34
35 Por outro lado, também se intensificou as tentativas do patronato de pressionar os
36 trabalhadores a aderirem individualmente às convenções colectivas, entretanto
37 alteradas e esvaziadas de parte dos direitos nelas contidos, com forma de, por via
38 da relação individual de trabalho levarem a que estes abdicuem de direitos.
39 Situação que levou a uma redobrada atenção por parte dos sindicatos, no sentido
40 de evitar que os trabalhadores sejam vitimas de chantagem patronal.

41
42 Atenta a todo este novo quadro de ofensivas, foi dinamizado pela CGTP-IN e
43 desenvolvido em todos os sectores, um intenso debate com os dirigentes,
44 delegados e activistas, no sentido de estes adquirirem os conhecimentos,
45 necessários para as acções de informação e esclarecimento dos direitos constante
46 das convenções colectivas junto dos trabalhadores, de forma a estes exigirem o
47 seu cumprimento motivando-os assim para defenderem a convenção colectiva.

48
49 Realizaram-se reuniões periódicas de debate das federações e sindicatos na sede
50 da CGTP-IN sobre Contratação Colectiva possibilitando troca de experiências e a

1 coordenação geral desta importante frente sindical por parte da direcção da CGTP;
2 realizou-se, em 16 de Novembro de 2005, um debate alargado sobre contratação
3 colectiva tendo sido aprovadas orientações gerais para a intervenção do
4 movimento sindical, tendo sido também um dos principais temas de discussão na
5 4ª Conferência da Organização Sindical, que se realizou em 26 de Janeiro de
6 2007.

7
8 Sendo a Confederação Patronal da Indústria Portuguesa (CIP) a principal
9 responsável pelo bloqueio da contratação colectiva em Portugal, pois é nos
10 sectores que representa que se verificam o maior número de convenções
11 bloqueadas, assim como é esta a Confederação Patronal que mais defende a não
12 negociação como forma de possibilitar a desactualização progressiva das
13 convenções colectivas influenciando assim, com o seu exemplo, negativamente
14 toda a contratação colectiva em Portugal.

15
16 Cientes dos prejuízos que esta estratégia patronal representa para os
17 trabalhadores, a CGTP-IN e o movimento sindical desencadearam, após a entrada
18 em vigor do código do trabalho, uma intensa acção sindical que envolveu as mais
19 diversas formas de luta, pelo direito à negociação colectiva e contra o boicote
20 patronal, desde de greves nas empresas e sectores, manifestações e
21 concentrações de trabalhadores tendo-se realizado três acções de massas junto
22 Confederação Patronal CIP, em 30 de Março de 2005, em 7 de Março de 2006,
23 que desfilou para o Ministério do Trabalho e, em 2 de Março de 2007, integrada na
24 grande jornada de luta nacional.

25
26 No segundo semestre de 2006, iniciou-se a aplicação do regime jurídico da
27 arbitragem obrigatória. Estas arbitragens envolveram a determinação de serviços
28 mínimos em empresas abrangidas por pré-avisos de greve e a celebração e
29 revisão de convenções colectivas de trabalho. A maioria dos processos respeitou à
30 determinação de serviços mínimos (56 até Dezembro de 2007); a arbitragem
31 obrigatória foi pedida para 5 processos de contratação colectiva. A experiência
32 destes processos confirmou as reservas e críticas feitas pela CGTP-IN. A
33 instituição deste procedimento não visou a resolução de conflitos decorrentes da
34 contratação colectiva, depois de esgotados todos os outros meios, mas antes a
35 limitação do direito de greve em serviços públicos e em empresas do sector
36 empresarial do Estado. A CGTP-IN procedeu à impugnação de algumas das
37 decisões arbitrais, consideradas menos respeitadoras do direito de greve.

38 39 40 **4.2. A actividade do CES e a participação institucional**

41 *4.2.1. A actividade do CES e a concertação social*

42
43 A CGTP-IN participou activamente nas actividades do CES tendo em vista
44 influenciar as suas tomadas de posição sobre as políticas económicas e sociais,
45 nas quais se destacaram a aprovação de pareceres. Em resultado da
46 recomposição do Plenário, a CGTP-IN ficou com a Presidência e a Vice-
47 presidência, respectivamente da CDROT (Comissão para o Desenvolvimento
48 Regional e Ordenamento do Território) e da CEPES (Comissão Especializada para
49 as Políticas Económicas e Sociais).

1 Os principais temas em apreciação foram, para além das Grandes Opções do
2 Plano (anuais e GOP 2005-2009): a Estratégia de Lisboa (2005) que foi objecto de
3 um parecer de iniciativa que apenas foi aprovado em segunda votação; o futuro da
4 Europa (2005), no contexto da discussão sobre o chamado Tratado Constitucional,
5 que deu origem a uma proposta de parecer que não reuniu os votos necessários
6 para ser aprovada, e em que a CGTP-IN se absteve; a problemática dos serviços
7 públicos (os serviço de interesse geral, na terminologia comunitária); a imigração,
8 desenvolvimento e coesão social (2006), objecto de um parecer centrado sobre a
9 nova lei de imigração portuguesa; o Quadro de Referência Estratégica Nacional,
10 objecto de dois pareceres aprovados em 2006 e em 2007; o Programa Nacional de
11 Política de Ordenamento do Território (2007); o Plano Nacional de Acção para a
12 Inclusão (2007). O CES passou também a pronunciar-se sobre a Conta Geral do
13 Estado tendo aprovado pareceres sobre as Contas de 2005 e 2006. Os pareceres
14 exprimiram posições que foram, com frequência, muito críticos face às políticas
15 económicas e sociais governamentais e alguns deles tiveram impacto na opinião
16 pública.

17
18 No âmbito da concertação social (CPCS), são de destacar: a revisão do Código de
19 Trabalho; negociações bilaterais entre confederações sindicais e patronais;
20 negociações tripartidas.

21
22 A revisão do Código de Trabalho foi um tema central ao longo de todo o período. O
23 Governo decidiu rever, numa fase inicial, a parte respeitante à contratação
24 colectiva. A discussão foi muito complexa, dada a atitude de intransigência do
25 patronato face às matérias mais gravosas do Código e à atitude de recuo do
26 Governo em relação a posições que antes tinham sido defendidas pelo Partido
27 Socialista. Esta matéria foi discutida na concertação social tendo-se chegado a um
28 texto, que não mereceu o acordo da CGTP-IN (2005). O Governo apresentou mais
29 tarde na Assembleia da República um projecto de diploma que reproduziu este
30 texto, tendo o PS recusado qualquer alteração. No final de 2006, o Governo
31 avançou com a constituição de uma Comissão cujo objectivo foi apresentar
32 propostas sobre a revisão do Código de Trabalho. Este processo encontra-se
33 ainda em curso.

34
35 Foram subscritos dois acordos de natureza bilateral. O primeiro, sobre a
36 dinamização da contratação colectiva (2004) visou ultrapassar os principais
37 bloqueamentos e impasses existentes. Realizaram-se também reuniões de
38 acompanhamento da execução do acordo. Porém, aquela finalidade não foi
39 alcançada. O segundo, sobre a formação profissional (2006), sendo o seu principal
40 conteúdo a aplicação dos compromissos legalmente estabelecidos sobre a
41 formação contínua. A sua efectividade foi igualmente muito baixa.

42
43 As negociações tripartidas abrangeram, para além do Código de Trabalho: a
44 revisão da legislação do subsídio de desemprego, uma negociação muito difícil
45 que deu origem a um compromisso, que teve o desacordo da CIP (2006); a
46 reforma da segurança social (2006); a fixação e a evolução do salário mínimo
47 nacional (2006); a formação profissional que deu origem a um acordo que a
48 CGTP-IN não subscreveu (2007); as políticas activas de emprego, processo que
49 se encontra ainda em curso.

50
51 Nestes processos, são de destacar a reforma da segurança social e o salário
52 mínimo. A reforma da segurança social contou com a forte oposição da CGTP-IN,

1 devido sobretudo à introdução de sustentabilidade no cálculo das pensões. Já o
2 acordo sobre o salário mínimo foi muito importante pois constituiu um resultado
3 directo da intervenção desenvolvida pela CGTP-IN (ver 3.3)

4
5 Foram também discutidas na concertação social diversas matérias, das quais se
6 realçam: a criação de um Centro de Relações de Trabalho, matéria que tinha sido
7 incluída no Acordo sobre a Dinamização da Contratação Colectiva; a revisão da
8 legislação que reestrutura o CNHST (Conselho Nacional de Higiene e Segurança
9 no Trabalho); o combate à fraude e à evasão fiscal; as matérias referentes à
10 criação de condições para a arbitragem; o Livro Verde para as Relações Laborais;
11 o novo regime jurídico do trabalho temporário; a flexisegurança.

12 *4.2.2. A participação institucional*

13
14 A participação da CGTP-IN em órgãos e instâncias oficiais envolveu um elevado
15 número de áreas, de órgãos de participação e de problemáticas. Esta participação
16 desenvolveu-se quer no âmbito nacional (Continente e Regiões Autónomas), quer
17 no comunitário (CES europeu, Fundação de Dublin, Comité de Emprego,
18 CEDEFOP, Comité Consultivo do Fundo Social Europeu, etc.), incluindo a
19 actividade de comités e grupos de trabalho no quadro da Confederação Europeia
20 de Sindicatos.

21
22 A participação institucional abrangeu um número muito elevado e diverso de áreas:
23 Administração Pública; ambiente e desenvolvimento sustentável; comunicação
24 social; condições de trabalho; conflitos de trabalho; consumo; criação de
25 empresas; desenvolvimento regional e ordenamento do território; direitos das
26 mulheres; economia; educação; emprego; estatísticas; família; formação e
27 qualificação profissional; fundos comunitários; igualdade; inclusão/exclusão social
28 e pobreza; integração de deficientes; justiça; juventude; legislação de trabalho;
29 migrações e livre circulação dos trabalhadores; políticas económicas; qualidade;
30 salários (garantia salarial); saúde; segurança, higiene e saúde no trabalho;
31 segurança social; tempos livres; toxicod dependência; trabalho infantil; turismo. Por
32 outro lado, o funcionamento foi muito diferenciado, desde os casos em que a
33 participação foi efectiva até os casos em que pura e simplesmente não existiu, ou
34 não passou do cumprimento de formalismos legais.

35
36 É assim muito difícil fazer um balanço da actividade desenvolvida. Ainda assim,
37 pode-se afirmar que: o grau de eficácia da participação institucional em termos de
38 influência na tomada de decisão foi, em regra, baixo; foi elevado o grau de
39 governamentalização, o que compreende em geral a capacidade determinativa do
40 Governo em relação ao modo como funciona (ou não) a participação e aos seus
41 resultados; a função consultiva foi, muitas vezes, falsa, no sentido de que as
42 decisões já estavam tomadas e, por vezes, mesmo em execução; houve melhores
43 resultados quanto à obtenção de informativa; teve, em geral, pouca visibilidade.
44 Constataram-se também existirem, nalguns casos, dificuldades na participação
45 sindical (como sejam o sobrecarregamento de cargos disponíveis face às
46 solicitações, com a insuficiente coordenação e circulação de informação e a
47 inadequada preparação dos quadros).

48 **4.3. A negociação colectiva europeia**

49
50

1 A CGTP-IN acompanhou as actividades da CES nas áreas da negociação
2 colectiva, através da sua participação nos seus órgãos de decisão, nas suas
3 comissões em processos concretos de negociação com as confederações
4 patronais europeias. Participou assim activamente: nas diversas reuniões do
5 Comité Executivo; no XI Congresso (2007); no Comité de Negociação colectiva; no
6 Comité de diálogo social.

7
8 Foram de destacar neste período: a discussão da política de contratação colectiva
9 na CES; o reforço da coordenação, quer ao nível confederal, quer no âmbito das
10 Federações europeias, por via de troca de informação e de experiências e da
11 aprovação de linhas orientadoras; a discussão de temas reivindicativos, sendo de
12 destacar as respeitantes ao impacto na negociação colectiva das deslocalizações
13 e reestruturações de empresas, à aprendizagem ao longo da vida, ao salário
14 mínimo europeu, ao direito do trabalho, e à flexissegurança; a discussão sobre uma
15 iniciativa da Comissão Europeia com vista à criação de um quadro jurídico
16 opcional para os acordos transnacionais. A CGTP-IN informou regularmente a
17 CES sobre o desenvolvimento da negociação colectiva em Portugal.

18
19 Decorreram diversos processos de negociação europeia, sendo de destacar dois
20 acordos-quadros, um sobre stress no trabalho (2004) e outro sobre o assédio e a
21 violência no trabalho (2007). Tratou-se de acordos que não são vinculativos em
22 termos jurídicos mas em que existe uma obrigação de aplicação pelas
23 organizações filiadas nas organizações subscritoras. Daí que fosse importante o
24 acompanhamento não só destes acordos, mas também de acordos anteriores
25 (como os referente ao teletrabalho e à igualdade no género).

26
27 A discussão conjunta (entre a CES e o patronato europeu) da situação no mercado
28 de trabalho conduziu à aprovação de um documento (2007), o qual contém
29 recomendações dos parceiros sociais que abrangem a flexissegurança, sobre as
30 quais a CGTP-IN teve uma atitude crítica.

31 32 **4.4. Os Conselhos de Empresa Europeus**

33
34 As actividades relacionadas com a eleição, acompanhamento e apoio à actividade
35 dos representantes dos trabalhadores nos CEE está cometida às federações e/ou
36 sindicatos. À estrutura central da CGTP-IN cabe acompanhar estas nossas
37 estruturas, desenvolver acções de formação, responder às solicitações a nível
38 interno e externo. No quadriénio que agora finda verificou-se uma melhoria
39 significativa da nossa actividade nesta frente de trabalho ainda que fortemente
40 condicionada por todo o processo de reestruturações, encerramento de empresas
41 e despedimentos que têm vindo a atingir os trabalhadores de inúmeras empresas
42 multinacionais.

43 44 45 **4.5. A Acção Sindical Transfronteiriça**

46
47 Os Comités Sindicais Inter-Regionais estão constituídos em todas as regiões
48 fronteiriças Portugal-Espanha. A sua actividade é marcada pelas dinâmicas das
49 actividades económicas interfronteiriças e pela circulação de trabalhadores, que
50 variam de região para região. São, em primeiro lugar, as uniões sindicais destas
51 regiões que desenvolvem a actividade desta frente de trabalho. À estrutura central

1 da CGTP-IN cabe acompanhar estas nas suas actividades e apoiá-las. Num
2 balanço geral considera-se positivo o trabalho desenvolvido.

3 4 5 **5. AS POLÍTICAS SOCIAIS E A POLÍTICA FISCAL**

6 7 **5.1. Políticas Sociais**

8
9 No Programa de Acção do seu 10º Congresso a CGTP-IN afirmava, “que se vivia
10 uma ofensiva sem precedentes contra as funções sociais do Estado e que as
11 forças neoliberais e conservadoras agiam para tornar os direitos sociais,
12 nomeadamente a segurança social, a saúde e o ensino, em meros produtos de
13 mercado.”

14
15 Que Portugal, no contexto da U.E., era o País com mais profundas desigualdades
16 sociais, e que 20% da sua população vivia em risco de pobreza.

17
18 E que o sistema fiscal não correspondia ao objectivo constitucional de obter uma
19 repartição justa dos rendimentos e da riqueza, não corrigindo, como devia, as
20 desigualdades na chamada repartição primária e que o sistema era desequilibrado
21 e socialmente injusto.

22
23 Era afirmado, ainda, a necessidade de profundas alterações na nossa sociedade e
24 uma imperativa mudança de rumo, face aos retrocessos económico, social e
25 cultural. A solidariedade e a justiça social, a par de outros eixos, eram
26 consideradas como condições imprescindíveis para se edificar uma sociedade com
27 menos desigualdades e afirmava-se que a solidariedade e a justiça social não se
28 oponham ao progresso, bem pelo contrário, eram condição essencial para a sua
29 concretização.

30
31 A CGTP-IN, no seu Programa, defendeu políticas sociais, universalistas e com um
32 elevado nível de protecção, por representarem um factor de competitividade, uma
33 maior coesão social e menos desigualdades e por constituírem uma garantia para
34 um desenvolvimento económico e social. Para a CGTP-IN, o papel do Estado era
35 considerado crucial no desenvolvimento social, sendo vital que não se demitisse
36 do papel e funções que constitucionalmente lhe estão atribuídas.

37
38 No ano 2004, em que se realizou o 10º Congresso, a CGTP-IN desenvolveu uma
39 intensa actividade para concretizar as reivindicações e as linhas de acção
40 preconizadas no Congresso e dar resposta às políticas de subversão do Estado,
41 preconizadas pelo Governo PSD/CDS salientando-se, toda a acção desenvolvida
42 em redor da **Educação**, tendo presente que o Governo apresentou um projecto de
43 Lei de Bases da Educação sustentada numa intolerável desresponsabilização do
44 Estado.

45
46 O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, realizado em Coimbra, a 4 de
47 Novembro; a Tribuna Pública sobre o Ensino, em Viseu; e a Marcha da Educação,
48 que reuniu pela primeira vez milhares de trabalhadores de todos os sectores, em
49 Lisboa, em Defesa da Escola Pública, levou a que a Lei de Bases não fosse
50 concretizada, tendo vindo a ser vetada pelo Presidente da República Jorge
51 Sampaio, o que representou uma importante vitória para o movimento sindical.

1 Na **Saúde**, há assinalar, como mais significativo, uma acção em Defesa do SNS,
2 em 7 de Abril, com uma concentração e desfile junto do Ministério da Saúde; uma
3 Tribuna Pública, em Coimbra, a 18 de Maio. É de registar o êxito da luta e das
4 acções diversas que a CGTP-IN desenvolveu junto de várias entidades de
5 profissionais para que não fosse por diante a entrega da gestão dos cuidados
6 primários de saúde a entidades privadas e cooperativas de médicos, preconizada
7 pelo Governo de então.

8
9 A CGTP-IN assinalou condignamente o 25º Aniversário do SNS, com uma sessão
10 evocativa, em 18 de Setembro de 2004, juntando várias personalidades de vários
11 quadrantes políticos, que exaltaram a sua importância e a necessidade da sua
12 consolidação, e de haver uma inversão nas políticas seguidas, nomeadamente da
13 entrega a privados de partes significativas do SNS.

14
15 A CGTP-IN, em 21 de Outubro de 2004, assinou o Manifesto Laboral contra a Sida
16 da qual faz parte também a OIT, com o objectivo de dar resposta ao HIV/Sida no
17 meio laboral. A CGTP-IN divulgou por todo o País, através das suas estruturas,
18 toda a documentação publicada, para esclarecer e sensibilizar os trabalhadores.

19
20 Na saúde, a política governamental do PSD/CDS foi orientada para a retirada do
21 Orçamento de Estado das contas dos hospitais empresarializados, para se cumprir
22 o PEC, o que levou a CGTP-IN a realizar diversas iniciativas junto do Provedor da
23 Justiça e Grupos Parlamentares e, também, pelo facto de há 20 anos não serem
24 aumentadas as participações do SNS para com as próteses e órteses.

25
26 As listas de espera das cirurgias continuaram a ser um tabu e as manobras foram
27 diversas para o País não conhecer a verdade.

28
29 Na **Segurança Social**, o ano 2004 ficou marcado por uma diminuição significativa
30 do subsídio de doença, no que se refere às doenças até 90 dias, tendo havido um
31 repúdio muito forte dos trabalhadores contra esta medida tomada pelo Governo.

32
33 O facto da CGTP-IN ter desenvolvido várias acções a nível nacional, contra este
34 novo regime do subsídio de doença, impediu que o Ministro Bagão Félix levasse
35 por diante a intenção de alterar o subsídio de desemprego e permitiu ainda que
36 fossem repostos, após as eleições de Fevereiro de 2005, os direitos perdidos na
37 protecção na doença e que estes fossem reforçados.

38
39 Há a registar ainda uma significativa vitória para os trabalhadores, em 2004, pois
40 pela segunda vez, em menos de uma década, travou-se a discussão sobre o
41 plafonamento das pensões sem, qualquer êxito. Esta vitória deveu-se à acção
42 dinâmica da CGTP-IN e do envolvimento dos trabalhadores. Se o Governo
43 conseguisse, como era sua intenção, introduzir o plafonamento (tecto contributivo)
44 nas pensões, este representaria um forte revés na protecção dos trabalhadores e
45 em todo o sistema de segurança social, a favor do sector privado.

46
47 O PSD/CDS, não atacou só o subsistema previdencial, mas também os
48 subsistemas em geral: no do apoio à família, pôs termo à universalidade do abono
49 de família e no da solidariedade “arrasou” o rendimento mínimo de inserção,
50 afastando muitas pessoas do seu acesso, nomeadamente os indivíduos com
51 menos de 30 anos e deixou atrasos brutais na avaliação dos processos.

1 Aliás, um dos objectivos do Ministro Bagão Félix foi de associar esta prestação
2 social aos que nada faziam, quando cerca de 60% dos beneficiários têm
3 rendimentos.

4
5 A CGTP-IN, na Comissão Nacional do RMI, apresentou propostas para alterar a
6 legislação, que receberam um apoio generalizado dos outros membros. Quanto
7 aos aspectos relacionados com a renovação da prestação, o Governo recuou, mas
8 quanto à reposição dos direitos porque lutávamos, só foram alcançados já no
9 governo do PS.

10
11 O Governo PSD/CDS desprezou, na sua governação, as questões financeiras da
12 Segurança Social, até porque estava interessado em dar alento às teses de
13 falência da Segurança Social tão apregoadas pelo sector financeiro. O Tribunal de
14 Contas chamou diversas vezes a atenção da falta de transparência das contas e
15 para o défice existente no regime previdencial. O Fundo de Estabilização da
16 Segurança Social sofreu um sério revés, dado que o Governo deixou de transferir
17 mensalmente as verbas a que estava obrigado, evocando as dificuldades
18 financeiras da segurança social.

19
20 O PSD/CDS tudo fizeram para desacreditar o sistema de segurança social, para
21 atingir o objectivo de privatizar parte das pensões dos trabalhadores, o que não
22 conseguiram.

23
24 Quanto às receitas do Estado, o comportamento foi idêntico, houve um fracasso
25 total no que se refere à recuperação de receitas, com excepção do IRS cobrado
26 aos trabalhadores por conta de outrem. Apesar das promessas de combater a
27 fraude e evasão, estas atitudes continuaram a progredir, enveredando o Governo
28 pela contenção da despesa, atacando seriamente as funções sociais do Estado.

29
30 Um ano após o 10.º Congresso da CGTP-IN, realizaram-se eleições legislativas,
31 num clima de esperança e de legítimas expectativas, com a vitória do PS, tendo
32 tido este, uma maioria absoluta. Nas eleições, os trabalhadores condenaram
33 claramente as políticas de direita seguidas anteriormente, mas, rapidamente,
34 acabaram por ficar claramente frustrados face às medidas entretanto tomadas pelo
35 Governo, que não só, não corresponderam a promessas feitas, como deram
36 continuidade à política do anterior governo e a aprofundaram.

37
38 No plano da **protecção social**, uma das marcas do Governo Sócrates foi a
39 unificação dos regimes da função pública e do regime geral da segurança social, o
40 que levou à retirada de direitos dos trabalhadores da Administração Pública
41 Central e Local, provocando neles um profundo descontentamento. Os
42 trabalhadores, conseqüentemente, desencadearam várias greves e manifestações
43 nos diversos sectores, para combater essas medidas, nomeadamente as que
44 visavam aumentar a idade de reforma e alterar as regras de cálculo das pensões.

45
46 A unificação dos regimes e as diferenças existentes entre eles foram evocadas
47 pelo Governo, mas é um facto, que as utilizaram para nivelar por baixo a protecção
48 social e não no sentido do progresso.

49
50 A CGTP-IN desenvolveu com toda a estrutura uma acção sem precedentes, junto
51 de todos os outros trabalhadores para se identificarem e solidarizarem com a luta
52 dos trabalhadores da função pública, na defesa do papel do Estado e das funções

1 sociais, consagradas na Constituição da República e, também, dos serviços
2 públicos, dado que as medidas avançadas pelo Governo do PS estavam todas
3 associadas e diziam respeito a todos os trabalhadores.

4
5 Todo este trabalho amplamente desenvolvido permitiu que a CGTP-IN realizasse
6 no dia 18 de Maio de 2005, a I Conferência Sindical sobre as Funções do Estado e
7 Administração Pública, onde participou toda a nossa estrutura e de onde saíram
8 importantes orientações para todo o movimento sindical.

9
10 O Governo em relação à **segurança social**, apresentou um esboço de proposta
11 para alterar o subsídio de desemprego, tendo a CGTP-IN repudiado muitas das
12 ideias avançadas, o que levou ao adiamento do processo. Para isso contribuiu a
13 discussão que houve a nível nacional com os dirigentes e activistas e,
14 subsequentemente, com os trabalhadores.

15
16 O Governo PS dramatizou o estado das contas da segurança social deixado pelo
17 governo anterior, preparando assim o terreno para diminuir direitos,
18 nomeadamente no sistema previdencial, em nome da sustentabilidade de
19 segurança social.

20
21 A CGTP-IN apresentou aos órgãos de poder 10 propostas reivindicativas, para
22 permitir a sustentabilidade da segurança social, e abrir assim o caminho para uma
23 discussão que considerávamos necessária sobre a matéria.

24
25 O Partido Socialista, durante a campanha eleitoral, elegeu como bandeira um valor
26 mínimo, abaixo do qual nenhum idoso podia ter de rendimento, a que chamou
27 complemento social para idosos. Mas, quando foi conhecida a medida no concreto,
28 a CGTP-IN discordou da forma como se adquiria o direito e propôs alterações.

29
30 Consideramos de todo inaceitável, que os rendimentos dos idosos que vivem
31 independentes, tenham que se sujeitar aos rendimentos dos filhos. Esta medida
32 provocou grandes debates, e a CGTP-IN dirigiu-se ao Provedor da Justiça e
33 Assembleia da República, mas o Governo não recuou nas suas intenções. É um
34 facto que o número de pessoas atingidas pela medida tem ficado muito aquém das
35 esperadas pelo Governo.

36
37 A CGTP-IN não deixa de insistir da necessidade de alterar as regras de aferimento
38 dos rendimentos para adquirir este direito, dado que penaliza muitos idosos, tendo-
39 se novamente dirigido, no início deste ano em curso, ao Provedor da Justiça.

40
41 A CGTP-IN formulou na IV Conferência sobre a Igualdade entre Mulheres e
42 Homens, que se realizou no dia 15 de Abril de 2005, reivindicações na área da
43 maternidade que, no nosso entender, iriam colmatar a falta de respostas a
44 problemas sociais, nomeadamente das mulheres desempregadas, que foram
45 entregues ao Ministro do Trabalho e Grupos Parlamentares. Certamente que as
46 medidas entretanto avançadas pelo Governo em 2007, sobre o subsídio pré-natal
47 e a bonificação do abono familiar, não são indiferentes a estas reivindicações da
48 CGTP-IN.

49
50 A integração dos trabalhadores bancários, no regime de segurança social, foi
51 suscitada por alguns banqueiros, para resolver os possíveis acréscimos de
52 despesas no regime de protecção social destes trabalhadores, estatuto que está

1 previsto na contratação colectiva e que é suportado pelos Fundos de Pensões
2 Privados.

3
4 A CGTP-IN, de imediato exigiu a sua participação neste processo, tendo reunido
5 com o Ministro do Trabalho e com o Presidente do BCP de então, e com diversas
6 estruturas de trabalhadores bancários, dado que estava em causa transferências
7 de capitais para o sistema público de segurança social. Este processo, até ao
8 presente, acabou por não ir por diante.

9
10 O Governo do PS, na sua ofensiva contra as funções sociais, prosseguiu com a
11 sua acção, no sentido de reduzir a protecção social e, em 2006, encetou uma
12 reforma no sistema de segurança social.

13
14 Para poder dar corpo à sua política, apresentou uma nova Lei de Bases de
15 Segurança Social, ou seja num período de 7 anos, houve três Leis de Bases, o
16 que é totalmente incompreensível, dado tratar-se do diploma que traça a
17 arquitectura do sistema de segurança social do País. Nela introduziu o
18 plafonamento vertical, contrariando a Lei de Bases, aprovada no Governo de
19 António Guterres, que introduziu o plafonamento horizontal. O plafonamento
20 vertical, veio a criar uma aliança com a proposta de Lei de Bases do PSD
21 apresentada na Assembleia da República. Pela primeira vez, é introduzida a
22 concepção de plafonamento vertical, que poderá atingir todos os trabalhadores
23 sem excepção, e de assim verem reduzidas as contribuições sobre os seus
24 rendimentos para a segurança social, a favor dum sistema individual e privado.
25 Neste diploma há a registar a introdução do factor de sustentabilidade, que visa
26 ligar a esperança de vida depois dos 65 anos ao valor das pensões, elemento que
27 foi considerado como estratégico pelo Governo.

28
29 O Governo do PS, rejeitando o Acordo de 2001 sobre a Modernização da
30 Segurança Social, apresentou uma proposta sobre as pensões de velhice e
31 invalidez, com o objectivo de reduzir as pensões de reforma no futuro, penalizando
32 essencialmente os trabalhadores mais novos, através do dito factor de
33 sustentabilidade. Nesse sentido, promoveu um novo Acordo entre o patronato e a
34 UGT, tendo a CGTP-IN manifestado o seu desacordo.

35
36 Este Acordo veio permitir a condenação do aumento da esperança de vida, que
37 constituiu um dos grandes progressos da humanidade, do qual os trabalhadores
38 são grandes obreiros, fazendo-a pagar exclusivamente a estes. Por outro lado, não
39 respeitou o compromisso de transição, do cálculo das pensões, que resultou do
40 Acordo sobre a Modernização da Segurança Social.

41
42 O factor de sustentabilidade, em vigor desde 1 de Janeiro de 2008, penaliza já em
43 cerca de 1% o valor das pensões requeridas a partir dessa data.

44
45 A CGTP-IN propôs ao patronato e ao Governo, para contrapor ao factor de
46 sustentabilidade, uma alternativa global sobre financiamento da segurança social.
47 Temos de considerar que este trabalho realizado pela CGTP-IN foi de grande folgo
48 e de grande importância, para provar que havia outros caminhos para financiar a
49 segurança social, mas é um facto que não atingimos os nossos objectivos numa
50 matéria que é estratégica.

1 Esta proposta da CGTP-IN visava assegurar para já as receitas até 2020, mas o
2 Governo e o patronato, numa posição revanchista, não a quiseram discutir,
3 prosseguindo os seus objectivos. Toda esta matéria promoveu grandes discussões
4 a nível nacional, entre os trabalhadores, especialistas e partidos políticos, durante
5 largos meses. A CGTP-IN rejeitou, desde a primeira hora, qualquer proposta que
6 reduzisse as pensões e obrigasse os trabalhadores a permanecerem no trabalho
7 para além dos 65 anos.

8
9 Para além dos amplos debates em todas as regiões, sectores e locais de trabalho,
10 as lutas de 8 de Junho de 2006, de 12 de Julho, de 12 de Outubro – com mais de
11 100 mil manifestantes – de 15 de Novembro e de 25 de Novembro, tiveram
12 presente nos seus objectivos a Lei de Bases e o regime das pensões e da
13 protecção social dos trabalhadores em geral e da função pública.

14
15 As alterações propostas pelo Governo ao subsídio de desemprego, não foram
16 integralmente por diante, porque a CGTP-IN fez um profundo trabalho para evitar
17 que houvesse um desaire nesta matéria. Não tendo havido um acordo
18 constituíram-se patamares de entendimento sobre alguns conteúdos.

19
20 Quanto à situação financeira da Segurança Social, tem havido uma evolução
21 positiva e que assenta em muito no comportamento das receitas, nomeadamente
22 na evolução das contribuições que tem evidenciado um acréscimo com algum
23 significado, a que o combate à evasão e fraude não é alheio.

24
25 Nas execuções orçamentais verifica-se que as despesas as pensões têm crescido
26 ao mesmo ritmo das receitas, embora em grande número estas são ainda de baixo
27 valor, mas houve uma diminuição das despesas que se deve, essencialmente, ao
28 subsídio de doença e desemprego e no apoio ao emprego. Mas onde houve maior
29 impacto foi com os subsídios à acção de formação profissional.

30
31 Apesar de se estarem a registar saldos positivos da execução orçamental da
32 segurança social, há um facto importante que importa ter presente, é que a Lei de
33 Bases da Segurança Social continua a não ser cumprida. No artigo 111º desta Lei,
34 refere que deve reverter uma parcela de 2 a 4 pontos percentuais do valor
35 percentual correspondente às quotizações dos trabalhadores para o Fundo de
36 Estabilização Financeira da Segurança Social, sendo que estas transferências já
37 não se realizam há 5 anos, tendo sido só transferidas verbas da alienação de
38 património, e nos últimos dois anos os saldos da segurança social, conforme a Lei
39 de Bases determina. Por outro lado, é preciso não esquecer que parte significativa
40 da despesa do subsistema previdencial é com pensões e, como atrás foi referido,
41 o peso das pensões de baixo valor é significativo, o que demonstra que as
42 questões que se prendem com o financiamento da segurança social são de grande
43 actualidade.

44
45 A CGTP-IN tem de se empenhar fortemente para que seja assegurado no futuro o
46 financiamento da segurança social, para que esta responda cabalmente às suas
47 responsabilidades.

48
49 O sistema de Acção Social no sistema de segurança social, destina-se a assegurar
50 a protecção dos grupos mais vulneráveis, como crianças, jovens, pessoas com
51 deficiência e idosos, bem como outras pessoas em situação de carência
52 económica ou social.

1
2 E a rede de equipamentos sociais é fundamental para que a acção social possa
3 cumprir a sua missão. Mas, continuam a existir grandes défices neste campo,
4 nomeadamente nas respostas aos idosos dependentes e no apoio domiciliário.
5 Quanto às crianças, o maior défice encontra-se a nível das creches públicas, tendo
6 os pais que pagar pesadas mensalidades nas creches privadas que, muitas vezes,
7 são superiores aos gastos feitos pelas famílias, com filhos no ensino superior.

8
9 O Estado tem vindo a demitir-se das suas funções sociais, entregando-as,
10 essencialmente, ao sector de economia social que geram, na admissão dos
11 utentes, muitas assimetrias e mesmo clientelismos.

12
13 O Programa PARES, lançado pela Segurança Social, que visa a criação de novos
14 lugares, tem como público-alvo, a infância, pessoas idosas e pessoas com
15 deficiência. Afigura-nos que o mesmo seja insuficiente para a grande procura
16 destes serviços, essencialmente nas grandes áreas metropolitanas.

17
18 Estas respostas sociais, também vão ser contratualizadas e exigem da nossa parte
19 a maior atenção, principalmente das nossas estruturas distritais, dado que a acção
20 social é de grande importância para as famílias, sendo essenciais para conciliar a
21 vida profissional, familiar e pessoal. Este tema é hoje abordado por muita gente,
22 mas, temos que reconhecer, com a maior hipocrisia.

23
24 O Governo actualizou, no final de Dezembro 2007, o indexante de apoios sociais
25 (IAS), dado que o PIB ficou abaixo dos 2%, tendo a sua actualização como base
26 apenas o IPC sem habitação.

27
28 A CGTP-IN exigiu que o IAS seja alterado e tem uma proposta alternativa. Porque,
29 assim sendo, irá provocar o empobrecimento dos reformados, dado que as
30 pensões mais baixas só têm como garantido manter o poder de compra.

31
32 Por outro lado, a CGTP-IN discordou sempre que este indexante se aplicasse ao
33 subsídio de desemprego e às prestações de reparação dos acidentes de trabalho
34 e doença profissional, e que o SMN se deve manter como referência.

35
36 Na **saúde** assistiu-se à continuidade das políticas do anterior governo, que
37 assentam na descaracterização do SNS. A empresarialização dos hospitais,
38 medida tomada entre outras em nome duma maior responsabilização,
39 nomeadamente financeira, nada provou, e é um facto que o Tribunal de Contas, no
40 seu relatório de Novembro de 2007, sobre o SNS em 2006, refere que foi nestes
41 hospitais que as dívidas aumentaram superando em 51,9% o montante do ano
42 anterior, o que faz cair por terra que este modelo levaria a uma melhor
43 governação. A CGTP-IN reivindicou a revogação destas medidas, mas não
44 conseguimos atingir tais objectivos.

45
46 Este Governo deu a conhecer a intenção de encerrar unidades de saúde do SNS
47 em vários pontos do país, numa visão economista e administrativa e sem
48 contrapor alternativas credíveis às populações. O fecho de maternidades e a
49 “reorganização” das urgências e dos centros de saúde foram palco de grande
50 constatação social das populações atingidas e do poder local. A CGTP-IN, através
51 das uniões distritais, para além de dar apoio, tem estado envolvida nestas lutas. A

1 União dos Sindicatos de Lisboa, por exemplo, teve um papel bastante activo,
2 contra o anunciado encerramento do Hospital do Desterro.

3
4 As diversas iniciativas de protesto contra estas decisões governamentais, levou a
5 que o Governo tivesse que recuar ou atrasar na aplicação das medidas, ou
6 encontrar alternativas que procurassem satisfizer as populações atingidas.

7
8 Quanto aos cuidados primários de saúde, o Governo PS, em 2005, criou uma
9 unidade de missão para apresentar um plano de reforma dos mesmos e
10 implementar unidades de saúde familiar. Em Julho de 2007, a missão apresentou
11 uma proposta de reconfiguração dos centros de saúde e a criação de
12 agrupamentos de centros de saúde.

13
14 Em 31 de Dezembro de 2007, já existem 105 unidades de saúde familiar em
15 actividade, que envolvem 1.109.372 utentes potenciais e 1.789 profissionais de
16 saúde, tendo sido aceites, até esta altura, mais 163 propostas para avaliação.

17
18 A CGTP-IN, sobre este processo, manifestou preocupações diversas. Em primeiro
19 lugar, como se vai dar resposta às centenas de milhares de cidadãos que
20 continuam a não ter médico de família; em segundo lugar, se a criação destas
21 unidades não retira profissionais doutros locais, nomeadamente médicos e
22 enfermeiros e deixa a descoberto utentes que tinham médico de família; em
23 terceiro lugar, se esta forma organizativa não poderá levar à privatização dos
24 cuidados primários de saúde no futuro.

25
26 Sobre este modelo organizativo, é necessário fazer um balanço junto dos utentes
27 para perceber o seu grau de satisfação, mas o certo é que subsiste a questão de
28 fundo, que é o de existir um elevado número de cidadãos sem médico de família.

29
30 Na política de medicamentos, foi significativa a evolução em relação aos
31 genéricos, devendo-se esta iniciativa ao governo do PSD, dando resposta a
32 reivindicações da CGTP-IN. Mas, a adesão dos profissionais e dos utentes foi
33 decisiva para o crescimento destes, mas há a registar que as despesas com os
34 medicamentos constituíram uma das mais importantes do SNS. Portugal, no
35 conjunto de 16 países da U.E. é o segundo a gastar mais “per capita”, a CGTP-IN
36 tem observado que há falta de racionalização no consumo de medicamentos, pelo
37 tipo de medicina que se pratica e pela falta de uma política de educação para a
38 saúde.

39
40 O Governo do PS diminuiu a comparticipação do Estado para muitos
41 medicamentos, o que corresponde a um maior encargo para os utentes e, ao
42 mesmo tempo, a lista dos medicamentos não comparticipáveis cresce. Para além
43 do aumento geral das taxas moderadoras, o Governo no O.E., para 2007, criou
44 duas novas taxas para internamento e cirurgias em ambulatório que entraram em
45 vigor em 3 de Abril de 2007, sem que antes não deixasse de haver uma
46 contestação geral e, embora o Governo recuasse nos seus propósitos iniciais,
47 manteve na essência os seus objectivos.

48
49 A saúde teve presente em diversas lutas travadas pela CGTP-IN, nomeadamente
50 em 8 de Julho, 12 de Julho, 15 de Novembro. Assim como tivemos reuniões com
51 grupos parlamentares, Ordem dos Médicos, FENAM e Associação Nacional dos

1 Municípios, onde transmitimos as nossas profundas inquietações sobre a
2 municipalização dos cuidados de saúde, acção social e educação.

3
4 Com os hospitais EPE, a praticar uma política de contenção das despesas há uma
5 perda de valências no SNS, por outro lado há uma saída de centenas dos seus
6 médicos e outros profissionais de saúde para entidades privadas de saúde,
7 nomeadamente hospitais que têm sido construídos pelo sector privado em elevado
8 número, o que permite antever as dificuldades que os utentes com menores
9 rendimentos vão ter, para aceder a determinadas especialidades e tratamentos
10 clínicos. A universalidade e a acessibilidade ao SNS está em causa com esta
11 política de esvaziamento deste serviço público, o que é muito grave, tendo
12 presente os custos elevados que comporta os cuidados de saúde.

13
14 Há a registar uma importante vitória para a saúde, em primeiro lugar das mulheres,
15 com a promulgação da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez, no dia 10 de
16 Abril de 2007, o que virou uma página negra na história dos cuidados de saúde no
17 nosso País. A CGTP-IN contribuiu bem para essa vitória, com o seu
18 empenhamento, ao longo de décadas, por esta causa.

19
20 O Ministro Correia de Campos nomeou uma Comissão de peritos para fazer um
21 relatório sobre a sustentabilidade do financiamento do SNS e contributos para a
22 garantir, que foi apresentado no 1º semestre de 2007. A CGTP-IN realizou uma
23 análise ao relatório, tendo promovido debates, no dia 28 de Setembro e 8 de
24 Novembro de 2007, dirigido à nossa estrutura, em Lisboa e Porto respectivamente,
25 e vai desenvolver acções junto dos grupos parlamentares e outras entidades.

26
27 A CGTP-IN considera que a Comissão, em vez de analisar no concreto a realidade
28 do nosso SNS, as ineficiências e gastos desnecessários e as vastas relações
29 público/privado, a racionalização do consumo dos medicamentos e dos meios
30 complementares de diagnóstico e terapêutica, trilha um caminho inverso,
31 apontando medidas para sacrificar os utentes, transferindo mais encargos para
32 estes, o que exigiria da nossa parte muito trabalho de esclarecimento e
33 mobilização dos trabalhadores se essas medidas se vierem a concretizar.

34
35 No OE para 2008, o Governo propõe um programa de saúde oral minimalista, que
36 é deprimente, quando Portugal é um dos países da U.E. onde a saúde oral é das
37 mais graves, dado os custos que acarretam ir ao privado. O SNS praticamente
38 nunca conseguiu prestar cuidados de saúde nesta especialidade. A CGTP-IN
39 várias vezes o reivindicou. Basta observar que só existem 32 médicos nos centros
40 de saúde no País todo (estomatologistas e medicina dentária), havendo diversas
41 regiões em que não existe nenhum, e no quadro hospitalar nem está referenciada
42 esta especialidade.

43
44 Nos últimos dias do ano de 2007, o Governo fez um acordo com a Câmara
45 Municipal de Lisboa, para a concretização em 2012 do Hospital de Todos os
46 Santos, que irá substituir 5 unidades hospitalares de Lisboa. Este hospital terá o
47 estatuto público/privado.

48
49 A CGTP-IN contestou, desde logo, este modelo de parcerias, dado que pode abrir
50 caminho à privatização, corre o risco de discriminações entre utentes e de
51 aumentar as despesas públicas e dos utentes, processo que a CGTP-IN tem vindo
52 a acompanhar.

1
2 Na **Educação**, a política do PS tem-se pautado pela mesma ofensiva que, em
3 outras áreas, tem sido desferida contra os serviços públicos, com expressão
4 concreta no encerramento de milhares de escolas do ensino básico, em especial
5 no interior do país, e contribuindo, ainda mais, para a sua desertificação, bem
6 como na alteração de aspectos que são estruturantes do sistema educativo,
7 atentando, inclusivamente, contra a Lei de Bases do Sistema Educativo.

8
9 O insucesso e abandono escolar continuam a apresentar taxas elevadíssimas que
10 colocam Portugal na cauda de Europa, com repercussões relevantes em diversos
11 níveis, como o cultural, e também em domínios como o das qualificações ou o
12 próprio exercício da cidadania. Do Governo esperava-se um plano estratégico que
13 fosse capaz de eliminar ou reduzir significativamente tais flagelos, mas, afinal, este
14 limitou-se a anunciar medidas avulsas que, por norma, se destinaram a melhorar,
15 artificialmente, as estatísticas e pouca influência tiveram na resolução efectiva dos
16 graves problemas que continuam a afectar a Educação e na remoção dos
17 principais constrangimentos colocados às escolas e ao sistema educativo.

18
19 O desemprego, a precariedade e a instabilidade profissional que atingem milhares
20 de professores e educadores, também contribuíram para que aumentasse a
21 instabilidade do sistema educativo. Esta situação vivida pelos profissionais
22 docentes não sendo nova, agravou-se muito durante o mandato do actual Governo
23 e revela uma forte desvalorização da Escola Pública de qualidade, na medida em
24 que, para esta, contribuiria decisivamente a existência de um corpo docente
25 respeitado e dignificado. O estatuto da carreira docente, imposto pelo Governo em
26 2007, é mais um instrumento colocado ao serviço da política de desvalorização
27 dos profissionais docentes.

28
29 No que respeita à Educação Pré-Escolar, a CGTP-IN envolveu-se e participou em
30 diversas acções em parceria com outras organizações, designadamente a
31 FENPROF, no sentido de exigir a sua universalização e, em relação ao grupo
32 etário dos cinco anos, a obrigatoriedade de frequência, sobretudo através do
33 alargamento das respostas públicas.

34
35 Já relativamente ao Ensino Superior, os cortes orçamentais impostos às
36 instituições têm sido apanágio deste Governo, ao mesmo tempo que aumentou
37 brutalmente o valor das propinas e desvalorizou a acção social escolar. Decorrente
38 destas políticas e, também, de imposições provenientes do Processo de Bolonha,
39 aumentaram os encargos das famílias e desvalorizaram-se os graus académicos,
40 tendo a CGTP-IN manifestado estas preocupações aquando da discussão da
41 aplicação daquele processo, tendo, com esse objectivo, promovido um debate no
42 dia 21 de Março de 2007 e participado na Jornadas que foram organizadas pela
43 Reitoria da Universidade Nova de Lisboa para analisar esta reforma e as suas
44 consequências nas diversas áreas científicas. Já no final de 2007, o Governo e o
45 Grupo Parlamentar do PS impuseram um novo Regime Jurídico das Instituições de
46 Ensino Superior que pode levar ao caminho da privatização, através de um
47 processo de transformação em fundações públicas de direito privado.

48
49 A CGTP-IN defende e, ao longo do mandato assumiu, a exigência de uma escola
50 inclusiva capaz de responder adequadamente a todas as crianças e jovens,
51 independentemente das suas diferenças. Nela, os alunos com necessidades
52 educativas especiais deverão encontrar os apoios especializados de que

1 necessitam, designadamente ao nível dos recursos humanos. Nos últimos anos,
2 estes alunos foram muito penalizados, cerca de 40.000 deixaram de ter acesso às
3 medidas especiais de apoio devido à alteração do sistema de elegibilidade que
4 passou a limitar-se a critérios de ordem clínica, deixando de fora outros,
5 relevantes, de natureza pedagógicos e educativos. Além disso, a redução em
6 cerca de 50% do número de docentes da Educação Especial, a colocação tardia
7 destes docentes e, mesmo, a colocação de professores sem formação
8 especializada ou experiência para que pudessem garantir este tipo de apoio foram
9 situações que o movimento sindical denunciou, bem como os pais e as
10 organizações representativas de pessoas deficientes, o que contribuiu para que
11 algumas dessas lacunas ainda tivessem sido resolvidas ou atenuadas. Já no final
12 de 2007 e no maior dos secretismos, o Governo aprovou um novo quadro legal
13 sobre a Educação Especial que representa um tremendo retrocesso em relação ao
14 que vigorava há mais de década e meia. A Escola Inclusiva sofreu um rude golpe
15 com esta legislação, pois quando se esperava que o Governo, cumprindo a lei,
16 melhorasse a situação negativa vivida nas escolas, este decidiu impor, como
17 solução, alguns dos procedimentos mais gravosos que já se vinham verificando no
18 terreno.

19
20 O Governo, no final do ano transacto, anunciou o fim da gestão democrática das
21 escolas, tendo sido aprovado um projecto de diploma que aponta para a existência
22 de um órgão unipessoal de gestão e que veta a possibilidade dos docentes
23 presidirem ao órgão de direcção da Escola. Trata-se de um projecto que contraria
24 os princípios de uma indispensável cultura de participação de todos os que se
25 envolvem no quotidiano escolar, para além de não respeitar a Lei de Bases do
26 Sistema Educativo. São grandes as preocupações da CGTP-IN sobre as intenções
27 do Governo em relação à futura direcção e gestão das escolas públicas, pois uma
28 escola que não é democrática não educa para a democracia. Parece ser disso
29 que, efectivamente, aqui se trata.

30
31 Por fim, uma questão de grande importância para as famílias trabalhadoras é a
32 capacidade da escola pública se organizar e responder positivamente às
33 exigências sociais que lhe são colocadas. O Governo comprometeu-se a organizar
34 uma escola a tempo inteiro que respondesse às necessidades sociais das famílias.
35 Afinal o que fez não passou de mais uma medida de faz-de-conta. Alargou o
36 horário apenas até às 17.30 horas, transformou períodos que deveriam destinar-se
37 ao desenvolvimento de actividades de carácter lúdico e/ou cultural, em mais escola
38 em cima da escola, desresponsabilizou-se pela organização e promoção desta
39 resposta social e entregou às autarquias e empresas privadas as
40 responsabilidades. O resultado foi o que todos conhecem: falta de qualidade,
41 desarticulação com actividades lectivas e mesmo prejuízo destas, grande
42 precariedade dos trabalhadores para aí contratados, por norma, docentes
43 desempregados que, na esmagadora maioria dos casos, passaram a auferir de
44 remunerações vergonhosas.

45
46 Representando a educação uma função social do Estado, essencial para a
47 sociedade, há que reconhecer que os níveis de compreensão e discussão no
48 movimento sindical são diferenciados, o que exige uma mudança no trabalho da
49 CGTP-IN.

50
51 A Comissão de Educação, criada em 2005, acabou por nunca ter sido
52 operacionalizada.

1
2 **Reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais** tem que se
3 reconhecer que continua no panorama social a ser das questões mais maltratadas.

4
5 A influência do sector financeiro sobre os governos tem determinado em muito as
6 medidas tomadas. A revisão, tanto na lista de incapacidades, como na das
7 doenças profissionais, foram-se arrastando no tempo e foi necessário a CGTP-IN
8 chamar a atenção deste facto, por um lado, e a insistência e a posição dos nossos
9 representantes por outro, para que as mesmas se tivessem concluído em 2007,
10 embora os resultados não sejam totalmente satisfatórios.

11
12 Mas a concepção de reparação mantém-se inalterável, ou seja, o trabalhador só é
13 reparado pela perda de capacidade para o trabalho e nada mais. Quanto à
14 reabilitação, tanto médica, como profissional, é quase inexistente. Há um estudo
15 do ISCTE, em parceria com o Centro de Reabilitação de Gaia, que permitiu
16 concluir que grande parte das pessoas com deficiência ou incapacidade não têm
17 reabilitação, o que não deixa tal situação de ser alarmante.

18
19 No que se refere às doenças profissionais, a CGTP-IN, através do seu
20 representante, desempenhou uma acção no Centro de Riscos Profissionais, de
21 forma a tornar a instituição com mais capacidade de resposta, nomeadamente na
22 organização dos processos e na parte médica.

23
24 A CGTP-IN não pode deixar de estar preocupada com o facto de, em muitos
25 processos judiciais de trabalhadores sinistrados do trabalho, o Ministério Público
26 não recorrer das decisões dos tribunais quando estes se sentem lesados das
27 decisões. Alguns destes trabalhadores vieram a recorrer e ganharam os
28 processos, o que melhorou substancialmente a prestação a que tinham direito.
29 Esta situação vai ter que exigir uma intervenção da CGTP-IN, junto de várias
30 entidades.

31
32 O Governo apresentou em 2006, uma proposta para regulamentar o Código do
33 Trabalho em matéria de reparação dos acidentes de trabalho e doenças
34 profissionais. A CGTP-IN considerou bastante grave a proposta, dado que
35 agravaria ainda mais a situação destes trabalhadores e recolheu cerca de 1000
36 pareceres de toda a estrutura, quando da sua discussão pública, entregando-os
37 em 7 de Novembro de 2006, na Assembleia da República, tendo reunido com o
38 Presidente da Comissão de Trabalho e no dia 15 de Novembro, foi realizado um
39 Plenário Nacional de dirigentes e activistas, em Lisboa, onde foi abordada esta
40 matéria. Em 10 de Novembro, a CGTP-IN realizou também um debate sobre esta
41 temática, tendo reunido um conjunto de especialistas.

42
43 Quanto à **Política de Inclusão**, está a decorrer a concretização do 3º Plano
44 Nacional de Inclusão, que terminará em 2008, que focaliza como objectivos a
45 inclusão das crianças mais vulneráveis e pobres, deficientes e imigrantes e a
46 formação profissional.

47
48 A CGTP-IN considera que este Plano está mais bem elaborado e, por isso,
49 passível de ser concretizado, mas pelas informações que dispõe, havia
50 dificuldades na sua monitorização.

1 O Governo PS deu uma grande ênfase à sua apresentação, mas é um facto que
2 ainda não houve qualquer balanço sobre a concretização do mesmo.

3
4 Quanto ao 2º Plano, que decorreu entre 2003 e 2005, tem de se concluir que foi
5 um autêntico fracasso, tanto na sua elaboração, como no seu desenvolvimento. A
6 CGTP-IN questionou o Governo PSD/CDS sobre a matéria, sem que tivesse
7 havido qualquer resposta. Aliás, os resultados dos objectivos traçados pela
8 comunidade europeia, de combate à pobreza, não se têm mostrado positivos para
9 pôr termo a tal flagelo e os PNAIS, em termos gerais, tem-se traduzido em
10 programas mais inconstitucionais do que práticos.

11
12 Os objectivos que estiveram presentes para combater a pobreza e promover a
13 inclusão são importantes, mas o problema de fundo é que as políticas económicas
14 e sociais desenvolvidas no País e na U.E. acabam por ser contraditórias com os
15 objectivos traçados para os Planos de Inclusão.

16
17 E em vez de se pôr termo à pobreza, que é de todo intolerável, tanto mais em
18 sociedades com níveis de desenvolvimento e de riqueza elevados, ela tem vindo a
19 crescer. Por outro lado, estes planos são desconhecidos de grande parte da
20 sociedade, quando esta devia ser toda mobilizada para tal missão, tanto mais
21 quando se sabe que há conceitos e preconceitos sobre a pobreza totalmente
22 distorcidos.

23
24 A pobreza laboral é cada vez mais uma realidade, muitos trabalhadores têm
25 rendimentos, só que estes são insuficientes por serem tão baixos, a juntar à
26 situação, ora de precariedade, ora de desemprego, muitas vezes sem qualquer
27 protecção social.

28
29 **Participação Institucional** – A nível das políticas sociais existem diversas
30 participações institucionais: Conselho Nacional de Segurança Social; Centro de
31 Riscos Profissionais; Fundo de Estabilização da Segurança Social; Revisão da
32 Tabela Nacional Incapacidade; Revisão Tabelas Doenças Profissionais; Instituto
33 de Segurança Social; Comissão Nacional do RMI; Conselho Nacional de
34 Educação; Comissão de Acompanhamento do Subsídio de Desemprego;
35 Comissão Nacional de Família e Plataforma Laboral contra a Sida e Conselho
36 Consultivo do Instituto de Informática e do Instituto de Gestão Financeira da
37 Segurança Social.

38
39 Os únicos órgãos consultivos que reuniram com assiduidade foram o CNE e a
40 Comissão Nacional do RMI, que acompanham e dão pareceres sobre as matérias
41 em apreço e tomam eles próprios iniciativas, tendo planos de actividades próprios.
42 E a Plataforma Laboral contra a Sida também, embora nos últimos meses não
43 tenha reunido.

44
45 O Conselho Nacional da Segurança Social, que tem um papel significativo no
46 plano legal, durante o Governo do Durão Barroso, teve uma vigência pequena, que
47 se deveu à discussão do tecto contributivo e fundamentalmente, à posição da
48 CGTP-IN, o que levou à demissão do seu presidente. No governo do PS, este
49 órgão só reuniu uma única vez em Setembro de 2007, para aprovar o seu
50 regulamento.

1 O Fundo de Estabilização da Segurança Social, que funcionava assiduamente
2 desde a sua criação, a partir do Governo do PSD/CDS, deixou de o fazer, embora
3 os seus membros tenham informações mensais escritas sobre a sua evolução. É
4 um facto que o seu funcionamento tem tido grandes ausências, ao ponto de ter
5 relatórios e contas e plano de actividade com bastante atraso e, ultimamente, as
6 vezes que funcionou deveu-se à pressão da CGTP-IN.

7
8 A Comissão de Acompanhamento do Subsídio de Desemprego durante o Governo
9 PSD nunca funcionou. Com a revisão desta prestação em 2006, ficou consagrada
10 também uma comissão do acompanhamento, que só reuniu 1 ano após a entrada
11 em vigência deste regime, mas também aqui por pressão da CGTP-IN.

12
13 O Conselho Consultivo do ISS está inoperacional, só reuniu uma vez em 2007,
14 assim como o Conselho Consultivo do Instituto Informático. Mas o caso mais
15 paradigmático é o do IGFSS, cujo conselho de gestão deixou de reunir desde 1994
16 até hoje. A CGTP-IN sobre este assunto envidou várias iniciativas para que este
17 funcionasse sem sucesso.

18
19 A Comissão Nacional da Família é um órgão muito heterogéneo, foi criado em
20 2006, reuniu duas vezes, criou grupos de trabalho, mas ainda não tem qualquer
21 história para contar.

22
23 No Centro de Riscos Profissionais, a CGTP-IN integrou, desde sempre, os órgãos
24 de direcção da instituição, sendo o seu balanço positivo, dado que interviemos nos
25 problemas organizacionais e dos beneficiários para que a instituição respondesse
26 eficazmente aos trabalhadores com doenças profissionais, embora nem sempre
27 conseguida. Com as alterações introduzidas pelo Governo Sócrates e aprovadas
28 na Assembleia da República, esta instituição da segurança social foi integrada no
29 ISS, no entanto sem perder as suas funções fundamentais. Quanto à participação,
30 ela deixou de ser de direcção, para passar a ser mais consultiva.

31
32 As comissões de Revisão das Tabelas de Incapacidade e Doenças Profissionais
33 arrastaram os trabalhos através dos anos, sem dinâmica, por inércia política,
34 conivente com o sector segurador, só a nossa denúncia e pressão levou a que se
35 tivesse finalizado os trabalhos em discussão.

36
37 Por este balanço, podemos verificar que o tão apregoado diálogo social,
38 praticamente não existe, tanto mais que nas políticas sociais, podiam assumir uma
39 grande importância, para analisar os problemas existentes e poder responder-se
40 aos mesmos de forma célere, e corresponder aos anseios das necessidades
41 existentes.

42
43 Neste mandato que termina, em consequência das políticas neoliberais que
44 imperam, tanto a nível nacional como no plano mais global, saem claramente
45 fragilizadas as funções sociais do Estado, que são vitais para a coesão social.

46
47 Portugal, também neste domínio, encontra-se mais fragilizado de que muitos
48 países da U.E., dado ter uma história no desenvolvimento das políticas sociais
49 mais recente, ou seja, a sua maturidade nunca foi atingida, porque as políticas de
50 direita, ao longo dos tempos, nunca permitiram o seu desenvolvimento pleno. Para
51 a CGTP-IN, põe-se um grande desafio no futuro, não só de resistência, mas como
52 equacionar todo o papel do Estado e as suas funções sociais no contexto actual.

5.2. Política Fiscal

A CGTP-IN sempre deu muita importância às receitas do Estado e por consequente à **política fiscal**, dado que as mesmas são fundamentais para assegurar as funções sociais que o Estado está obrigado constitucionalmente e os serviços públicos, contrariamente às políticas neoliberais que se concentram na despesa, dado que pretendem menos Estado e querem diminuir as receitas fiscais.

O combate à fraude e evasão tem sido um dos objectivos essenciais por que temos vindo a lutar desde há muito. É um facto que a sociedade se tem vindo a consciencializar sobre esta questão e os governos têm-se visto obrigados a tomar medidas, dado as suas percussões junto da opinião pública.

A Administração Fiscal teve um papel bem mais visível neste combate, avançando com diversas medidas, embora o IRC tivesse recuperado um pouco é um facto que as receitas ainda são diminutas e centenas de milhares de empresas não pagam os seus impostos. Mas são as grandes empresas que fundamentalmente desenvolvem formas fraudulentas para não cumprirem com as suas obrigações plenas e fazem lavagem de dinheiros. Aliás, a operação “Furacão”, lançado pela Administração Fiscal, em conjunto com a Polícia Judiciária e o Ministério Público, visa essencialmente as grandes empresas e grupos económicos. Dois anos de investigação já resultaram em 200 arguidos e mais de 40 milhões de euros em regularizações voluntárias de impostos.

O combate à injustiça fiscal é outra das vertentes que a CGTP-IN se tem batido. Mas os impostos indirectos continuam a ter um peso enorme na carga fiscal; o IVA sofreu um novo aumento de 2% com o Governo do PS que foram consignados à Segurança Social e à CGA; mas é totalmente incompreensível quando os benefícios fiscais continuam a representar uma despesa fiscal considerável e, ainda por cima, torna o sistema fiscal regressivo, e tanto mais grave que uma parte significativa é consignada ao capital e ao *offshore* da Madeira.

Na Execução Orçamental dos últimos 11 meses de 2007, é-nos dado a observar que as receitas fiscais que representam mais de 90% das receitas do Estado, cresceram muito mais, 8,8%, enquanto as despesas cresceram 3,4% em relação ao ano anterior, o que permitiu que o défice tivesse uma melhoria de 1.518 milhões de euros. Donde se pode concluir, como a CGTP-IN tem afirmado, que o défice do Estado tem sido à custa do corte nas despesas, nomeadamente das remunerações dos trabalhadores e do emprego na Administração Pública e do sub-financiamento do SNS. Apesar disto tudo, o Tribunal de Contas, neste final de ano, põe em causa o valor do défice face às dívidas que o Estado tem com os fornecedores.

Mas a acção continuada de denúncia da CGTP-IN já permitiu diminuir os benefícios fiscais à Banca, que constituíam um profundo escândalo e abrir mais o sigilo bancário. Mas, é um facto que a economia paralela continua a crescer, sem que haja uma acção política aos vários níveis para a combater e adquirir, assim, mais receitas para o Estado. Esta é uma batalha que exige mais esforço da nossa parte, e que com a aproximação de períodos eleitorais esta matéria está sujeita a grande demagogia, associada às propostas de liquidação do papel do Estado.

5.3. O Sistema de Justiça

1 No período entre congressos o sistema de justiça sofreu, como todas as áreas da
2 Administração Pública, os efeitos da política do Governo. Tais efeitos foram muito
3 negativos nesta área: a morosidade continuou e, em algumas situações, agravou-
4 se muito em resultado de medidas restritivas. A este propósito o Tribunal de
5 Trabalho de Lisboa foi dos que mais viu a sua capacidade diminuir em virtude do
6 encerramento de 5 secções e da diminuição de um número correspondente de
7 juizes e de magistrados do Ministério Público.

8
9 As custas judiciais continuaram a subir e o regime do apoio judiciário não
10 respondeu às necessidades do acesso à justiça.

11
12 Com o objectivo de alterar esta situação a CGTP-IN desenvolveu um conjunto de
13 iniciativas, quer junto do Ministério da Justiça, quer de debate interno e público,
14 visando a alteração dos regimes de apoio judiciário e de custas judiciais com vista
15 a torná-los acessíveis aos trabalhadores.

16
17 Em Janeiro de 2007, a CGTP-IN realizou um grande debate sobre o acesso à
18 justiça com centenas de dirigentes, advogados e técnicos de contencioso, com a
19 participação de eminentes juristas do trabalho e constitucionalistas que teve efeitos
20 positivos na alteração da legislação do apoio judiciário que entrou em vigor em 1
21 de Janeiro de 2008 e contribuiu para a proposta de alteração do regime das custas
22 judiciais ainda em curso.

23
24 Em 2006, a CGTP-IN interveio e outorgou o Protocolo que levou á criação do
25 regime da mediação laboral, sistema que se deveria destinar aos pequenos casos
26 que hoje não chegam aos tribunais. A participação da CGTP-IN revelou-se muito
27 positiva porquanto evitou que fossem integrados neste sistema os casos de
28 acidente de trabalho.

30 **5.4. Cultura, Desporto e Tempos Livres**

31
32 No período compreendido entre 2004 e 2007, o Departamento de Cultura e
33 Tempos Livres pautou a sua actividade por quatro grandes linhas de actuação: a
34 consolidação da sua estrutura de recursos humanos e logísticos, de apoio e
35 consulta; a organização de eventos culturais e desportivos; acompanhamento da
36 questão do Estatuto Sócio Profissional dos Trabalhadores das Artes do
37 Espectáculo; acompanhamento do INATEL.

38
39 Assim sendo, destacam-se as seguintes actividades:

40 *Cultura*

- 42 • Criação da Comissão Específica para a Cultura e Tempos Livres;
- 43 • Projecto “Cartão CGTP” (promoção do acesso dos trabalhadores, em
44 condições mais favoráveis, aos bens culturais).
 - 45 – Implementação do projecto;
 - 46 – Alargamento da rede de protocolos;
 - 47 – Prossecução dos trabalhos conducentes à emissão física de um cartão.
- 48 • Edição do boletim “CGTP Cultura” (7 números)
 - 49 – Divulgação, junto dos trabalhadores, das actividades promovidas pelo
50 Departamento e das questões culturais, de uma forma geral.

- 1 • Organização do Concurso de Fotografia “O Trabalho e os Trabalhadores”
- 2 – Itinerância pelo país da exposição dos trabalhos premiados;
- 3 – Edição e lançamento do respectivo catálogo, em colaboração com a editora
- 4 Campo das Letras.
- 5 • Organização do Concurso de Conto e Poesia.
- 6 • Reedição do livro *Marchas, Danças e Canções*, de Fernando Lopes-Graça,
- 7 fechando o programa comemorativo do 100.º aniversário do seu nascimento.
- 8 Ao livro juntou-se um CD multimédia e textos de Urbano Tavares Rodrigues e
- 9 do maestro José Luís Borges Coelho.
- 10 • Estatuto Sócio Profissional dos Trabalhadores das Artes do Espectáculo
- 11 – Reunião com o Secretário de Estado da Cultura;
- 12 – Criação de um grupo de trabalho com os sindicatos do sector (Sindicato dos
- 13 Trabalhadores dos Espectáculos e Sindicato dos Músicos) para
- 14 acompanhamento da questão.
- 15 • Aniversários da CGTP-IN
- 16 – 35.º: organização da exposição dos trabalhos premiados no Concurso de
- 17 Fotografia “O Trabalho e os Trabalhadores”, no ISCTE;
- 18 – 36.º: organização de um concerto de música em homenagem a Fernando
- 19 Lopes-Graça, associando o aniversário da CGTP-IN ao programa
- 20 comemorativo do centenário do seu nascimento e com o Dia Mundial da
- 21 Música.
- 22 • Centro de Arquivo e Documentação
- 23 – Celebração e execução de um protocolo de colaboração com a actual
- 24 Direcção Geral de Arquivos (DGARQ), visando a elaboração de um estudo
- 25 diagnóstico do sistema de arquivo da CGTP-IN e consequente proposta de
- 26 intervenção. O relatório e proposta de intervenção foram apresentados e
- 27 discutidos com o grupo de trabalho da CGTP-IN, encontrando-se em fase
- 28 de execução as respectivas propostas;
- 29 – Celebração de um protocolo com o Arquivo Nacional das Imagens em
- 30 Movimento (ANIM – Cinemateca Portuguesa) com vista a preservação e
- 31 transferência de suporte da colecção de bobines fílmicas em avançado
- 32 estado de degradação. Esta colecção, cujas datas extremas medeiam entre
- 33 a década de 1970 e de 1980, encontra-se agora disponível para
- 34 visualização em formato DVD;
- 35 – Implementação de medidas de controlo das transferências documentais
- 36 para os depósitos da CGTP-IN, designadamente, a elaboração de uma guia
- 37 de remessa de preenchimento obrigatório quando do transporte de
- 38 documentação para o exterior do edifício sede;
- 39 – Elaboração de um folheto informativo dirigido aos colaboradores internos,
- 40 tendo como objectivos a divulgação da actividade desenvolvida pelo Centro
- 41 de Arquivo e Documentação.

42 *Desporto*

- 43 • Organização de um torneio nacional de futsal, com a organização de fases no
- 44 MSU, tendo o Departamento de Cultura e Tempos Livres organizado a fase
- 45 final, no pavilhão municipal da Costa da Caparica, onde estiveram presentes as
- 46 uniões do Porto, Évora, Coimbra, Aveiro e Lisboa.

47 *Tempos Livres*

- 48 • INATEL

- 1 - Acompanhamento, através dos nosso representantes no Conselho Geral,
2 da sua actividade, defendendo a necessidade de cada vez mais estar ao
3 serviço dos trabalhadores, zelando pelo seu património e acompanhando o
4 processo de transformação que tem sido colocado pela actual direcção.
5

6. A ACTIVIDADE INTERNACIONAL

9 Na sequência do 10º Congresso, foram levadas à prática e desenvolvidas as
10 orientações e prioridades nele aprovadas, tendo sido assegurada a intervenção e
11 participação da Central nas diversas áreas e espaços sindicais ou de
12 representação institucional. O desenvolvimento das actividades internacionais foi,
13 como tinha sido no anterior quadriénio, condicionado por limitações resultantes do
14 grande número e dos elevados custos das actividades, bem como de um número
15 insuficiente de quadros disponíveis para o trabalho nesta área.

6.1. Confederação Europeia de Sindicatos (CES)

18 Continuou a desenvolver-se, com regularidade, a participação da CGTP-IN nos
19 órgãos estatutários da CES – Congresso, Comité de Direcção e Comité Executivo
20 – tal como nos vários Comités e Grupos de Trabalho permanentes e temáticos e
21 no Instituto/Academia (ETUI/REHS).
22

23 A iniciativa de maior relevo foi a participação estatutária no 11º Congresso da
24 CES, realizado em Sevilha, em Maio de 2007. Nele, a Central participou
25 activamente com intervenções, propostas de alterações aos documentos e
26 votações dos mesmos.
27

28 Destacou-se também a participação da CGTP-IN em 2 manifestações europeias,
29 promovidas pela CES, em 2005, em Bruxelas, “Por uma Europa Social” e em
30 2006, em Estrasburgo, sobre “A Directiva Bolkestein”.
31

32 Em 2004, a Central interveio activamente, no seio da CES, nos debates sobre o
33 Projecto de Tratado de Constituição Europeia, tendo-se absterido na votação final do
34 Comité Executivo da CES.
35

36 Em 2006, a nossa organização participou em diversas iniciativas e debates da CES
37 sobre o “Livro Verde de Relações Laborais da UE” e sobre a flexigurança, tendo
38 manifestado a sua forte crítica e oposição a estas propostas legislativas.
39

40 O segundo semestre de 2007 foi marcado pela Presidência Portuguesa da UE e
41 pela conseqüente realização em Portugal de um grande número de Conferências,
42 Seminários e Reuniões promovidos pela CES e pelas instâncias comunitárias.
43

44 O destaque vai para a realização em Lisboa, em Outubro, da reunião estatutária
45 do Comité Executivo da CES, da Cimeira Social Tripartida e da Cimeira do Diálogo
46 Social.
47

48 Assinale-se que a reunião do Comité Executivo da CES coincidiu no tempo com a
49 grande manifestação promovida pela CGTP-IN em 18 de Outubro.
50
51

1 Durante os últimos 4 anos, a CGTP-IN participou nas várias áreas e frentes de
2 trabalho da CES, com particular relevo para os seguintes temas: propostas de
3 directivas europeias, especialmente a directiva dos serviços no mercado interno
4 (Bolkestein) e directiva sobre a organização do tempo de trabalho; a arquitectura
5 institucional, designadamente o Projecto de Tratado Constitucional de 2004, o
6 Projecto de Tratado reformador de 2007 e o processo de alargamento da UE; a
7 legislação laboral europeia; o diálogo social de nível europeu; a “Agenda de
8 Lisboa”; as perspectivas financeiras da UE para o período 2007/2013; a política de
9 reestruturações e deslocalizações; a responsabilidade social das empresas; a
10 economia e o emprego; a higiene e segurança no trabalho; a formação ao longo da
11 vida; as políticas de protecção social; migrações, inclusão e luta anti-racista;
12 negociação colectiva e participação dos trabalhadores; desenvolvimento
13 sustentável; comércio e globalização.

14 A CGTP-IN continuou a participar nas estruturas estatutárias da CES, de jovens,
15 mulheres, reformados e quadros, respectivamente: CES/Jovem, CES/Mulheres,
16 FERPA e EUROCADRES.

17 A Central continuou a integrar o Comité de Coordenação do Fórum Sindical Euro-
18 Mediterrânico.

19 Em 2005 e 2007 realizaram-se 2 Cimeiras Sindicais Ibéricas.

20 **6.2. Restante Movimento Sindical Europeu**

21 Prosseguiram os contactos com algumas Centrais Sindicais não filiadas na CES,
22 com destaque para a PEO de Chipre e a CIG da Galiza, bem como com as
23 Confederações Sindicais da Rússia (FNPR), da Ucrânia (FSU) e SSS (Sérvia).

24 **6.3. Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP)**

25 Durante o quadriénio, realizaram-se o Congresso e três reuniões da Comissão
26 Executiva desta Comunidade Sindical. O reforço de relações com as centrais deste
27 espaço de cooperação sindical traduziu-se ainda na participação da CGP-IN em
28 diversos Congressos das Centrais dos PALOP e do Brasil. Foi ainda desenvolvido
29 um Projecto de formação, em conjunto com o INOVINTER, em apoio à UNTA-CS
30 de Angola.

31 **6.4. África**

32 Além do relacionamento prioritário com os movimentos sindicais dos PALOP, a
33 CGTP-IN participou no Congresso da central sindical da África do Sul, a COSATU.
34 Durante a Presidência Portuguesa da UE, a nossa Central co-organizou, em
35 Lisboa, uma Cimeira Sindical UE-África, que precedeu a Cimeira de Chefes de
36 Estado e de Governo dos dois continentes.

37 **6.5. Espaço Euro-Mediterrânico (EUROMED)**

38 Manteve-se a prioridade atribuída ao trabalho nesta região (Europa, Norte de
39 África e Médio Oriente), num contexto de preocupantes conflitos vividos na região
40 e desafios da Parceria EUROMED. A Central participou em várias reuniões do
41 Comité Sindical de Coordenação e na Assembleia-geral do Fórum, em 2005 em
42 Barcelona.

1
2 Nestes 4 anos, a Central reforçou também o seu relacionamento com a
3 Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes (CISA) e com as centrais
4 sindicais da Palestina, Síria, Líbano, Iraque, Jordânia, Turquia e com a central
5 sindical sarahui, UGTSARIO.

6 7 **6.6. Espaço Latino-Americano**

8
9 Continuou a reforçar-se o relacionamento com os movimentos sindicais desta
10 região. Já atrás referida foi a nossa presença em todos os Congressos das
11 Centrais Sindicais do Brasil, incluindo nos da fundação das duas mais recentes
12 Confederações Sindicais brasileiras, a UGT e a CTB.

13
14 Participámos também em Congressos Sindicais da CTA da Argentina e do
15 PIT/CNT do Uruguai e em 1os. de Maio da CTC de Cuba.

16
17 Estivemos ainda presentes em 2 Cimeiras Sindicais Ibero-Americanas (Espanha e
18 Colômbia), no Forum de Biarritz no Chile e na tomada de posse do governo do
19 Uruguai.

20 21 **6.7. Outros Espaços Sindicais**

22
23 A CGTP-IN manteve o seu relacionamento com a Federação Geral dos Sindicatos
24 da China, tendo recebido uma delegação sindical chinesa e participado no Fórum
25 Sindical Internacional em Pequim.

26
27 Participámos ainda no Congresso da CSN do Quebeque (Canadá).

28 29 **6.8. Movimento Sindical Mundial**

30
31 Verificaram-se importantes alterações no panorama do movimento sindical de
32 âmbito mundial. A CISL e a CMT extinguiram-se e criaram uma nova organização,
33 a CSI. A CGTP-IN participou, a convite das 2 organizações, num Comité de
34 Acompanhamento do processo preparatório da criação da CSI, composto por
35 centrais sindicais nacionais sem filiação mundial. A CGTP-IN participou,
36 posteriormente, como observadora, no Congresso constitutivo da CSI, em
37 Novembro de 2006, em Viena.

38
39 Por outro lado, a FSM realizou um Congresso de reestruturação, em Havana, em
40 Dezembro de 2005, no qual a CGTP-IN participou, também como observadora.
41 Previamente, tinha também participado, a convite da FSM, em reuniões do
42 Conselho Presidencial e da Comissão Europa dessa organização, preparatórias do
43 Congresso.

44
45 No período que antecedeu os dois Congressos Mundiais, a CGTP-IN recebeu em
46 Lisboa os secretários-gerais da CISL, FSM e CMT bem como o Secretário-Geral
47 do TUAC da OCDE.

48
49 Nos últimos quatro anos, a Central manteve também contactos com diversas
50 centrais sindicais nacionais sem filiação internacional.

51 52 **6.9. Paz, Cooperação e Solidariedade Internacional**

1 Reforçou-se a actividade nesta área, num quadro do incremento das atitudes
2 belicistas e hegemónicas, de guerra e de ocupação, por parte dos EUA e seus
3 aliados, tendo a luta contra a paz e pela solidariedade internacional assumido uma
4 necessidade e prioridade fundamentais.

5
6 Neste contexto, destaca-se a “Conferência Sindical Internacional de Solidariedade
7 com os Trabalhadores e os Povos do Médio Oriente”, promovida pela CGTP-IN,
8 em Lisboa, em Maio de 2006.

9
10 Aprofundaram-se as relações e a solidariedade com os movimentos sindicais da
11 região que enfrentam situações de ocupação e repressão, designadamente
12 Palestina, Iraque, Síria e Líbano.

13
14 Foi também reforçada a solidariedade aos trabalhadores, sindicatos e povo da
15 República Árabe Saharaui Democrática, com visitas aos territórios saharauis e
16 participações em diversas iniciativas nacionais e internacionais de solidariedade.

17
18 Prosseguiu a solidariedade aos trabalhadores e povo de Cuba, vítima de um
19 bloqueio, nomeadamente com a participação da Central em diversos Primeiros de
20 Maio em Havana e em várias acções no nosso país e no estrangeiro.

21
22 A CGTP-IN participou na Manifestação Europeia de Solidariedade com Cuba e
23 Venezuela, em Salamanca e nas manifestações anuais junto da Base dos EUA,
24 em Rota, Espanha.

25
26 Participámos ainda no Festival Mundial da Juventude, da FMJD, na Venezuela e
27 no Congresso Mundial de Mulheres, da FDIM, no mesmo país.

28
29 Em Portugal, a CGTP-IN foi também co-organizadora e/ou participou em diversas
30 iniciativas de luta pela paz, em coordenação com outras organizações,
31 nomeadamente o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

32 33 **6.10. Globalização e Movimentos Sociais**

34
35 Com actividade própria ou em complementaridade com movimentos sociais,
36 partidos políticos e ONG's, a CGTP-IN interveio sobre temas ligados ao processo
37 de globalização. Destacam-se nesta área a participação no Fórum Social Europeu
38 de Londres, em 2004, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005 e na co-
39 organização e promoção de debates no Fórum Temático de Évora em 2004 e de
40 debates e manifestação do Fórum Social Português de Almada, em 2006.

41 42 **6.11. Actividades Comunitárias**

43
44 A acção da central neste espaço foi essencialmente desenvolvida através da
45 intervenção dos dois representantes indicados pela CGTP-IN no Comité
46 Económico e Social Europeu (CESE).

47
48 A Central participou ainda em várias reuniões regulares de Comités Consultivos e
49 Paritários, de diversos sectores de actividade profissional ou temáticos,
50 promovidas pela Comissão ou pelo Parlamento Europeu.

1 Por nomeação da CES, a CGTP-IN participou, durante este período, em várias
2 reuniões do Comité Político do Diálogo Social, no Comité do Mercado de Trabalho
3 do diálogo Social e no Grupo de Trabalho Educação/Formação.

4 5 **6.12. Organização Internacional do Trabalho (OIT)**

6
7 A CGTP-IN assegurou as representações anuais (alternando como efectivo e
8 suplente) dos trabalhadores portugueses na Conferência Internacional do
9 Trabalho, tendo também algumas Federações e Sindicatos participado em
10 conferências e reuniões sectoriais e temáticas da OIT.

11
12 Realizaram-se encontros de trabalho com o Gabinete da OIT para as relações com
13 os trabalhadores (ACTRAV) e recebemos em Portugal, em cooperação com a OIT,
14 um grupo de formandos sindicais de países da CSPLP.

15
16 A CGTP-IN participou no Fórum Mundial da OIT sobre “O Trabalho Digno”,
17 realizado em Lisboa, em 2007.

18
19 Mantivemos uma ligação regular ao Gabinete da OIT em Portugal.

20
21 A OIT foi associada de um projecto europeu EQUAL, coordenado pela CGTP-IN.

22
23 A CGTP-IN assegurou, com regularidade, a elaboração de pareceres e respostas
24 a inquéritos e solicitações da OIT e do Governo Português, em preparação para as
25 Conferências e reuniões técnicas da OIT.

26 27 28 **7. AS MIGRAÇÕES**

29 30 **7.1. Imigração**

31
32 Todo o período de 4 anos foi marcado por uma intervenção permanente da
33 Central, bem como das suas estruturas regionais e sectoriais junto das
34 comunidades imigrantes no nosso país. Para além de muitas iniciativas sindicais
35 de mobilização, sindicalização e organização dos trabalhadores imigrantes,
36 realizaram-se 3 Encontros Nacionais de dirigentes, delegados e activistas sindicais
37 ligados à imigração. A Central participou também em acções de solidariedade com
38 as comunidades estrangeiras e minorias étnicas no nosso país e contra o racismo
39 e xenofobia, muitas vezes em coordenação com outros movimentos, ONG's,
40 igrejas e associações de imigrantes.

41
42 Em 2004 promovemos em Lisboa um Encontro Internacional de Migrações, em
43 parceria com a CES.

44
45 Em 2005 destaca-se a participação numa Conferência da UE, em Lisboa, de
46 combate à discriminação, a participação no lançamento da Plataforma dos
47 Imigrantes em Portugal e numa manifestação que esta Plataforma promoveu em
48 Lisboa.

49
50 Em 2006, teve grande relevo a intervenção da CGTP-IN na discussão da nova Lei
51 de Imigração, proposta pelo Governo.

52

1 Em 2007, assinala-se sobretudo a nossa participação numa Conferência
2 Internacional sobre Migrações, em Lisboa e a assinatura de um protocolo de
3 cooperação com a CUT do Brasil, para apoio aos trabalhadores brasileiros em
4 Portugal.

5
6 No quadriénio, a CGTP-IN manteve as suas participações institucionais no
7 Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) e na Comissão para
8 a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR).

9
10 Participamos ainda em inúmeras iniciativas promovidas por associações de
11 imigrantes, ONG's, Escolas e Universidades, governo, igrejas sobre a imigração
12 em Portugal.

13 14 **7.2. Emigração**

15
16 Foram mantidos os habituais contactos com as Comunidades Portuguesas
17 espalhadas pelo Mundo, particularmente com as da Europa. A CGTP-IN continuou
18 a relacionar-se com os Conselheiros das Comunidades Portuguesas, com o
19 movimento associativo na emigração e com os sindicatos dos países de
20 acolhimento.

21
22 No plano das instituições comunitárias, prosseguiu a participação da Central nos
23 Comitês Consultivos da UE sobre Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes
24 e sobre Livre Circulação de Trabalhadores no espaço europeu.

25
26 Em 2004, a CGTP-IN promoveu, em cooperação com a central sindical
27 luxemburguesa OGB-L um Encontro das Comunidades Portuguesas na Europa.

28
29 Em 2005, destacou-se uma outra iniciativa conjunta com a OGB-L dirigida à
30 comunidade portuguesa no Luxemburgo.

31
32 Em 2006, teve um relevo particular a visita a Portugal do Secretário-Geral do TUC
33 Britânico para renovação do protocolo bilateral para apoio aos trabalhadores
34 portugueses emigrados no Reino Unido. Nesse ano, a CGTP-IN participou ainda
35 numa Conferência da UE sobre a mobilidade dos migrantes e num Seminário
36 Internacional de Migrações da FSM. Efectuámos ainda uma visita ao Reino Unido
37 para reuniões com o TUC e a comunidade portuguesa.

38
39 Durante 2007, assinalam-se a participação da Central numa Reunião Internacional
40 de Migrações, das CCOO, em Sevilha, uma visita ao sindicato britânico
41 TGWU/UNITE para acompanhamento do problema da gripe das aves naquele país
42 e uma recepção a uma delegação do TUC para criação de um sítio conjunto na
43 Internet.

44 45 46 **8. A ORGANIZAÇÃO SINDICAL E OS QUADROS**

47 48 **8.1. A Organização de Base**

49
50 Nos quatro anos de mandato entre o X e o XI Congresso acentuou-se a ofensiva
51 contra os direitos dos trabalhadores e a actividade sindical onde se destaca a
52 crescente desregulamentação e a precariedade laboral com efeitos nocivos na

1 organização sindical e nos quadros, particularmente ao nível da organização de
2 base. A marca mais saliente desta ofensiva foi o ataque ao trabalho com direitos e
3 aos direitos colectivos dos trabalhadores, verificou-se logo no início do mandato
4 com a entrada em vigor do chamado “Código do Trabalho”, nomeadamente com
5 os efeitos das suas normas mais gravosas.

6
7 Com este pano de fundo, pode afirmar-se que os trabalhadores e o Movimento
8 Sindical Unitário deram uma resposta em conformidade com as circunstâncias
9 quer no plano da luta, quer no plano organizativo, destacando-se:

- 10 – A intervenção nos locais de trabalho em torno dos objectivos definidos no X
11 Congresso;
- 12 – A continuidade da reestruturação sindical, administrativa e financeira;
- 13 – O crescimento do património imobiliário do movimento sindical;
- 14 – A crescente modernização tecnológica das estruturas sindicais;
- 15 – A estabilidade da situação económico-financeira da CGTP-IN;
- 16 – A filiação na CGTP-IN de seis sindicatos.

17
18 Confirmou-se como muito importante para a intervenção sindical direccionada para
19 o reforço da organização de base, a fixação pelo X Congresso de metas
20 quantificadas para a sindicalização, a eleição ou reeleição e delegados sindicais e
21 da eleição representantes dos para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
22 (SHST), como foi relevante a realização da 4ª Conferencia sobre Organização
23 onde em síntese se concluiu:

- 24 – Adoptar uma intervenção dinâmica e contínua nos locais de trabalho que
25 aumente a participação dos trabalhadores na vida sindical e que corresponda
26 às suas aspirações;
- 27 – Dinamizar a acção reivindicativa nas empresas e serviços e aumentar a
28 capacidade de luta dos trabalhadores para defender e fazer aplicar a
29 contratação colectiva e os direitos;
- 30 – Aumentar a sindicalização e fortalecer a organização de base com a eleição de
31 representantes dos trabalhadores, designadamente delegados sindicais jovens,
32 bem como de representantes para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
33 e estruturar a sua organização e acompanhamento regular;
- 34 – Investir na formação sindical inicial e contínua, para melhorar a capacidade de
35 resposta dos quadros, nomeadamente dos jovens, na sua intervenção cada
36 vez mais exigente;
- 37 – Fortalecer os sindicatos com medidas organizativas estruturantes, assegurar a
38 descentralização da acção sindical e prosseguir a inovação administrativa e de
39 gestão interna.

40 41 *8.1.1. Sindicalização*

42
43 Quanto à sindicalização, as metas definidas no X Congresso não foram atingidas
44 porque a crescente precariedade e desregulamentação laboral, a destruição do
45 aparelho produtivo com encerramento e deslocalização de muitas e significativas
46 empresas por um lado e por outro, o encerramento e desmantelamento de
47 serviços públicos, condicionou o trabalho de base e não propiciou as melhores
48 condições para se concretizarem os objectivos definidos.

1 No entanto, apesar das condições difíceis e mesmo violentas para os
2 trabalhadores e a organização sindical nos locais de trabalho, foi possível
3 desenvolver uma forte mobilização e luta intensa com grandes acções de massas
4 e simultaneamente dinamizar a sindicalização que atingiu um resultado
5 significativo neste mandato com mais **168.189** novas sindicalizações.

6
7 É de salientar o facto das novas sindicalizações se reportarem a **86.156** mulheres
8 **(51,2 %)** e **44.654 (26,5%)** a jovens do escalão etário até 30 anos, conforme
9 consta no **Quadro - I**, sendo que do total existem 21.200 novas sindicalizações
10 que os sindicatos não desagregaram.

11 *8.1.2. Delegados Sindicais*

12
13 Registou-se uma evolução muito positiva na eleição e reeleição de Delegados
14 Sindicais, tendo sido ultrapassados os objectivos definidos para o mandato ao
15 atingir-se o número de **14.720** de novos mandatos de Delegados Sindicais, o que
16 evidencia uma significativa renovação da organização de base dos sindicatos que
17 actualmente é de cerca de 18.000 Delegados Sindicais.

18
19 Dos **14.720** novos mandatos de Delegados Sindicais pode constatar-se no **Quadro**
20 **-I**, que **8.408** são mulheres **(57,1%)** e **1.708** são jovens até 30 anos **(11,6%)**. É de
21 salientar o crescimento do número de mulheres com responsabilidades sindicais
22 ao nível da base, assim como o rejuvenescimento da rede de Delegados Sindicais
23 com a entrada de mais de **1.500** jovens do escalão etário até aos 30 anos.

24
25 Há que intensificar a renovação, o rejuvenescimento e o alargamento da rede de
26 Delegados Sindicais para que os sindicatos estejam representados e possam
27 intervir quotidianamente em maior numero de empresas e serviços, porque é nos
28 locais de trabalho que se desenvolve a intervenção sindical que tem de
29 corresponder às aspirações dos trabalhadores e são também os locais de trabalho
30 a fonte que alimenta e dá vitalidade a toda a estrutura sindical.

31 *8.1.3. Representantes para a SHST*

32
33 Mesmo tendo presente que o Código do Trabalho criou algumas dificuldades à
34 eleição de representantes para a SHST, pela carga burocrática que impõe aos
35 processos eleitorais, não é menos verdade que alguns sindicatos não deram
36 suficiente atenção a este trabalho, o que se reflectiu no desaproveitamento das
37 potencialidades de eleger mais representantes, na qualidade da informação
38 produzida e num insuficiente acompanhamento e organização estruturada dos
39 eleitos.

40
41 Tais deficiências têm como resultado que o número de processos eleitorais
42 concluídos e quantidade de trabalhadores eleitos, efectuado a partir dos dados
43 fornecidos pelos sindicatos, não traduz com rigor a realidade, uma vez que foram
44 efectuadas eleições e eleitos representantes que não foram registados
45 centralmente devido a não ter sido prestada a necessária informação. Em todo o
46 caso, embora se considere que os dados constantes do **Quadro I – 888** mandatos,
47 estejam subestimados, é um facto que ainda assim os resultados obtidos nesta
48 importante tarefa de trabalho estão aquém do que é desejável e mesmo
49 necessário.

1 Por outro lado o deficiente apoio, ou até a ausência de acompanhamento aos
 2 representantes eleitos, impede que eles possam desempenhar com eficácia o seu
 3 papel e que alguns sejam mesmo tentados a desistir devido à falta de orientação,
 4 de condições e, conseqüentemente, de motivação para o exercício das respectivas
 5 funções.

6
 7 É preciso inverter esta situação, através duma efectiva melhoria do trabalho de
 8 direcção, impulsionando a intervenção sindical planificada e direccionada para
 9 empresas e serviços prioritários, tendo como objectivo a eleição de mais
 10 representantes para a SHST e, simultaneamente, intensificar a execução de
 11 acções de sensibilização dos dirigentes e delegados sindicais, bem como a
 12 formação específica dos representantes eleitos.

13
 14 **QUADRO-I**

SECTORES DE ACTIVIDADE	①			②			③			④		
	SINDICALIZAÇÃO			DELEGADOS SINDICAIS			S.H.S.T.			TOTAL MANDATO		
	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos	HOM	MULH	Até 30 anos	①	②	③
										SIND.	D.S.	S.H.S.T.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	10561	19136	6185	1356	1895	262	80	27	9	29697	3251	114
AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO, HOTELARIA, BEBIDAS E TURISMO	5374	12344	3556	349	455	169	81	52	22	17935	816	133
BANCA	245	378	118	195	42	3	0	0	0	623	237	0
CELULOSE, PAPEL E GRÁFICOS	1183	430	581	74	13	12	23	2	1	1613	87	25
COMÉRCIO, ESCRITÓRIOS E SERVIÇOS	4894	15552	8726	248	494	207	0	0	0	27705	790	0
COMUNICAÇÕES E TELECOMUNICAÇÕES	3140	2480	2740	750	100	115	0	0	0	6068	850	0
CONSTRUÇÃO, CERÂMICA E VIDRO	5694	783	1006	224	22	31	57	6	3	16086	251	63
MAR	409	246	275	20	2	5	0	0	0	655	22	0
METALURGIA, QUÍMICA, FARM., ELÉCTRICA, ENERGIA E MINAS	15638	5316	6580	954	203	240	415	97	85	21266	1188	512
PESCA	153	14	21	2	0	0	0	0	0	205	0	0
PROFESSORES	3954	13991	7825	1535	4825	546	0	0	0	17945	6360	0
QUADROS TÉCNICOS	94	350	284	2	0	0	0	0	0	444	2	0
SAÚDE	807	3834	3165	128	196	43	0	0	0	4666	324	0
TÊXTIL, LANIFÍCIOS, VESTUÁRIO, CALÇADO E PELES	2657	10474	2117	64	144	53	7	22	1	13641	208	29
TRANSPORTES	6001	803	1457	242	17	21	0	0	0	9374	331	12
OUTROS	34	25	18	3	0	1	0	0	0	266	3	0
TOTAL	60838	86156	44654	6147	8408	1708	663	206	121	168189	14720	888

Nota: Os números referentes a Homens, Mulheres e Jovens apresentam algumas discrepâncias relativamente ao Total do Mandato porque alguns Sindicatos não indicam os números desagregados, somando estes casos 21.200 novas sindicalizações.

1 8.1.4. Comissões de Trabalhadores

2
3 As Comissões de Trabalhadores não são estruturas sindicais, mas são estruturas
4 de base e a maioria das CTs cooperam com as estruturas do Movimento Sindical
5 Unitário num quadro de respeito pela autonomia própria de cada uma das
6 estruturas.

7
8 Actualmente a CGTP-IN tem o registo de **1.383** Comissões de Trabalhadores com
9 estatutos publicados e no decorrer do mandato foram publicados **60** novos
10 estatutos e **116** alterações a estatutos de CTs. Foi também publicada neste
11 período de quatro anos a identificação dos membros que compõem **393**
12 Comissões de Trabalhadores, representando **3024** membros dos quais **483** são
13 mulheres (**16 %**).

14
15 Num levantamento relativo à eleição das CT's entre o 4º trimestre de 2003 e o final
16 de 2007 em **101** empresas representando **83.539** trabalhadores, **42.134 (50,4%)**
17 votaram para as comissões de trabalhadores, dos quais **31.652 (75,1%)** votaram
18 em listas unitárias identificadas com a CGTP-IN e **8.173 (25,8%)** votaram noutras
19 listas.

20
21 A cooperação do Movimento Sindical com as CTs deve prosseguir porque é útil
22 para os trabalhadores a convergência e complementaridade de acção de ambas
23 as estruturas.

24 **8.2. Eleições Sindicais**

25
26
27 As eleições sindicais que ocorreram entre de Junho de 2003 e o final do ano de 2007, foram **154**
28 actos eleitorais em Sindicatos do MSU, tendo sido eleitos **5.064** dirigentes, dos quais **1.726** são
29 mulheres (**34,1%**) e **342** Jovens (**6,8%**).

30
31 Foram recolhidos e tratados dados relativos às eleições em **100** Sindicatos nos quais votaram
32 **229.498** trabalhadores do total de **611.121** inscritos nos cadernos eleitorais e destes votaram nas
33 listas identificadas com a CGTP-IN **216.861** trabalhadores o que corresponde a **94,5%** dos
34 eleitores que exerceram o seu direito de voto.

35
36 No estudo efectuado verificou-se que em **4.155** dirigentes, **1.505** são mulheres. A média etária
37 geral é de **44,2** anos, sendo a dos homens de **45,2** e a das mulheres de **40,4** anos. Foram eleitos
38 **318** jovens com menos de **30** anos, cuja média etária é de **27,1** anos.

39
40 Assim, no universo de Sindicatos do MSU regista-se um total de **5.592** dirigentes, sendo **2.044 –**
41 **36,6%** mulheres e **350 – 6,3%** jovens do escalão etário até 30 anos.

42 **8.3. A Estrutura e a Reestruturação Sindical**

43 *8.3.1. Sindicatos*

44
45 No período decorrido entre o último congresso e o final do ano de 2007, verificaram-se
46 alterações estruturais em diversos sindicatos. A reestruturação sindical teve
47 continuidade através de fusões de sindicatos e de Federações e consolidaram-se
48 processos de reestruturação iniciados em mandatos anteriores.

49
50 No X Congresso da CGTP-IN registamos **155** sindicatos activos, dos quais **97** eram
51 sindicatos filiados, **25** a cooperarem com regularidade com a Central e **35** a cooperarem

1 de forma pontual. Com as medidas de reestruturação executadas ao longo do mandato
2 passámos, para **141** sindicatos activos, destes **88** são filiados, **21** não são filiados mas
3 cooperam de forma activa e regular com a CGTP-IN e os restantes **32** sindicatos não
4 filiados cooperam de forma pontual.

5
6 Extinguiram-se **18** Sindicatos, dos quais **15** eram filiados na CGTP-IN e **3** não filiados.
7 Estas extinções tiveram lugar na sequência da adopção de processos de integração e
8 fusão dos seguintes sindicatos:

9 – Cesnorte – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do
10 Norte que fez o seu cancelamento e se integrou no CESP – Sindicato dos
11 Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal;

12 – Sindicato dos Trabalhadores de Calçado, Malas, Componentes, Formas e Ofícios
13 Afins do Distrito do Porto que se dissolveu e se integrou no Sindicato dos
14 Trabalhadores Têxteis, Vestuário, Calçado e Curtumes do Porto;

15 – Sindicato Nacional dos Trabalhadores Técnicos da Agricultura, Florestas e Pecuária;
16 o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos; o
17 STRIA-BI – Sindicato das Indústrias Alimentares da beira-Interior; o Sindicato
18 Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas, que se fundiram entre si e
19 constituíram o SINTAB – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias
20 de Alimentação, Bebidas e Tabacos;

21 – Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Viana do
22 Castelo que se dissolveu e se integrou no STRUN – Sindicato dos Trabalhadores
23 dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte;

24 – Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real; O Sindicato dos
25 Transportes Rodoviários do Distrito de Faro; o Sindicato dos Trabalhadores dos
26 Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa; O sindicato dos Transportes
27 Rodoviários e Urbanos do Centro – STTRUC; o Sindicato dos Trabalhadores de
28 Transportes Rodoviários do Sul; o Sindicato dos Trabalhadores de Transportes
29 Rodoviários de Aveiro e o Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de
30 Braga, que se fundiram entre si e constituíram o STRUP – Sindicato dos
31 Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal

32 – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas dos Distritos de Coimbra e
33 Leiria que se dissolveu e se integrou nas seguintes organizações sindicais: Distrito
34 de Coimbra – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e
35 Metalomecânicas dos Distritos de Aveiro, Viseu e Guarda e o Distrito de Leiria –
36 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos
37 Distritos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco.

38 – Sindicato dos Pescadores do ex-distrito da Horta que se dissolveu e se integrou no
39 Sindicato Livre dos Pescadores Marítimos e Profissionais Afins de S.Miguel e Santa
40 Maria;

41 – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte – STIEN e o
42 Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Centro – SIEC, que se
43 fundiram entre si e constituíram o STIENC – Sindicato dos Trabalhadores das
44 Indústrias Eléctricas do Norte e Centro.

45
46 Constituíram-se ao longo deste mandato quatro sindicatos:

47 – O SINTAB – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de
48 Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal;

- 1 – O STRUP – Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e urbanos de
2 Portugal;
- 3 – O STIENC – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte e
4 Centro.
- 5 – O SINTAF – Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Financeira.

6
7 Nota: os primeiros três são filiados e o SINTAF coopera activa e regularmente com a
8 CGTP-IN.

9
10 Relativamente ao âmbito geográfico os Sindicatos do MSU repartem-se da seguinte
11 forma:

- 12 – 54 Sindicatos têm âmbito Nacional;
- 13 – 48 Sindicatos têm âmbito Pluridistrital;
- 14 – 19 Sindicatos têm âmbito distrital;
- 15 – 14 Sindicatos têm âmbito regional;
- 16 – 2 Sindicatos têm âmbito ao (s) Concelho (s);
- 17 – 2 Sindicatos têm âmbito ao estrangeiro;
- 18 – 2 Sindicato tem âmbito às ilhas de São Miguel e Santa Maria.

19
20 Quanto ao âmbito pessoal:

- 21 – 46 Sindicatos têm âmbito profissional;
- 22 – 88 têm âmbito sectorial vertical;
- 23 – 4 têm simultaneamente âmbitos de actividade vertical e profissional;
- 24 – 3 têm âmbito profissional numa parte e vertical na outra.

25
26 Também durante o mandato alteraram os seus estatutos **78** Sindicatos, **20** Uniões
27 Distritais e **12** Federações do MSU e constituíram-se **17** Sindicatos de identidade
28 indefinida.

29
30 Relativamente a filiações de sindicatos na CGTP-IN é de salientar que durante o
31 mandato não se verificou qualquer desfiliação de sindicatos, embora se registe que
32 dos **97** sindicatos filiados na altura do X Congresso, passamos para **88** filiados,
33 sendo esta redução do número de sindicatos filiados resultante dos processos de
34 fusão e integração dos sindicatos.

35
36 Registaram-se neste período novas filiações de Sindicatos que cooperavam com a
37 CGTP-IN e que passaram a ser Sindicatos filiados:

- 38 – SABCES - Sindicato dos Profissionais das Indústrias de Alimentação, Bebidas
39 e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços dos Açores;
- 40 – Sindicato dos Professores dos Açores;
- 41 – Sindicato dos Professores da Madeira.

42
43 Registou-se também a filiação dos seguintes Sindicatos que se constituíram na
44 sequência de processos de reestruturação:

- 45 – SINTAB – Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de
46 Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal;

- 1 – STRUP – Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal;
- 2
- 3 – STIENC – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte e Centro.
- 4

5 Estas seis filiações constituem um importante reforço orgânico da CGTP-IN, fortalecendo-se assim a solidariedade entre todos os trabalhadores. Há que prosseguir e aprofundar a cooperação aos diversos níveis da estrutura sindical com os sindicatos não filiados, tendo em vista alargar o envolvimento e a participação dos trabalhadores na acção sindical e nas iniciativas definidas pela Central e as suas estruturas regionais e sectoriais.

6

7

8

9

10

11 8.3.2. *Uniões de Sindicatos*

12

13 As Uniões Distritais e Regionais são vinte e duas (**22**) que estatutariamente são estruturas intermédias da CGTP-IN. Durante o mandato registaram-se **23** Congressos / Plenários eleitorais em **21** Uniões distritais.

14

15

16

17 Nos Órgãos estatutários máximos destas estruturas intermédias foram eleitos **545** dirigentes, dos quais **167 (30,6%)** são mulheres e **41 (7,5%)** são Jovens. A média etária geral apurada em **15** uniões é de **43,4** anos, sendo a dos homens de **44,4** anos, a das mulheres de **41,5** e a dos jovens de **27** anos.

18

19

20

21

22 As **7** Uniões Locais existentes reuniram durante o mandato **4** em Plenários eleitorais, tendo sido eleitos **61** dirigentes, dos quais **34 (55,7%)** são mulheres e **8 (13,1%)** são Jovens. A média etária geral apurada em **2** uniões é de **45,4** anos, sendo a dos homens de **44** anos, a das mulheres de **44** e a dos jovens de **28** anos.

23

24

25

26 8.3.3. *Federações de Sindicatos*

27

28 As Federações que se assumem como estruturas intermédias da CGTP-IN são **10**. Durante o mandato registaram-se **14** Congressos / Plenários eleitorais em **12** Federações tendo sido eleitos **322** dirigentes, dos quais **61 (18,94%)** são mulheres e **8 (2,48%)** são Jovens. A média etária geral apurada em **6** federações é de **47,6** anos, sendo a dos homens de **47,7** anos, a das mulheres de **45,2** e a dos jovens de **26,2** anos.

29

30

31

32

33

34

35 A diferença do número de Federações entre o X e o XI Congresso, de **13** para **10**, resulta das fusões das seguintes Federações:

36

37

38 Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal com a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção de que resultou a Federação dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro – FEVICCOM;

39

40

41

42

43 Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal –FSTIEP com a Federação Intersindical da Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás – Fequimetal de que resultou a FIEQUIMETAL – Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgica, Química, Farmacêutica, Eléctrica, Energia e Minas.

44

45

46

47

48

1 FESTRU – Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos com
2 a Federação dos Sindicatos do Mar de que resultou a constituição da FECTRANS
3 – Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações.

4 5 **8.4. As Organizações Específicas**

6 *8.4.1. Interjovem/CGTP-IN*

7
8 A acção da Interjovem/CGTP-IN teve, nos últimos 4 anos, como eixo central o
9 Combate à Precariedade no Emprego e a Luta por Emprego com Direitos,
10 cumprindo assim as orientações traçadas no X Congresso da CGTP-IN e as
11 conclusões da 5ª Conferência Nacional da Interjovem/CGTP-IN.

12
13 No 1º trimestre de 2004 a Campanha Nacional pela Contratação Colectiva
14 permitiu-nos transmitir aos jovens trabalhadores a importância de conhecerem e
15 defenderem os seus contratos colectivos de trabalho, ao mesmo tempo que
16 denunciámos junto da opinião pública e dos órgãos de soberania as empresas ou
17 serviços que não cumprem com os direitos consagrados nas convenções
18 colectivas de trabalho.

19
20 A 3 de Junho de 2005 realizámos a 5ª Conferência Nacional da Interjovem/CGTP-
21 IN. A preparação e realização da Conferência permitiram que a Interjovem
22 consolidasse a sua linha de acção, centrada nos locais de trabalho, espaço
23 estratégico de contacto, conhecimento e resolução dos problemas que mais
24 afectam os jovens trabalhadores, sempre em articulação e com trabalho
25 planificado conjuntamente com os Sindicatos e Uniões.

26 Esta conferência definiu o combate à precariedade no emprego e o reforço da
27 organização sindical da Interjovem/CGTP-IN como objectivos centrais a
28 concretizar até 2009.

29
30 Durante o ano de 2006 realizámos em conjunto com alguns Sindicatos e Uniões a
31 Campanha Nacional de Sindicalização com resultados positivos. Na avaliação que
32 fazemos desta iniciativa salientamos como bastante positivos os resultados
33 alcançados na sindicalização (inclusive de trabalhadores com vínculo precário)
34 mas também, e igualmente importante, o reforço da capacidade de trabalho
35 conjunto entre gerações que permitiu criar algumas bases, nos quadros sindicais
36 mais jovens, da forma como desenvolver a sua acção sindical a partir do local de
37 trabalho.

38
39 Anualmente assinalámos o Dia Nacional da Juventude – 28 de Março, como um
40 dia, historicamente de luta dos jovens e que a Interjovem, desde 2006 tem
41 marcado muito pela positiva com a realização, em 2006 e 2007 de Manifestações
42 de Jovens Trabalhadores. Em 2007 a Manifestação contou com a presença de 10
43 mil jovens trabalhadores, naquela que foi a maior manifestação de sempre de
44 jovens trabalhadores em Portugal.

45
46 No 1º trimestre de 2008 estamos a realizar a Estafeta Contra a Precariedade, Lutar
47 para Garantir a Estabilidade, em todos os distritos e regiões autónomas e
48 decidimos realizar no dia 28 de Março de 2008 uma grande manifestação nacional
49 de Jovens trabalhadores em Lisboa.

1 No plano da organização sindical a Interjovem/CGTP-IN tem desenvolvido o seu
2 trabalho sindical no cumprimento das conclusões do X Congresso e da 5ª
3 Conferência Nacional da Interjovem/CGTP-IN, contribuindo para o reforço e
4 rejuvenescimento do movimento sindical unitário.

5
6 Pese embora que o nível de participação dos jovens nas direcções dos sindicatos
7 e estruturas intermédias ser muito reduzido, na ordem dos 6%, e de esta
8 percentagem dever ser, progressivamente, aproximada da percentagem da eleição
9 de jovens trabalhadores para delegados sindicais.

10
11 Ao longo destes 4 anos realçamos como positivo o reforço do trabalho conjunto e
12 articulado entre os Sindicatos, as Uniões e a Interjovem, sempre centrado no local
13 de trabalho e no contacto com os jovens trabalhadores.

14
15 Realçamos como negativo as dificuldades de criação de estruturas de jovens em
16 Sindicatos, Uniões e Federações (motivada também pela reduzida participação
17 dos jovens nas direcções) e a fraca participação de alguns dirigentes nacionais
18 nas iniciativas e actividade regular da Interjovem/CGTP-IN, muitas vezes motivada
19 pela procura de novos empregos (até no estrangeiro), melhor remunerados e com
20 mais direitos, outras vezes motivada pelo desemprego crescente (encerramento e
21 deslocalização de empresas, fim dos contratos, etc.) que afecta largamente os
22 jovens trabalhadores.

23
24 Entendemos que progressivamente devem ser dados passos no sentido do reforço
25 da participação de jovens nas direcções sindicais, na sua responsabilização e na
26 constituição de comissões de Jovens nos vários Sindicatos, Uniões e Federações.

27 *8.4.2. Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens/CGTP-IN*

28
29 Em 2005, a preparação e a realização da IV Conferência sobre Igualdade entre
30 Mulheres e Homens e a eleição, pela primeira vez, de uma comissão mista
31 (composta por mulheres e homens com elevadas responsabilidades na estrutura
32 sindical), constituiu um ponto alto e de viragem na estrutura orgânica e na acção
33 da CGTP-IN em prol da igualdade de género. A preparação da Conferência
34 mobilizou a generalidade das organizações sindicais na discussão dos
35 documentos base e estimulou a constituição ou reactivação de grupos de trabalho
36 específicos. A elevada e empenhada participação nos trabalhos da Conferência
37 deu um contributo de grande relevância para a definição de estratégias de
38 actuação adequadas para o Plano de Acção (o primeiro plano da CGTP-IN para a
39 igualdade de mulheres e homens) e para a Carta Reivindicativa aprovadas.

40
41 A criação da CIMH/CGTP-IN, concretizando uma deliberação do X Congresso,
42 conforme os Estatutos aprovados, constituiu uma nova fase da acção da CGTP-IN
43 em relação às mulheres trabalhadoras.

44
45 A legitimidade de uma organização específica dotada de órgãos próprios de
46 decisão, eleitos quadrienalmente, encarregada de elaborar um programa de
47 trabalho (em consonância com o Programa de Acção da CGTP-IN) com o objectivo
48 de identificar problemas concretos no mundo do trabalho, na família e na
49 sociedade e de os analisar, avaliar e propor soluções numa perspectiva de género,
50 constituiu um avanço importante na construção de uma acção sindical integrada
51 em articulação com os problemas da discriminação sexual, com reflexos nas

1 políticas definidas pelos órgãos da CGTP-IN e a levar à prática pelas organizações
2 filiadas.

3
4 Este passo, a par do reforço dos meios técnicos afectos à área, determinou uma
5 consciência mais profunda dos problemas que afectam as trabalhadoras, na
6 medida em que a CGTP-IN passou a ter instrumentos e meios (técnicos e
7 sindicais) que contribuíram para o aprofundamento da reflexão e do conhecimento
8 das questões de género, claramente expressas na preparação e realização da
9 Conferência e consagradas nos documentos aí aprovados.

10
11 Após a Conferência, iniciou-se um processo de formação/sensibilização dos membros da
12 CIMH/CGTP-IN e das/dos dirigentes sindicais de vários sectores de actividade e regiões do país,
13 no sentido de aumentar a sua consciencialização para os problemas da igualdade de
14 oportunidades e de género e para a sua inserção na acção mais geral desenvolvida pelo
15 MSU, estimulando o exercício da acção sindical neste domínio; foram, ainda,
16 actualizadas, ampliadas e enviadas para todo o MSU, as cláusulas de referência
17 para a contratação colectiva relativas à igualdade de género e à não
18 discriminação.

19
20 No plano da organização sindical a CIMH/CGTP-IN tem desenvolvido um trabalho
21 sindical com vista ao cumprimento das orientações saídas do X Congresso da
22 CGTP-IN e da IV Conferência Sindical sobre Igualdade entre Mulheres e Homens,
23 tendo sido dados passos significativos no plano organizativo, designadamente em
24 sectores de actividade e regiões que não dispunham de organização específica ou
25 que, tendo-a, não se pautavam por um funcionamento regular e determinado por
26 objectivos e metas concretas, em articulação com os órgãos dessas estruturas
27 sindicais.

28
29 Contudo, persistem dificuldades, nomeadamente na criação e funcionamento de
30 organização específica em sectores de actividade em que predomina a mão-de-
31 obra feminina e na naturalização da articulação entre as reivindicações e a luta
32 específica e as reivindicações e a luta mais geral, aprofundando a consciência
33 social e de classe das mulheres e dos homens que trabalham e a sua
34 disponibilização para a luta pela melhoria das suas condições de vida e de
35 trabalho e em defesa dos direitos, das liberdades e da democracia.

36
37 No que se refere à organização de base, tem-se verificado a crescente adesão das
38 mulheres aos sindicatos, reflectida nas taxas de sindicalização - que apontam para
39 valores de 57,7%, em média, entre 2004 e o primeiro semestre de 2007. Quanto à
40 participação das mulheres nos órgãos de direcção da estrutura sindical, tem vindo
41 a registar-se um crescimento progressivo da sua representação, sendo, mais evidente
42 nos sindicatos (em média, 35,3%) que nas estruturas intermédias (em média, 18,0% nas
43 Federações, 28,8% nas Uniões distritais e 21,3% nas Uniões locais)¹.

44
45 Nas eleições para os órgãos de direcção dos sindicatos, realizadas entre
46 2006/2007, alguns sectores de actividade registaram uma evolução, na eleição de
47 mulheres, em percentagem superior ao registado no anterior mandato. A título

¹ Estudo realizado até ao BTE nº 33, 08.09.07

1 ilustrativo, refira-se: no Sector da Alimentação, de 36% para 45,6%; no Sector do
2 Comércio e Serviços, de 39,7% para 52,9%; no Sector do Ensino, de 62,3% para
3 67,8%; no Sector da Administração Pública (Adm. Central, Adm. Local, Missões
4 Dipl., Forças Armadas, Juízes, Magistrados, STML), de 24,8% para 26%; no
5 Sector da Saúde (Enfermeiros e outros profissionais), de 37% para 41,2%; no
6 Sector Têxtil, de 49,4% para 52,7%.

7 *8.4.3. Inter-Reformados*

8
9 Os reformados e aposentados têm sido confrontados com o agravamento das suas
10 condições de vida, resultante especialmente das políticas de segurança social, de
11 saúde, orçamental e fiscal e dos elevados aumentos de preços de bens
12 essenciais.

13
14 Por isso, ao longo deste período, o montante das pensões e o processo da sua
15 revisão anual estiveram no centro das preocupações da Inter Reformados, lutando
16 todos os anos pela melhoria das pensões de reforma, de aposentação e de
17 sobrevivência, dentro dos princípios fundamerntais de compensação da inflação,
18 de valorização da duração da carreira contributiva e de melhoria relativa das
19 pensões mais baixas.

20
21 Salvo num período inicial, em que pensões mínimas tiveram aumentos reais, a
22 contestável reforma da Segurança Social e a arrogância do governo nas
23 negociações da administração pública, têm provocado perdas de poder de compra
24 para reformados e aposentados, o que a IR denuncia veementemente: é de
25 assinalar a denúncia e protesto que a IR conduziu quanto à fórmula de revisão das
26 pensões, a qual, assentando embora em fundamentos aceitáveis (dependência
27 das taxas de crescimento do PIB e da inflação e escalonamento por montantes de
28 pensões) é profundamente anti-social quanto aos parâmetros fixados

29
30 A política de saúde e do medicamento, que ganha acuidade relativamente aos
31 idosos, tem também merecido contestação por parte da IR, em muitas iniciativas.

32
33 Apoios na dependência, criação de lares e centros de dia públicos, cobertura do
34 território por serviços de apoio domiciliário, actualização das participações
35 para próteses, alargamento da lista de doenças crónicas e gratuidade dos
36 respectivos medicamentos, desburocratização do complemento solidário para
37 idosos e sua independência em relação aos rendimentos dos filhos, combate ao
38 isolamento dos idosos e políticas de inserção social, generalização do desconto de
39 50% para idosos em todos os transportes públicos colectivos, tudo isto têm sido
40 reivindicações da Inter Reformados e têm constituído motivo de esclarecimento, de
41 denúncia e de lutas da IR.

42
43 Tanto para estas questões, como para finalidades de lazer e convívio, as várias
44 estruturas da IR têm organizado plenários de reformados, elaboração e
45 distribuição de documentos, convívios anuais, tribunas públicas, encontros
46 nacionais e regionais.

47
48 Os reformados têm dado apreciável contributo para todas as lutas da CGTP-IN,
49 seja nos trabalhos de preparação e mobilização, seja de presença activa nas
50 importantes manifestações que o MSU tem promovido.

1 Muitas frentes de luta têm contado com uma participação significativa dos
2 reformados e aposentados, integrados nos seus sindicatos ou em estruturas da IR:
3 defesa dos serviços públicos, manifestações contra a guerra, denúncia da directiva
4 Bolkestein, abaixo assinados pelo acesso à justiça e de apoio a reivindicações da
5 FERPA - Federação Europeia de Reformados e Pessoas Idosas.

6
7 No âmbito das suas actividades, a Inter Reformados tem tido uma colaboração
8 privilegiada com a Confederação do MURPI e suas Federações e tem procurado a
9 aproximação a associações locais de idosos e reformados.

10
11 A IR tem mantido uma participação regular nos órgãos da FERPA e contactos com
12 outras organizações sindicais de reformados europeias. Tem igualmente mantido
13 contactos com diversas organizações nacionais que actuam sobre as questões
14 dos idosos e do envelhecimento e sobre outros assuntos sociais.

15
16 A organização da IR não se tem desenvolvido, mantendo-se no plano geográfico
17 limitada a oito direcções distritais e algumas comissões de sector profissional
18 nacionais ou regionais. O sindicalismo de reformados, que nem sequer tinha
19 tradição em Portugal, para um seu possível desenvolvimento depende do apoio e
20 do interesse que lhe sejam prestados pelas estruturas correspondentes do MSU.

21 22 23 QUADRO - II

24 25 Evolução das Organizações Sindicais filiadas e não filiadas na CGTP-IN

26
27

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local - STAL	Alteração aos estatutos. Altera o mandato para 4 anos. Nos órgãos nacionais deixa de constar o Congresso. Altera o âmbito. (publ. Outubro 2003).
	Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas no Estrangeiros - STCDE	Alteração aos estatutos. (publ. Outubro 2003).
	Sindicato dos Funcionários Judiciais	Alteração aos estatutos. Acrescentam aos órgãos as Comissões Coordenadoras Regionais e Assembleias de Delegados (publ. Janeiro 2004).
	Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte - STFPN	Alarga e especifica o âmbito pessoal. (publ. Julho 2007).
	Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores	Alarga e especifica o âmbito pessoal. Altera o mandato para 4 anos. Pequena alteração aos órgãos. (publ. Setembro 2007)
	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local - STAL	Nulidade parcial do nº 1 do artº. 77º. (publ. Outubro 2007).
	Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte - STFPN	Pequena alteração aos estatutos. (publ. Outubro 2007).
AGRICULTURA, ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS, HOTELARIA E TURISMO	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte	Alteração aos Estatutos. (publ. Abril 2004).

	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul	Alarga o âmbito pessoal às IPSS e aos hospitais privados. Altera o mandato para 4 anos e acrescenta aos órgãos a C. Executiva (publ. Maio 2005).
	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Carnes	Pequena alteração ao âmbito pessoal. Altera o mandato para 4 anos (publ. Junho 2005).
	Sindicato dos Profissionais das Indústrias de Alimentação e Bebidas de Angra do Heroísmo	Altera o mandato para 4 anos. (publ. Agosto 2005).
	Sindicato Nacional dos Trabalhadores Técnicos da Agricultura, Florestas e Pecuária	Extinção do Sindicato deliberada em Assembleia Geral descentralizada realizada nos dias 16 e 17 de Março de 2006 e integração no SINTAB (publ. Abril 2006).
	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos	Constituição do Sindicato decidido em Assembleia constituinte realizada a 16 e 17 de Março de 2006 (publ. Abril 2006).
	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação do Sul e Tabacos	Extinção do Sindicato deliberada em Assembleia Geral descentralizada realizada nos dias 16 e 17 de Março de 2006 e integração no SINTAB (publ. Abril 2006).
	Sindicato das Indústrias Alimentares da Beira Interior – STRIA-BI	Extinção do Sindicato deliberada em Assembleia Geral descentralizada realizada nos dias 16 e 17 de Março de 2006 e integração nos SINTAB (publ. Abril 2006).
	Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas	Extinção do Sindicato deliberada em Assembleia Geral descentralizada realizada nos dias 16 e 17 de Março de 2006 e integração no SINTAB (publ. Abril 2006).
	Sindicato das Indústrias de Alimentação e Bebidas dos Açores - SABCES	Altera a denominação (ex-Sindicato das Indústrias de Alimentação e Bebidas dos Açores). Alarga o âmbito pessoal ao comércio e serviços e profissionais administrativos de todos os serviços de actividade económica. Adota a sigla SABCES (publ. Maio 2007).
BANCA	Sindicato dos Trabalhadores da Actividade Financeira - SINTAF	Constituição do Sindicato deliberada em Assembleia constituinte de 18 de Junho de 2005 (publ. Julho 2005).
	Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos - STEC	Altera morada estatutária. (publ. Fevereiro 2006).
CONSTRUÇÃO, CERÂMICA, E VIDRO	Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore e Cortiças do Sul	Altera a denominação ex-Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras e Materiais de Construção do Sul (publ. Dezembro 2004).
	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares da Região Norte	Altera o mandato para 4 anos e altera parcialmente alguns artigos. (publ. Março 2005).
	Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras das Ilhas de São Miguel e Santa Maria	Altera o valor da quota para 1%. (publ. Abril 2007).
COMERCIO, ESCRITÓRIO E SERVIÇOS	CESP – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal	Altera o mandato para 4 anos. Pequena alteração aos órgãos. (publ. Julho 2004).
	CESNORTE – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte	Extinção do sindicato deliberada em Assembleia Geral descentralizada de 1,2,3,4 e 5.06.04 e deliberada a integração no Cesp. (publ. Agosto 2004).
COMUNICAÇÕES E TELECOMUNICAÇÕES	Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual - STT	Altera o mandato para 4 anos, estipula 0,5% de quota para os reformados e retira dos órgãos a assembleia de delegados e a assembleia regional. (publ. Outubro 2004).

	Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicação Audiovisual - STT	Pequena rectificação. (publ. Novembro 2004).
	Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações - SNTCT	Altera o âmbito pessoal, alarga aos serviços postais e a organismos públicos ou privados. Altera o valor da quota para 1%. Alarga o mandato para 4 anos. (publ. Janeiro 2007).
	Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações - SNTCT	Altera o artº. 56º. Ponto 2. alínea e) sobre a Assembleia Geral "e) a requerimento, de pelo menos, 10% ou 200 associados, no pleno gozo dos seus direitos sindicais". (publ. Junho 2007).
	Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações - SNTCT	Rectificação. (publ. Setembro 2007).
ENSINO	Sindicato dos Professores da Região Centro - SPRC	Alteração aos Estatutos. (publ. Janeiro 2006).
	Sindicato dos Professores da Grande Lisboa - SPGL	Acrescenta ao âmbito pessoal ... ou de investigação científica. Acrescenta aos órgãos o conselho geral. (publ. Março 2006).
	Sindicato dos Professores do Norte	Alteração aos estatutos. (publ. Abril 2007).
	Sindicato dos Professores do Norte	Pequena alteração aos estatutos. (publ. Outubro 2007).
METALURGIA, QUÍMICA, FARMACÊUTICA, ELÉCTRICA, ENERGIA E MINAS	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul	Alarga o âmbito pessoal. Altera os órgãos. Alteração da sede para Setúbal. (publ. Maio 2004).
	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul	Rectificação de artigos. (publ. Junho 2004).
	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira	Altera o mandato para 4 anos. (publ. Dezembro 2005).
	Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas	Alarga o âmbito pessoal. Pequena alteração aos órgãos. Institui o valor de 1% de quotização voluntária mensal para os associados na situação de reformado. (publ. Junho 2006).
	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas dos Distritos de Coimbra e Leiria	Extinção do sindicato deliberada em Assembleia Geral descentralizada realizada a 19.04.07 e a integração do distrito de Coimbra – no Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, Viseu e Guarda e do distrito Leiria – no Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Santarém e Castelo Branco. (publ. Maio 2007).
	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas dos distritos de Aveiro, Viseu, Guarda e Coimbra	Altera a denominação, acrescenta à denominação "Coimbra" e alarga o âmbito geográfico ao distrito de Coimbra. (publ. Maio 2007).
	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica dos Distritos de Lisboa, Leiria, Santarém e Castelo Branco	Altera a denominação acrescenta "Leiria". Alarga o âmbito geográfico ao distrito de Leiria. Deixa de especificar o âmbito pessoal. (publ. Maio 2007).
	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira	Altera o artº. 44º. Alínea d), ponto 2. (a Assembleia Geral reunirá). d) a requerimento de 10% ou 200 associados. (publ. Julho 2007).

	Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro - SIEC	Cancelamento dos estatutos do Sindicato deliberado em Assembleia Geral descentralizada realizada a 19 e 20 de Abril de 2007 e integração no STIENC (publ. Julho 2007).
	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte - STIEN	Extinção do Sindicato deliberado em Assembleia Geral descentralizada realizada nos dias 19, 20 e 21 de Abril de 2007 e integração no STIENC. (publ. Julho 2007).
	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte e Centro - STIENC	Constituição do Sindicato deliberada em Assembleias Gerais realizadas nos dias 19, 20 e 21 de Abril 2007. (publ. Julho 2007).
PESCA	Sindicato Livre dos Pescadores, Marítimos e Profissionais Afins dos Açores	Altera a denominação ex-Sindicato Livre dos Pescadores, Marítimos e Profissionais Afins de São Miguel e Santa Maria (SLP-SMSM). Altera o âmbito pessoal, deixa de referir o valor da quota passando esta a ser fixada pela Assembleia Geral e estipula a jóia de 5 € aquando da inscrição. (publ. Junho 2007).
	Sindicato dos Pescadores do ex-Distrito da Horta	Cancelamento do Sindicato deliberado em Assembleia Geral e integração no Sindicato Livre dos Pescadores, Marítimos e Profissionais Afins de São Miguel e Santa Maria (publ. Junho 2007).
QUADROS TÉCNICOS	Sindicato Português dos Engenheiros Graduados na União Europeia - SPEUE	Alteração da denominação Ex. Sindicato Port. dos Engenheiros Graduados na União Europeia – SETN (publ. Abril 2004).
	Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social	Altera o mandato para 3 anos. Altera a denominação ex-Sindicato dos Técnicos de Serviço Social. (publ. Novembro 2004).
	Sindicato Nacional dos Psicólogos	Alteração parcial. (publ. Junho 2007).
	Sindicato Nacional dos Psicólogos	Altera o artº. 77º. Convocação da Assembleia Eleitoral. (publ. Julho 2007).
SAUDE	Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social - STSSSS	Alteração aos Estatutos. Retiram dos órgãos a mesa da assembleia de delegados. (publ. Janeiro 2004).
	Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social - STSSSS	Nulidade parcial de vários artigos. (publ. Julho 2004).
	Sindicato dos Fisioterapeutas Portugueses	Pequena alteração ao âmbito pessoal (publ. Março 2005).
TÊXTEIS, LANIFÍCIOS, VESTUÁRIO, CALÇADO E PELES	Sindicato dos Operários da Indústria de Curtumes	Nulidade da alínea a) do artigo 16º dos Estatutos publicados no BTE, nº 18, 1ª série, de 15.05.03 (publ. Maio 2004).
	Sindicato da Indústria de Bordados, Tapeçarias, Têxteis e Artesanato da R.A.M.	Altera o mandato para 4 anos. Filia-se por estatuto na CGTP-IN. Altera o valor da quota para 1,5% e o desconto passa a incidir no subsídio de férias e de natal. (publ. Fevereiro 2005).
	Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria e Comércio de Vestuário e de Artigos Têxteis - SINPICVAT	Altera a denominação ex-Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário, Tinturarias e Lavandarias do distrito do Porto. Alarga o âmbito pessoal ao comércio de vestuário e artigos têxteis e o geográfico que passa a ser nacional. (publ. Março 2005).

	Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Curtumes do Sul	Altera a denominação ex-Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul. Alarga o âmbito pessoal. Altera o mandato para 4 anos. O desconto da quota passa a incidir no subsídio de férias e de natal. (publ. Maio 2005).
	Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro	Alarga o âmbito pessoal à cordoaria, redes, tinturaria, lavandarias e afins. Altera o mandato para 4 anos. O desconto da quota passa a incidir nos subsídios de férias e de natal. Pequena alteração aos órgãos. (publ. Junho 2005).
	Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria e Comércio de Vestuário e Actividades Têxteis - SINPICVAT	Acrescenta o artº. 17 – A. Exclui algumas alíneas dos artigos 26º, 35º e 63º. (publ. Janeiro 2006).
	Sindicato dos Trabalhadores de Calçado, Malas, Componentes, Formas e Ofícios Afins do Distrito do Porto	Cancelamento deliberado em A.G. Extraordinária de 15.01.05 e integração no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Vestuário, Calçado e Curtumes do Porto. (publ. Março 2006).
	Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta	Altera o mandato para 4 anos. Define a composição da Direcção e do Conselho Fiscalizador e as reuniões (publ. Abril 2006).
TRANSPORTES	SITAVA – Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos	Altera o mandato para 4 anos. Altera e alarga o âmbito pessoal. (publ. Agosto 2004)
	Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo	Altera o mandato para 4 anos. (publ. Agosto 2005).
	Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Viana do Castelo	Cancelamento deliberado em Assembleia Geral realizada a 27.01.2006 e integração no STRUN (publ. Maio 2006).
	Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga	Altera o mandato para 4 anos e o artº. 62º. Fusão e dissolução (publ. Agosto 2006).
	Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro	Cancelamento do Sindicato deliberado em Assembleia Geral extraordinária realizada nos dias 21, 22 e 23 de Junho e integração no STRUP (publ. Agosto 2006).
	Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal - STRUP	Constituição do Sindicato aprovada em Assembleia Geral extraordinária dias 21,22, 23, 24 e 25 Junho 2006. (publ. Agosto 2006).
	Sindicato dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro - STTRUC	Cancelamento do Sindicato deliberado em Assembleia Geral extraordinária realizada a 21, 22, 23 e 24 de Junho de 2006 e integração no STRUP (publ. Agosto 2006).
	Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Colectivos do Distrito de Lisboa - TUL	Cancelamento do Sindicato deliberado em Assembleia Geral extraordinária realizada a 21 de Junho de 2006 e integração no STRUP (publ. Agosto 2006).
	Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários do Sul	Cancelamento do Sindicato deliberado em Assembleia Geral extraordinária realizada dias 21, 22, 23, 24 e 25 de Junho de 2006 e integração no STRUP (publ. Agosto 2006).
	Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Vila Real	Cancelamento do Sindicato deliberado em Assembleia Geral extraordinária em 17.06.06 e integração no STRUP (publ. Agosto 2006).
	Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal - STRUP	Pequena correcção aos artigos 57º. e 73º. dos estatutos (publ. Outubro 2006).
	Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro	Cancelamento deliberado em Assembleia Geral descentralizada realizada nos dias 26, 27 e 28 de Outubro de 2006 e integração no STRUP (publ. Janeiro 2007).

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Braga	Cancelamento deliberado em Assembleia Geral descentralizada realizada nos dias 27 e 28 de Outubro de 2006 e integração no STRUP (publ. Janeiro 2007).
Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal - STRUP	Pequena alteração a alguns artigos /Altera os artº. 23º., 88º. dos estatutos e 7º ponto e do registo eleitoral (publ. Janeiro 2007).

8.5. A Gestão Financeira e os Contratos Programa

As receitas de quotização dos sindicatos, tiveram uma evolução positiva em termos nominais no período em apreciação, como se demonstra no **Quadro – III**.

A quotização nominal dos sindicatos cresceu, nos últimos 4 anos, cerca de **1,14 %**, ou seja, a uma taxa média anual de crescimento de cerca de **0,29 %**. Por sua vez a quotização real (deflacionada) diminuiu no mesmo período cerca de **9,4%**, isto é, decresceu a uma taxa média anual de cerca de **2,3%**.

Quadro – III

Receitas de Quotização de Sindicatos filiados na CGTP-IN

(Un: Euros)

Anos	Sindicatos Inventariados	Quotização Nominal	Taxa de crescimento Nominal Acum.	Quotização Real deflacionada	Taxa de crescimento Real Acum.
2002	86	39.325.845		39.325.845	
2003	87	39.319.721	-0,02 %	38.063.621	-3,21 %
2004	87	39.866.751	1,38 %	37.688.649	-4,16 %
2005	86	39.525.252	0,50 %	36.525.716	-7,12 %
2006	82	39.773.140	1,14 %	35.649.653	-9,35 %
Tx. média	Anual cresc.tº		0,29 %		-2,33 %

A situação financeira ao nível central pautou-se pela contenção dos custos sem afectar a actividade sindical e em conformidade com o volume de receitas, nomeadamente da quotização. Há a realçar que as quotizações recebidas em **2006** atingiram **39.773.140** euros, quando em **2002** se cifraram em **39.325.845** euros, o que representa um crescimento nominal médio de cerca de **1,14 %**.

Por outro lado enquanto em **2002** as receitas de quotização representavam cerca de **83,7%** das receitas totais, em **2006** representavam cerca de **83,2%**.

No que se refere às despesas, elas têm acompanhado a evolução das receitas, evidenciando uma alteração estrutural. De facto, no ano de **2002** as despesas de funcionamento da Central (fornecimentos e serviços externos + remunerações de pessoal e dirigentes), representavam cerca de **78,5%** do total da quotização recebida. Em **2006**, os mesmos custos representavam cerca de **83,7%** das receitas de quotização, o que reflecte um agravamento acentuado.

É ainda de salientar que os custos com actividade sindical têm registado um aumento crescente ao longo dos últimos anos, com especial destaque para as transferências

1 para as Uniões Distritais que em **2002** eram de **498.800** euros e em **2006** de **635.000**
2 euros, o que equivale a um acréscimo nominal médio de cerca de **6,8 %** ao ano.

3
4 Quanto ao Património da Central, da análise comparada das principais rubricas dos
5 balanços de **2002, a 2006** são de realçar os seguintes aspectos:

6
7 a) O Activo Líquido era de **4.877.774** euros em **2002**, sendo de **5.213.908** no final de
8 **2006**, enquanto que os Capitais Próprios aumentaram no mesmo período cerca de
9 **461.246** euros;

10
11 b) O Passivo por seu lado registou também no mesmo período, uma diminuição de
12 **125.113** euros e representava em **2002** cerca de **23,1%** do Activo Líquido, enquanto
13 no final de **2006** esta relação passou para **19,0%**.

14
15 **O Fundo Central de Solidariedade e Reestruturação** constituído em Julho de **2000** no
16 âmbito da CGTP-IN e que nos regulamentares, podem recorrer os filiados nos casos de
17 insuficiência económica, para adoptarem processos de reestruturação sindical,
18 administrativa e financeira, desde a sua criação foram recebidos no Fundo cerca de
19 **748.800** euros provenientes de dotações da CGTP-IN, bem como de solidariedade
20 proveniente das entregas dos representantes da Central em diversos organismos.

21
22 No âmbito do respectivo regulamento foram assinados vários protocolos que se
23 traduziram em transferências a fundo perdido no montante de **243.736** euros. Foram
24 ainda transferidos no âmbito dos respectivos protocolos, **142.600** euros reembolsáveis
25 nos prazos definidos.

26
27 Foram também efectuadas comparticipações da CGTP-IN na aquisição de instalações
28 sindicais em Bragança, Horta, Santarém e Vila Real de Trás-os-Montes no montante de
29 **119.450** euros. Finalmente, é de salientar que o saldo do Fundo em 31 de Dezembro de
30 2007 é de **243.014** euros.

31
32 **Relativamente aos Contratos-Programa**, importa salientar que estão consagrados nos
33 Estatutos desde o 8º Congresso da CGTP-IN, continuam a revelar-se uma medida
34 transparente e responsabilizadora dos sindicatos, relativamente à definição e
35 concretização de objectivos de reforço de organização e reestruturação bem como ao
36 dever de quotização.

37
38 São de realçar os seguintes aspectos: A discussão dos contratos-programa e dos
39 compromissos neles assumidos, aumentou o número de sindicatos a estabelecer metas
40 concretas quanto à sindicalização, eleição de Delegados Sindicais e de representantes
41 para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, bem como medidas de contenção de
42 despesas e de reestruturação sindical, administrativa e financeira e ainda o numero de
43 sindicatos com a situação regularizada perante a CGTP-IN e as estruturas intermédias.

44
45 Entre **2004** e **2007** foram celebrados **27** contratos-programa e com origem nestes
46 contratos-programa a Central recebeu **75.000** euros de quotização recuperada de
47 sindicatos que tinham quotização em atraso, ou não pagavam quotização

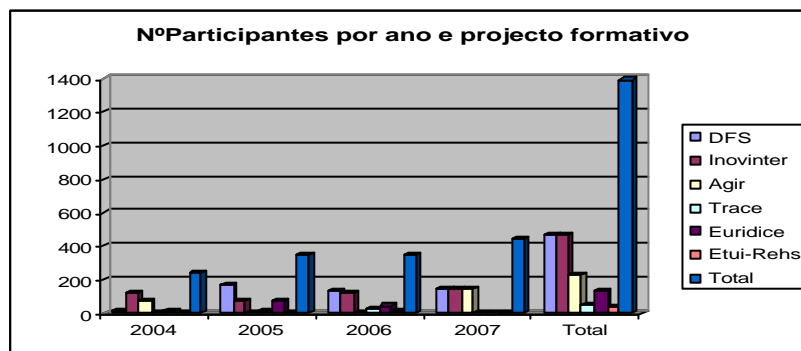
48 49 **9. A FORMAÇÃO SINDICAL** 50 51

1 Na perspectiva de que a formação sindical é um “instrumento fulcral para o
2 desenvolvimento, reforço e inovação da acção sindical e é um direito dos quadros
3 sindicais”, a actividade desenvolveu-se dando apoio à estrutura sindical,
4 construindo novos e inovadores materiais pedagógicos para o desenvolvimento do
5 sistema de formação, formando mais formadores sindicais e melhorando a
6 articulação dos meios disponíveis.

8 A Comissão Específica de Formação Sindical (CEFS) funcionou regularmente
9 (cerca de 3 reuniões por ano), definindo prioridades, analisando e aprovando os
10 conteúdos dos manuais formativos. Neste mandato houve uma recomposição da
11 CEFS, passando a integrar, para melhor coordenação, os directores do Inovinter e
12 do IBJC. O ponto fraco do funcionamento da CEFS é a irregularidade de
13 presenças dos seus membros e a sua falta de tempo para preparação
14 aprofundada das reuniões.

16 Realizaram-se 2 iniciativas de âmbito nacional:

- 17 – Encontro Nacional de Formação Sindical em 2004, envolvendo 152 quadros
18 sindicais, com o lema “Formar Mais, Agir Melhor”.
- 19 – Em 2006, realizaram-se dez encontros sobre FS, envolvendo 306 quadros
20 sindicais (9 Encontros Regionais e 1 Encontro Nacional de Formadores
21 Sindicais), com o lema “das ideias à Acção!”.



44

45 As acções de formação sindical desenvolvidas no âmbito do Departamento de FS
46 envolveram cerca de 1400 quadros e apresentaram uma tendência crescente ao
47 longo do mandato. Refira-se que parte desta formação foi realizada no âmbito do
48 projecto EQUAL – Agir para a Igualdade (4 acções de sensibilização em igualdade
49 de Oportunidades a quadros sindicais e 8 acções de formação “intervir para a
50 igualdade entre mulheres e homens no trabalho e na vida!”, destinadas a
51 professores/as das escolas associadas ao projecto.

52

53 As acções de formação organizadas e ministradas pelas diversas estruturas,
54 nomeadamente Federações/Sindicatos Nacionais (de que a FIEQUIMETAL e
55 FESAHT são bom exemplo por terem equipa de formadores e estratégia de
56 formação definida e adaptada ao sector) não integram este balanço.

58 9.1. Apoio à estrutura

59

60 Foi apoiada a estrutura na identificação de necessidades de formação,
61 planificação, organização de acções de formação e disponibilizando formadores.
62 Participámos em Encontros de FS a nível sectorial (FSTIEP, Sindicatos dos

1 Professores, S. T. Função Pública, Sul e Açores), apoio e assessoria (FESAHT,
2 STI, FSTIEP), acções de integração dos novos dirigentes (SEP).

3
4 Acções de formação promovidas pelo DFS ou em que participou a pedido das
5 estruturas sindicais, envolveram 472 quadros em 31 acções. Esta colaboração
6 ocorreu na Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, US. do Algarve, SEP,
7 Sindicato da Cerâmica, Fequimetal, Fenprof, CESP, SIEC, FESAHT, S. T.
8 Consulares, STI, Sector da Celulose, Gráfica e Imprensa, Sector Ferroviário,
9 FEVICCOM.

10
11 A formação realizada adaptou-se às necessidades e disponibilidade de tempo e
12 desenvolveu-se integrada no Sistema de Formação Sindical, nos seguintes
13 módulos e áreas:

- 14 • Formação Pedagógica de Formadores
- 15 • Reciclagem de Formadores Sindicais
- 16 • Organização e Intervenção Sindical no Local de Trabalho
- 17 • Acção Reivindicativa
- 18 • Acção Jurídica
- 19 • Comunicação / Informação e Propaganda no local de trabalho
- 20 • Trabalho de Direcção / planeamento / condução de reuniões.

21
22 Destacamos, ainda, a União dos Sindicatos de Santarém que promoveu com o
23 DFS/CGTP um Ciclo de Formação Sindical, ao longo de 5 meses (um dia por mês,
24 35 h), para 16 dirigentes e delegados sindicais, multitemática. Assim se respondeu
25 à necessidade de formação contínua dos quadros, conciliando com as limitações
26 de utilização dos créditos de tempo. Experiência idêntica à levada a cabo
27 anteriormente pela União Local de Sintra ao longo de um ano.

28
29 – Actividade em colaboração com o INOVINTER

30
31 Em colaboração com o Inovinter, realizaram-se 33 cursos com duração mínima de
32 30 horas cada, envolvendo 466 quadros sindicais, dos distritos de Aveiro, Beja,
33 Braga, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Guarda, Lisboa, Porto e Viana do Castelo.
34 As áreas temáticas abrangidas foram:

- 35 • Organização e Intervenção Sindical no Local de Trabalho
- 36 • Direitos Individuais e Colectivos dos Trabalhadores
- 37 • Organização do Trabalho e Direcção Sindical.
- 38 • Animadores de Formação Associativa (Formação de Formadores Sindicais)
- 39 • Técnicas de Comunicação I
- 40 • Economia e Organização Empresarial.
- 41 • Técnicas de Negociação
- 42 • Direito ao Trabalho e Sustentação do Emprego
- 43 • Toxicoddependência em Meio Laboral
- 44 • Globalização e Direitos dos Trabalhadores

45
46 Tanto a selecção dos/as participantes como dos/as formadores são da
47 responsabilidade do DFS em colaboração com as estruturas sindicais (regionais
48 e/ou sectoriais). Da avaliação feita ressalta a opinião dos participantes sobre o
49 importante papel de formação para a acção sindical e as dificuldades de
50 articulação entre créditos de tempo para a actividade sindical e participação em
51 acções em que é exigido um mínimo de 30 horas. Para estas acções, os/as

1 formadores/as sindicais terão de ser certificados/as pelo IEFP, o que tem colocado
2 dificuldades.

3
4 As acções previstas para Lisboa não têm sido aprovadas por estarem
5 enquadradas numa região não prioritária ao nível do financiamento do FSE.

6
7 – Actividade em colaboração com o IBJC

8
9 A formação sindical sobre SHST manteve-se na área de responsabilidade do IBJC.

10
11 A Comissão Específica de Formação Sindical iniciou o processo de monitorização
12 e validação dos conteúdos das acções de formação desenvolvidas por este
13 Instituto para quadros sindicais: Legislação Laboral, Técnicas de Negociação,
14 Técnicas de Comunicação e Doenças Profissionais.

15
16 No âmbito de candidaturas para elaboração de recursos didácticos, foram
17 concebidas malas pedagógicas (manuais, actividades de aprendizagem e
18 acetatos/transparências), para dar resposta a áreas do Sistema de Formação que
19 não dispunham destes materiais formativos actualizados ou por serem novas
20 áreas de formação. Apetrechámos as áreas da Organização Sindical, do Emprego,
21 do Diálogo Social, Concertação Social e Negociação Colectiva, da
22 Toxicodependência e da Globalização.

23 24 **9.2. Desenvolvimento do Sistema de Formação**

25
26 A matriz do Sistema de Formação Sindical não sofreu alteração, pois a avaliação
27 que foi sendo realizada mostrou que esta grelha de áreas e módulos temáticos
28 responde às necessidades dos sindicatos e quadros sindicais.

29
30 A análise feita direccionou-nos para o preenchimento de lacunas existentes na
31 construção de conteúdos e recursos pedagógicos para alguns módulos previstos.

32
33 Criámos alguns percursos formativos a partir da estrutura modular, respondendo à
34 procura formativa por parte das estruturas sindicais e à oferta formativa das
35 entidades com quem temos parceria.

36
37 Preenchemos em conteúdos e recursos alguns dos módulos, através de malas e
38 instrumentos pedagógicos de apoio à formação desenvolvidos no âmbito do
39 Projecto Trace.

40
41 A mala pedagógica:

- 42 – “Representação e Participação nas organizações Sindicais” destina-se ao nível
43 1 das áreas “Organização e Intervenção Sindical no LT” e “Acção
44 Reivindicativa” e nível 2 da área “História”;
- 45 – “Diálogo Social, Concertação Social e Negociação Colectiva” destina-se ao
46 nível 2 da área “Acção Reivindicativa”;
- 47 – “Globalização e Direitos dos Trabalhadores” destina-se ao nível 3 da área
48 “Sociedade, Economia e Desenvolvimento”;
- 49 – “Direito ao Trabalho e Sustentação do Emprego” destina-se ao nível 1 e 2 da
50 área “Emprego”;
- 51 – “Toxicodependência” destina-se ao módulo “Toxicodependência em meio
52 laboral” das unidades autónomas;

- 1 – O instrumento de análise “Matriz de Crise” desenvolvido e testado no âmbito do
2 Projecto Trace destina-se ao nível 3 da área “Empresa”.

3 4 **9.3. Formação Pedagógica de Formadores**

5
6 O reforço da rede de formadores sindicais constituiu uma prioridade, mas o
7 resultado alcançado é necessariamente pobre e limitado; nesse sentido foram
8 dados alguns passos que importa consolidar ao nível do apoio regular por parte do
9 DFS e de medidas organizativas ao nível das estruturas, de modo a que
10 disponham do tempo e dos meios necessários à sua preparação para o
11 desempenho da actividade formativa.

12
13 É de realçar ter sido possível realizar pela primeira vez cursos de formação
14 pedagógica de formadores nos Açores e na Madeira, permitindo assim o futuro
15 desenvolvimento da formação nas regiões com os recursos próprios.

16
17 Realizaram-se ainda acções para novos formadores, no Porto, em Beja e 2 em
18 Lisboa. Assim como, reciclagem de Formadores em Lisboa, e mais duas
19 destinadas especificamente aos formadores da FENPROF e da FESAHT.

20
21 Constituíram-se também equipas de formadores especializados na área da
22 Igualdade, em Lisboa e Coimbra, através do Projecto EQUAL – Agir para a
23 Igualdade que levou a cabo e 2 cursos certificados “Formação Pedagógica de
24 Formadores/as em Igualdade entre Mulheres e Homens”.

25
26 Na área da formação especializada podemos também considerar os formadores
27 em SHST formados e certificados pelo IBJC.

28 29 **9.4. Instrumentos pedagógicos inovadores**

30
31 A participação em projectos tem permitido desenvolver estudos e criar materiais
32 técnico-pedagógicos que enriquecem os meios ao dispor. Têm constituído, em
33 alguns casos, desafios à abordagem de novos temas e/ou à criação de
34 instrumentos de análise e intervenção inovadores, dos quais o principal exemplo é
35 a “Matriz de Crise” instrumento inovador na avaliação dos parceiros e gestão do
36 projecto a nível europeu; assim como a concepção de instrumentos de intervenção
37 sindical e em meio escolar, videogramas e bandas desenhadas, elaborados no
38 âmbito da Igualdade de Oportunidades contribuiu para um salto qualitativo na
39 formação sindical.

40 41 *Projecto TRACE*

42
43 Subscrevemos a parceria do Projecto TRACE, coordenado pela ETUI-REHS, no
44 qual participámos em 3 Acções-Chave:

- 45 – “Matriz de Crise”, desenvolvida em parceria com as CCOO, Espanha, de
46 responsabilidade da CGTP-IN incidindo no sector têxtil, nas regiões
47 transfronteiriças de Minho/Galiza, Beira Interior/Castela e Leão. Foi elaborada
48 uma matriz de análise de sinais de crise nas empresas, que foi testada e foi
49 objecto de acções de formação.
50 – “Comunicação e Coordenação dos CEE”, da responsabilidade das CCOO nos
51 sectores da banca, metalurgia e química.

1 – “A Relação Industrial para Governar a Mudança”, análise comparada da
2 realidade, no sector têxtil, entre Portugal e Itália, da responsabilidade da CGIL
3 e desenvolvida em parceria com a FESETE.
4

5 Nestes 3 projectos envolveram-se 22 dirigentes sindicais portugueses, tendo
6 participado em seminários formativos transnacionais em conjunto com dirigentes
7 das organizações parceiras.
8

9 Na fase de disseminação realizaram-se 2 cursos de formação de formadores
10 sindicais, nos Arquipélagos dos Açores e Madeira, com a participação de 30
11 dirigentes sindicais.
12

13 *Projecto EURÍDICE* – Prevenção das Toxicodependências em Meio Laboral

14 Continuámos a dinamizar e desenvolver este Projecto, em parceria com o Instituto
15 das Drogas e Toxicodependências, em várias empresas/organizações.
16

17
18 Constituíram-se grupos de trabalho com base nas parcerias constituídas para
19 acompanhamento do projecto, nomeadamente, na Câmara Municipal de Loures,
20 Câmara Municipal do Seixal, Yazaki e Hovione. A Yazaki saiu do Projecto em
21 2006.
22

23 No âmbito do projecto elaboraram-se diversos materiais de sensibilização sobre a
24 problemática que foram muito bem aceites pelos trabalhadores. Realizaram-se
25 inquéritos aos trabalhadores para identificar as representações sociais do
26 fenómeno da toxicodependência e o papel das diversas instituições da sociedade,
27 nos locais de trabalho onde estamos a intervir.
28

29 Realizaram-se 8 acções de sensibilização sobre a prevenção das
30 toxicodependências em meio laboral com uma carga horária de 16 horas,
31 envolvendo 136 trabalhadores de diversos grupos profissionais.
32

33 *Projecto AGIR*

34
35 O Projecto EQUAL – Agir para a Igualdade, do Programa de Intervenção
36 Comunitária EQUAL tem vindo a ser desenvolvido desde Outubro de 2001.
37

38 Com o trabalho de toda a parceria, foi possível a elaboração de 13 recursos
39 técnico pedagógicos.
40

41 Neste momento está em execução a Acção 3 do Projecto, que visa a
42 disseminação dos recursos técnico pedagógicos, que são o produto final de todo o
43 trabalho desenvolvido:
44

45 (i) Programa de Formação Pedagógica de Formadores/as em Igualdade entre
46 Mulheres e Homens; (ii) Programa de Formação Igualdade entre Mulheres e
47 Homens – Nível II; (iii) Programa de Formação Agir na Gestão de Recursos
48 Humanos para a Igualdade entre Mulheres e Homens; (iv) Programa de formação
49 de professores/as em igualdade entre mulheres e homens; (v) Perfil Profissional
50 Formador/a de Igualdade entre Mulheres e Homens; (vi) Caderno temático (fichas
51 de actividades pedagógicas); (vii) Manual de Acções Positivas para a Igualdade no
52 Trabalho e no Emprego; (viii) Guia de Direitos; (ix) DVD de apoio às acções de

1 sensibilização na área da igualdade entre mulheres e homens (seis pequenas
2 histórias); (x) DVD “Como desenvolver acções positivas nas empresas e
3 resultados do projecto”; (xi) Banda Desenhada de apoio às acções de
4 sensibilização na área da Igualdade entre Mulheres e Homens; (xii) Metodologias
5 de Intervenção para a igualdade entre mulheres e homens nos locais de trabalho;
6 (xiii) Metodologias de Análise das condições de trabalho na perspectiva de
7 promoção da Igualdade.

8 9 *Projecto REVALORIZAR O TRABALHO PARA PROMOVER A IGUALDADE*

10
11 Neste projecto irão ser concebidos módulos de formação da metodologia criada,
12 destinados a formar dirigentes, delegados/as sindicais e profissionais afectos/as
13 aos Recursos Humanos com a duração de 25 horas na análise objectiva e sem
14 enviesamentos de género nos postos de trabalho

15 16 **9.5. Cooperação internacional**

17 18 *ETUI-REHS*

19
20 A CGTP participou em diversas acções de formação do Instituto, tendo 42
21 camaradas integrado quer na qualidade de formandos quer de formadores,
22 Estágios de Formação de Euroformadores, Escola de Verão da CES, Formação
23 para futuros Dirigentes Sindicais Europeus, entre outros.

24
25 Continuou a nossa participação no Conselho Consultivo e na rede de formação
26 dos “países do alargamento” e das Euroformadores. Integrámos a equipa de
27 inovação pedagógica e desenvolvimento de novos programas e a equipa de
28 formadores conjunta com ACTRAV/OIT.

29 30 *OIT – ACTRAV*

31
32 Participámos no curso a distância “O ciclo de trabalho, a saúde e o ambiente”,
33 organizado pelo ACTRAV destinado a sindicatos latino-americanos.
34 Acolhimento de um grupo de 14 quadros sindicais da CPLP-Sindical, numa visita
35 de estudo, durante uma semana, no âmbito do curso “Formação em Tecnologia da
36 Informação para Sindicatos”.

37 38 39 **10. A INFORMAÇÃO E PROPAGANDA SINDICAIS**

40
41 Apoio ao esclarecimento de dirigentes, delegados e activistas sindicais, através
42 sobretudo

- 43
- 44 • da edição e distribuição do “CGTPAcção” de acordo com as seguintes
45 características:
 - 46 – Produção temática: “Uma Educação Pré-Escolar Pública de Qualidade
47 Universal e Gratuita”, “O caminho Seguro para Concretizar a Mudança”,
48 “Garantir a Igualdade Agir para Mudar”, “Conferência Sindical – Funções do
49 Estado e Administração Pública”, “Governo Chama Privilégios aos Direitos”,
50 “A Sustentabilidade Financeira da Segurança Social”, “Justiça para Todos”;
51 “Encontro nacional de Representantes de Segurança, Higiene e Saúde no

1 *Trabalho*”; “Segurança Social”, “IVG – em movimento pelo sim”, “Livro
2 Branco”;

- 3 – Edição unitária de 3.500 exemplares;
- 4 – Edição média com periodicidade trimestral.

- 5
- 6 • da publicação de documentação diversa:
 - 7 – Documentos aprovados no 10.º Congresso
 - 8 – Documentos a apresentar ao 11.º Congresso
 - 9 – Edição de “Documento Enquadrador e Resolução” sobre a Conferência
 - 10 Sindical “Funções do Estado e Administração Pública”.
 - 11 – Edição do “Guia dos Direitos dos Trabalhadores”.
 - 12 – Edição de brochura sobre a “Política Reivindicativa para ...” cada um dos
 - 13 anos a que se refere o mandato
 - 14 – Edição de documentos preparatórios da 4.ª Conferência sobre “Igualdade
 - 15 entre Mulheres e Homens”.
 - 16 – Edição de várias brochuras referentes aos documentos finais da 4.ª
 - 17 Conferência sobre a Igualdade entre Mulheres e Homens.
 - 18 – Edição de documento base sobre a 4.ª Conferência sobre Organização
 - 19 Sindical “Dar + Força aos sindicatos / Organização e Acção mais Eficazes
 - 20 nos Locais de Trabalho”.

- 21
- 22 • Tempos de Antena: produziram-se 23 tempos de antena de 2004 a 2007
- 23

- 24 • outras edições:

- 25 – Inter-Reformados, Cadernos de Organização e Quadros, CGTP Cultura,
- 26 Boletim da Igualdade, Inter-Consumidores
- 27

- 28 • Concepção, execução, reprodução e distribuição de materiais de propaganda,
- 29 nomeadamente folhetos, cartazes, cartazetes, tarjas, tempos de antena,
- 30 cassetes de rua, *muppies*, etc; (produziram-se em 4 anos, 269.165 cartazes,
- 31 130.250 autocolantes, 478.100 desdobráveis/brochuras/folhetos).
- 32

- 33 • Colaboração pontual com Uniões ou outras organizações do movimento
- 34 sindical, bem como movimentos cívicos como CPPC (Conselho Português para
- 35 a Paz e a Cooperação), o FSP (Fórum Social Português, iniciativa de encontro
- 36 de organizações e movimentos sociais, em que a CGTP-IN também participou),
- 37 organizações da Acção Católica (JOC e LOC), entre outras.
- 38

- 39 • Concepção e realização do filme e de toda a animação, multidisciplinar e
- 40 interactiva, que abriu o 10.º e o 11.º Congressos da CGTP-IN.
- 41

- 42 • A presença da CGTP-IN na Internet reflectiu a actividade da central,
- 43 particularmente, dando visibilidade na Web às iniciativas mais destacadas nos
- 44 planos laboral, social e político. Ao mesmo tempo evoluiu no aspecto
- 45 tecnológico e procurou acompanhar o aumento das potencialidades do uso da
- 46 Internet.
- 47

48 A base tecnológica em que assenta a página da CGTP-IN na Web deixou de
49 utilizar software proprietário, pago, e passou a utilizar software aberto, gratuito. O
50 site institucional da central foi adaptado aos novos standards da Web. No plano
51 dos conteúdos está a acompanhar as tendências da designada Web 2.0,

1 aumentando a disponibilidade de elementos multimédia, designadamente, áudio e
2 vídeo.

3
4 A Central participou com iniciativas específicas na *Web (sites)* para dinamizar as
5 suas posições no referendo à Interrupção Voluntária da Gravidez e promover a
6 Greve Geral de 30 de Maio de 2007. O XI Congresso da CGTP-IN tem uma
7 presença autónoma na *Web* com um *site* próprio.

8
9 Apoiou também o Fórum Social Português transpondo-lhe o site de *software*
10 proprietário para *software* gratuito.

11
12 De assinalar, de modo crítico, nesta área de trabalho, a exígua produção
13 multimédia, a necessidade de encurtar prazos de produção gráfica, não obstante a
14 falta de controlo dos serviços sobre a rede de distribuição e sobre a impressão
15 gerada a partir da estrutura distrital e local, assim como, as tarefas concebidas a
16 montante da execução.

17 18 19 **11. A COMUNICAÇÃO SOCIAL E AS RELAÇÕES PÚBLICAS**

20
21 O Departamento de Comunicação Social em interacção com os demais
22 Departamentos procedeu à redacção e emissão de comunicados e notas, num
23 total respectivo de 209 e 353, exprimindo as posições da CGTP-IN acerca de
24 diferentes matérias como:

- 25
26 • Igualdade entre Mulheres e Homens, Sinistralidade Laboral, Exclusão,
27 Produtividade, Privatizações e Venda de Imóveis do Estado, Emprego,
28 Questões da Guerra e da Paz, Custo de Vida, Organização do Tempo de
29 Trabalho, Fiscalidade, Segurança Social, Políticas de Saúde e do
30 Medicamento, Interrupção Voluntária da Gravidez, Maternidade/Paternidade,
31 Contratação Colectiva, Desemprego, Políticas para a Educação, Legislação
32 Laboral, Políticas Salariais, Precariedade, entre outras.

33
34 Informou e apresentou propostas acerca das grandes questões sindicais aos
35 responsáveis dos órgãos de comunicação social, em tempo adequado e oportuno.

36
37 Realizou, de forma assídua encontros com jornalistas especializados nas
38 temáticas sindicais, sociais e económicas, em especial os motivados pelo sinuoso
39 processo da regulamentação do Código do Trabalho e pela realização do 10º
40 Congresso e da Conferência Internacional que o precedeu, bem como salário
41 mínimo nacional, o acesso à justiça, a segurança social, entre outras temáticas.

42
43 Promoveu a realização do colóquio “O Poder da Comunicação Social – Informação
44 ou Manipulação”, dia 28 de Outubro de 2004, em Lisboa, que juntou sindicalistas e
45 pensadores do fenómeno comunicacional e apontou vias de intervenção do
46 movimento sindical unitário nesta área.

47
48 Assegurou a representação da CGTP-IN no Conselho de Opinião da RTP/RDP.

49
50 Forneceu aos jornalistas estudos e pareceres de especialistas da CGTP-IN sobre
51 questões de relevância social e económica.

1 Em 2004, por efeito da entrada em vigor do Código de Trabalho e subsequente
2 regulamentação, registou-se um aumento substancial dos trabalhadores que
3 pediram esclarecimentos a este Departamento, ora por via telefónica, ora por via
4 correio electrónico, ora por contacto directo. Ao longo dos anos de 2004, 2005,
5 2006 e 2007, registou-se um número crescente de pedidos de esclarecimento e
6 informação por parte de trabalhadores, sem contar com os estudantes ou
7 investigadores que solicitaram documentação e outro tipo de apoio para estudos e
8 ensaios que estão a elaborar. Mais foram também os trabalhadores não
9 sindicalizados encaminhados por este departamento para os sindicatos
10 competentes. As Relações Públicas têm vindo, progressivamente, a fazer a
11 triagem das chamadas e pedidos de audiência endereçados a dirigentes da
12 Confederação.

13
14 Apesar de, neste domínio, se poder considerar operativa e adequada a resposta
15 dos serviços, convém assinalar como insuficiente o acompanhamento que se julga
16 devido a cada “dossier” aberto. Isto é, a partir do encaminhamento para a estrutura
17 sindical respectiva, a CGTP-IN não só não obteve o sentido do processo, como
18 não registou qualquer sinal quanto à resposta solicitada pelo trabalhador.

20 **12. OS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E O CUMPRIMENTO DO MANDATO**

22 **12.1. Plenário de Sindicatos**

23
24
25 O Plenário de Sindicatos reuniu regularmente, quer em sessões ordinárias para
26 aprovação dos orçamentos e planos gerais de actividade, quer em sessões
27 extraordinárias, nestes casos sempre por iniciativa do Conselho Nacional,
28 perfazendo um total de 11 sessões.

29
30 Nas reuniões realizadas registou-se, em média, a presença de 79 associações
31 sindicais, contando-se, entre estes, os sindicatos não filiados que, nos termos
32 estatutários, apenas não participam nas deliberações sobre as contas e relatórios,
33 bem como os orçamentos e planos gerais de actividade e, ainda, as federações,
34 uniões e as organizações específicas (Interjovem, Inter-Reformados e Comissão
35 para a Igualdade entre Mulheres e Homens).

36
37 As reuniões do Plenário de Sindicatos tiveram, em média, a presença de 484
38 delegados.

39
40 O Plenário de Sindicatos aprovou o seu Regulamento de Funcionamento, na
41 sessão de 31.03.04 e elegeu o Conselho Fiscalizador na sessão de 30.06.04.

42
43 No âmbito do cumprimento das suas obrigações estatutárias, o Plenário de
44 Sindicatos analisou com regularidade a situação político-sindical, e aprovou um
45 importante conjunto de resoluções e moções com vista a definir, em cada
46 momento, os objectivos reivindicativos da Central e as acções de luta a
47 desenvolver.

48
49 O Plenário de Sindicatos continuou a desempenhar um importante papel para o
50 conhecimento da realidade sócio-laboral do país, um espaço privilegiado de
51 debate sindical e um elemento aglutinador dos problemas específicos dos

1 diferentes ramos e sectores económicos, contribuindo, dessa forma, para o reforço
2 e coesão de todo o movimento sindical.

3
4 Pese embora, alguns aspectos menos positivos que se registaram no
5 funcionamento das reuniões, designadamente em termos da participação plena e
6 activa dos delegados, O Plenário de Sindicatos cumpriu com eficácia o seu papel
7 de órgão máximo entre congressos.

8 9 **12.2. Conselho Fiscalizador**

10
11 O Conselho Fiscalizador, eleito pelo Plenário de Sindicatos, na reunião de
12 30.06.04, ficou constituído pelas seguintes associações sindicais: Sindicato dos
13 Trabalhadores da Administração Local; Sindicato dos Trabalhadores da Função
14 Pública do Sul e Açores; Sindicato dos Enfermeiros Portugueses; Sindicato
15 Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações; Sindicato dos
16 Trabalhadores das Industrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul; Sindicato
17 dos Trabalhadores da Indústria Vidreira; Sindicato dos Operários Corticeiros do
18 Norte.

19
20 O Conselho Fiscalizador exerceu com regularidade e eficácia as suas
21 competências estatutárias, mas reconhece-se a possibilidade e interesse em
22 dinamizar mais a sua intervenção, com vantagem para as funções dos órgãos de
23 direcção da Central.

24 25 **12.3. Conselho Nacional**

26
27 O Conselho Nacional, eleito pelo 10º Congresso, tomou posse em 11.02.04 e na
28 sua primeira reunião, realizada nesse mesmo dia, aprovou, na generalidade, o seu
29 Regulamento de Funcionamento (com aprovação definitiva em 02.03.05) e elegeu
30 a sua Comissão Executiva, o seu Secretariado e o Secretário-Geral.

31
32 No decorrer do mandato, o Conselho Nacional aprovou a constituição das
33 seguintes comissões específicas permanentes, definindo a sua composição e
34 atribuições: Administração Pública (24.03.04); contratação colectiva (05.05.04);
35 segurança, higiene e saúde no trabalho (05.05.04); cultura e tempos livres
36 (17.05.05); organização sindical (23.11.05); formação profissional e qualificação
37 (06.07.05); educação e ensino (07.04.06); formação sindical (04.05.06); igualdade
38 e combate às discriminações (21.06.06).

39
40 Ao longo do exercício, o Conselho Nacional reuniu regularmente, perfazendo um
41 total de **29** reuniões, registando-se uma participação média de **95** conselheiros.

42
43 Perderam o mandato, por motivo de falecimento, os conselheiros António Américo
44 da Silva Leal e Francisco José da Silva C. Grade e por terem pedido a demissão
45 ou terem deixado de participar António Manuel da Silva Amaral, Cílio Pereira
46 Correia, João Paulo Rebelo da Silva, Maria Luísa F. Bota, Miguel Vital A. Sousa e
47 Rui Eugénio F. Lourenço, registando-se, ainda, o pedido de suspensão de funções
48 por parte de José António A. Rosado.

49
50 O Conselho Nacional desempenhou com empenho as suas competências
51 estatutárias, assegurando uma eficaz acção de direcção da actividade sindical.
52 Procedeu com regularidade à análise da situação político-sindical, definindo as
53 acções a desenvolver, deliberou sobre as posições a assumir pela CGTP-IN face

1 às principais questões sindicais, aprovou as propostas a apresentar ao Plenário de
2 Sindicatos e deu andamento às decisões por este tomadas. Organizou as
3 comemorações do 1º de Maio, definiu a programação dos aniversários da CGTP-
4 IN e convocou a Greve Geral de 30 de Maio de 2007, bem como as diversas
5 manifestações e outras acções de massas que ocorreram durante o mandato. O
6 Conselho Nacional promoveu, também, um importante conjunto de iniciativas para
7 debate de questões temáticas com interesse para a acção sindical, algumas das
8 quais contaram com a participação de especialistas de reconhecida competência
9 nas matérias tratadas.

10
11 Retirando-se um balanço positivo, em termos gerais, do exercício do mandato, não
12 pode deixar de se apontar alguns défices no funcionamento das reuniões que se
13 expressaram designadamente em participações menos empenhadas, na
14 preparação menos cuidada dos assuntos a tratar em cada reunião, daí decorrendo
15 insuficiências de análise, para as quais, sem dúvida, também concorreram as
16 limitações dos tempos de debate.

17 **12.4. Secretariado do Conselho Nacional**

18
19
20 O Secretariado do Conselho Nacional, eleito em 11.02.04, ficou constituído pelo
21 Secretário-Geral Manuel Carvalho da Silva, pelos membros da Comissão
22 Executiva Deolinda Carvalho Machado, Fernando José Machado Gomes, João
23 António Torrinhos Paulo, Maria Graciete Martins da Cruz e pelo membro do
24 Conselho Nacional Joaquim Filipe Coelhas Dionísio.

25
26 O Secretariado aprovou o seu Regulamento de Funcionamento em 18.02.04.
27 Nessa mesma reunião, além de definir os objectivos de trabalho, fixou a atribuição
28 de responsabilidades e as tarefas específicas de cada um dos seus membros.

29
30 O Secretariado respondeu às diversas tarefas que lhe estão atribuídas e revelou-
31 se um importante instrumento de execução da gestão corrente da CGTP-IN e da
32 situação financeira da Central.

33
34 Com regular eficácia, o Secretariado deu andamento às diversas solicitações
35 provenientes de organismos públicos e privados no sentido de assegurar a
36 representação e participação da CGTP-IN em diversos eventos de natureza
37 diversa.

38
39 O Secretariado reuniu, em regra, semanalmente e extraordinariamente sempre
40 que as circunstâncias o exigiram, cumprindo cabalmente as funções cometidas
41 pelo Conselho Nacional.

42 43 44 **12.5. Comissão Executiva do Conselho Nacional**

45
46 A Comissão Executiva do Conselho Nacional, eleita em 11.02.04, ficou constituída
47 pelos seguintes dirigentes: Adão Ribeiro Mendes; Amável José Alves; Arménio
48 Horácio Alves Carlos; Armindo Amaro de Carvalho; Carlos Manuel Alves Trindade;
49 Deolinda Carvalho Machado; Fernando José Machado Gomes; Florival Rosa
50 Lança; Francisco José Santos Braz; João António Torrinhos Paulo; João da Silva;
51 João Fernando Fernandes Lourenço; João Fernando Freitas Torres; Joaquim
52 Almeida da Silva; José Carlos Correia Martins; José Ernesto Ribeiro Cartaxo;
53 Manuel António Teixeira de Freitas; Manuel Carvalho da Silva; Manuel Francisco

1 Guerreiro; Maria da Conceição R. dos Santos de Sousa; Maria de Fátima Marques
2 Messias; Maria do Carmo de C.Tavares Ramos; Maria Graciete Martins da Cruz;
3 Maria Luísa Marques Pinto Batista; Paulo Jorge Agostinho Trindade; Paulo Oliveira
4 Sucena; Rui Eugénio Ferreira Lourenço; Rui Manuel Neto Paixão; Ulisses Maria de
5 Matos S. Garrido.

6
7 A Comissão Executiva propôs, por unanimidade, ao Conselho Nacional a eleição
8 de Manuel Carvalho da Silva para o cargo de Secretário-Geral.

9
10 No decurso do mandato ocorreram as substituições de Paulo A. Trindade por Ana
11 Joaquina Gomes Avoila (21.06.06); de Rui E. F. Lourenço por Maria de Fátima
12 Anjos Carvalho (05.01.07); de Paulo O. Sucena por Mário de Oliveira Nogueira
13 (05.06.07).

14
15 Na sua reunião de 07.12.04, a Comissão Executiva aprovou, em definitivo, o seu
16 Regulamento de Funcionamento, definindo as funções de cada um dos seus
17 membros, as áreas e departamentos de acção sindical e a estrutura de
18 acompanhamento da actividade a nível das regiões e sectores.

19
20 Ao longo do seu mandato a Comissão Executiva reuniu com regularidade
21 quinzenal em sessões ordinárias e extraordinariamente por **8** vezes, perfazendo
22 em total de **110** reuniões.

23
24 A Comissão Executiva garantiu o cumprimento e execução das tarefas cometidas,
25 em cada momento, pelo Conselho Nacional e pelo Plenário de Sindicatos,
26 assegurou a direcção político-sindical da Confederação, a direcção das áreas e
27 frentes de trabalho constituídas e a coordenação da acção sindical nas diversas
28 regiões e sectores.

29
30 No quadro das suas funções, assegurou a representação da CGTP-IN nos
31 múltiplos contactos institucionais decorrentes da actividade sindical. Do mesmo
32 modo, garantiu a intervenção da Central no Conselho Económico e Social e na
33 Comissão Permanente de Concertação Social, actividade que exigiu uma
34 participação constante, qualificada e determinada na defesa das posições sindicais
35 face à importância das questões em debate. Assegurou, igualmente, a intervenção
36 da CGTP-IN nos diversos órgãos e organismos de participação sindical, quer
37 nacionais, quer comunitários, directamente ou por via dos representantes para eles
38 designados, acompanhando a sua actividade.

39
40 Por intermédio dos seus membros e, por vezes também, de membros do Conselho
41 Nacional, participou em inúmeras iniciativas (conferências, seminários, colóquios,
42 debates), promovidas, quer por entidades oficiais, quer privadas, para que a
43 Confederação foi convidada.

44
45 A actividade da Comissão Executiva processou-se com normalidade e eficácia no
46 tratamento e resolução dos problemas inerentes às suas funções, malgrado
47 algumas insuficiências reconhecidas designadamente no défice de análise de
48 algumas questões temáticas, na articulação do debate ao nível das áreas de acção
49 sindical e no próprio seio destas, no acompanhamento e controle de execução das
50 decisões tomadas, no acompanhamento dos sectores e regiões não representados
51 na CECO, bem como no deficiente acompanhamento da actividades dos
52 representantes sindicais nos órgãos e organismos de participação sindical.

1
2 O exercício da direcção político-sindical e de coordenação da actividade da
3 estrutura sindical, atribuído estatutariamente à Comissão Executiva, revelou-se
4 eficaz e satisfatório, em termos gerais.

5 *12.5.1. Secretário-Geral*

6
7 O Secretário-Geral, eleito pelo Conselho Nacional em 11.02.04, exerceu as
8 competências regulamentares que lhe foram atribuídas, assegurando a
9 coordenação e articulação da actividade dos órgãos da Central, promovendo a
10 representação da CGTP-IN, garantindo a execução das orientações e decisões
11 tomadas e o andamento dos assuntos carecidos de resolução imediata.

12
13 No quadro das suas funções e em representação da Direcção da Central integrou
14 inúmeras acções de protesto e luta dos trabalhadores, a nível de empresas e
15 sectores de actividade, promovidas pelas respectivas organizações sindicais.

16
17 A Comissão Executiva, no seu balanço de mandato, considera ser importante
18 reforçar o trabalho de coordenação desenvolvido pelo Secretário-Geral junto da
19 áreas e na exigência de articulação do trabalho entre elas, podendo esta acção
20 constituir-se como um elemento importante para colmatar os défices atrás
21 enunciados e para assegurar que a Central tenha uma direcção efectiva que a
22 dirige como um todo integrado.

23
24 A sua participação em múltiplas e variadas iniciativas promovidas por entidades
25 oficiais, organizações cívicas, sociais e profissionais, universidades e associações
26 de estudantes, bem como os convites da comunicação social para intervir em
27 debates ou produzir artigos de opinião, comprovam o prestígio da CGTP-IN e o
28 reconhecimento da importância da sua actividade na sociedade.

29 30 **12.6. Apreciação geral**

31
32 Em termos globais, os órgãos da Central cumpriram com empenho e eficácia as
33 funções que lhes foram atribuídas. Para tal, muito contribuiu o apoio inestimável de
34 todos aqueles que participaram nas actividades da CGTP-IN.

35 Às personalidades e organizações não sindicais que se disponibilizaram a partilhar
36 com a CGTP-IN as suas estimulantes reflexões, é devido um agradecimento muito
37 especial pelo valioso contributo daí decorrente para a actividade sindical.

38
39 Aos representantes sindicais nos órgãos e organismos de participação sindical,
40 nacionais e comunitários, aos técnicos do Gabinete de Estudos e aos que,
41 habitualmente, colaboram com a CGTP-IN, bem como aos funcionários da Central,
42 a CGTP-IN agradece, muito reconhecida, o empenho e disponibilidade da sua
43 participação e a elevada qualidade dos seus contributos para o desenvolvimento
44 da acção sindical.

45
46 No termo do seu mandato, a Direcção da CGTP-IN está convicta que a acção
47 global de toda a sua estrutura foi um factor determinante na defesa dos direitos
48 dos trabalhadores portugueses e na promoção dos seus interesses sócio-
49 profissionais.

1 A acção desenvolvida pela CGTP-IN comprovou a validade e perenidade do
2 sindicalismo, reforçou a sua implantação no seio dos trabalhadores e consolidou o
3 seu prestígio na sociedade.
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13

1
2
3
4

ANEXO A

ACÇÕES PROMOVIDAS A NÍVEL CENTRAL

DATA	ACTIVIDADE
23.01.04	Marcha Nacional pela Educação (CGTP/FENEPROF)
26.02.04	Tribuna Pública contra o aumento do custo de vida e o desemprego, pelo crescimento dos salários e a defesa dos direitos (Aveiro)
27.02.04	Tribuna Pública – idem -(Porto, Braga e Coimbra)
01.03.04	“Cordão humano” Pçª Figueira à AR – entrega colectiva à Comissão Parlamentar de Trabalho dos pareceres do MSU sobre Regulamentação do Código do Trabalho
03.03.04	Tribuna Pública (FCSAP)
08.03.04	Iniciativas diversas para assinalar o Dia Internacional da Mulher
11.03.04	Jornada de Luta Nacional contra a carestia e o desemprego, salários dignos, direitos e serviços públicos
20.03.04	Manifestação “Pela paz, contra a guerra, fim da ocupação do Iraque” (participação com outros promotores)
07.04.04	Acção em defesa do Serviço Nacional de Saúde – concentração em Picoas e desfile até Ministério da Saúde
25.04.04	Manifestação comemorativa do 30º aniversário do 25 de Abril (participação com outros promotores)
01.05.04	Manifestações em cerca de 60 localidades e grande participação popular em Lisboa
10.05.04	Tribuna Pública sobre o ensino – Viseu (CGTP/USV/FENEPROF)
13.05.04	Tribuna Pública sobre novas comunidades urbanas, lei da água, privatizações e esvaziamento do poder local (CGTP/USP/STAL)
13.05.04	Concentração e desfile para AR – votação da PL Regulamentação do Código do Trabalho (CGTP/USL)
18.05.04	Tribuna Pública sobre política de saúde (CGTP/USC/SEP)
06.07.04	Concentrações em várias localidades para reclamar eleições legislativas antecipadas
15.07.04	Jornada de Luta pela defesa da contratação colectiva e direitos sindicais com concentrações em Lisboa e Porto
10.11.04	Dia Nacional de Luta “Basta de injustiças e desigualdades – um novo rumo é possível” com concentrações e manifestações em Lisboa e Porto
08.03.05	Comemoração do Dia Internacional da Mulher
19.03.05	Participação na manifestação europeia (Bruxelas) “mais e melhor emprego, Europa Social, stop Bolkestein” – CES
19.03.05	Participação na concentração (Lisboa) “contra a ocupação do Iraque e pela paz no médio-oriente”
20.03.05	Concentração “pela regularização e integração de todos os imigrantes” (Lisboa)
30.03.05	Plenário de sindicatos aberto a activistas com desfile e concentração junto à sede da CIP contra bloqueio à contratação colectiva
25.04.05	Iniciativas diversas e participação na manifestação comemorativa do 31º aniversário do 25 de Abril
01.05.05	Comemorações do 1º de Maio
28.06.05	Dia Nacional de Luta – “Basta de injustiças, é urgente outra política”
27.07.05	Tribuna Pública “A verdade sobre as alterações ao Código – pela contratação colectiva, pelos direitos”
01.11.05	Comemoração do 35.º aniversário da CGTP -IN
20.11.05	Manifestação nacional da Administração Pública com participação de representações do sector privado
10.11.05	Jornada Nacional de Luta
07.12.05	Tribuna Pública pela revogação das normas gravosas do Código do Trabalho
12.1.12.05	Semana de convergência de lutas

--01.06	Início da campanha pela efectivação do direito à formação profissional
14.02.06	Participação na manifestação em Estrasburgo contra a Directiva Bolkestein
07.03.06	Acção de protesto “garantir a contratação colectiva, defender direitos, aumentar os salários” – concentração junto à CIP com desfile até ao Ministério do Trabalho
08.03.06	Iniciativas diversas – Dia Internacional da Mulher
18.03.06	Participação na concentração, em Lisboa, contra a ocupação do Iraque
28.03.06	Manifestação em Lisboa – Dia Nacional da Juventude
01.04.06	Manifestações em Lisboa e Porto “contra desemprego e precariedade, emprego com direitos – contra a carestia, melhores salários”
01.05.06	1º de Maio – “emprego, salários, direitos – contra a precariedade e o desemprego” (68 iniciativas em 42 locais, envolvendo 100 mil no total e 50 mil em Lisboa)
26.27.05.06	Encontro Internacional de Solidariedade com os trabalhadores e povos do Médio Oriente (participação de organizações sindicais estrangeiras)
08.06.06	Dia Nacional de Luta em defesa da segurança social, contra aumento custo de vida e melhoria dos salários, em defesa do emprego contra a precariedade, pela contratação colectiva e revogação das normas gravosas do Código do Trabalho, em defesa de uma AP ao serviço dos cidadãos e pelos direitos sociais, pela defesa e promoção contratação colectiva (manifestações e concentrações em todos os distritos)
12.07.06	Assembleia Sindical de Representantes dos Trabalhadores – situação económica e social; segurança social; AP e funções sociais - Coliseu dos Recreios com desfile para S. Bento
01.10.06	36º aniversário da CGTP-IN – iniciativas diversas
12.10.06	Protesto Geral pela Mudança de Políticas – manifestação nacional em Lisboa, Rossio à AR, com mais de cem mil manifestantes – contra propostas do Governo para a segurança social e a AP, pelo emprego com direitos, pela contratação colectiva e melhoria dos salários
07.11.06	Entrega colectiva à Comissão de Trabalho da AR dos pareceres sindicais sobre a Proposta de Lei nº88/X (regulamentação do CT aos acidentes de trabalho e doenças profissionais)
15.11.06	Plenário Nacional de Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais Lisboa (Cinema S. Jorge) – Proposta da LBSS; política de saúde; acidentes de trabalho e doenças profissionais – desfile para a AR para entrega dos pareceres sindicais sobre a Proposta da LBSS
25.11.06	Manifestação Nacional e Geral de Protesto pela Mudança de Políticas – concentrações e manifestações em 21 cidades que mobilizaram muitos milhares de trabalhadores – segurança social, AP, emprego, salários.
	2007 Ano de Combate à Precariedade
02.03.07	Acção Nacional de Luta Convergente – Juntos pela Mudança de Políticas
08.03.07	Dia Internacional da Mulher – iniciativas diversas
28.03.07	Dia Nacional de Luta dos Jovens Trabalhadores
18.04.07	Plenário de Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais
01.05.07	Comemorações do 1º de Maio
26.05.07	“Correr com o Racismo” (Interjovem)
30.05.07	Greve Geral
05.07.07	Concentração/manifestação “Emprego com Direitos – Europa Social” – Guimarães
18.10.07	Manifestação “Por uma Europa Social – Emprego com Direitos”
22.11.07	Dia Nacional de Mobilização dos Trabalhadores e Sensibilização da Opinião Pública em torno das Propostas Reivindicativas da CGTP-IN
13.12.07	Plenário de Dirigentes, Delegados e Activistas
....12.07	“Natal das Desigualdades” – iniciativas diversas a nível das regiões e sectores
16.01.08	Início da Estafeta contra a Precariedade (IJ/CGTP)
24.01.08	Acção Nacional de Luta Convergente dos Sectores e Empresas

1
2
3
4
5

ANEXO B

INICIATIVAS TEMÁTICAS

DATA	ACTIVIDADE
29.01.04	Conferência Internacional "O Direito de Trabalho e a Negociação Colectiva – O Novo Contrato Social"
20.05.04	Encontro nacional de dirigentes, delegados e activistas sobre a imigração
14.07.04	Seminário Migrações e Acção Sindical contra a Discriminação Racial e Religiosa e a Xenofobia em Portugal (em parceria com a Confederação Europeia de Sindicatos)
18.09.04	Sessão Evocativa do 25º aniversário do Serviço Nacional de Saúde
23 e 24.10.04	Encontro de sindicalistas, conselheiros das comunidades e dirigentes associativos na Europa (Luxemburgo)
28.10.04	Colóquio "o poder da comunicação social: informação ou manipulação?"
03.11.04	Fórum Poder Local, Descentralização e Regionalização – que futuro? (STAL/CGTP)
04.11.04	Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (Coimbra)
18 e 19.11.04	Encontro Nacional de Formação Sindical
16.12.04	Seminário sobre Condições de Trabalho, Projecto EQUAL – Agir para a Igualdade
21.03.05	Debate sobre o Processo de Bolonha
15.04.05	4º Conferência sobre Igualdade entre Mulheres e Homens
18.05.05	Conferência Sindical "Funções do Estado e Administração Pública"
03.06.05	5ª Conferência da Interjovem
16.11.05	Debate sobre contratação colectiva
27.01.06	Debate "O Acesso ao Direito e ao Apoio Judiciário"
11.02.06	Debate sobre a Directiva Bolkestein (promovido com outras organizações)
15.03.06	Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados e Activistas da Imigração
05.04.06	Debate "As condições de trabalho, a igualdade e o valor do trabalho na contratação colectiva"
06.04.06	Encontro Nacional de Representantes de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho
26.27.05.06	Encontro Internacional de Solidariedade com os Trabalhadores e Povos do Médio Oriente
22.06.06	Encontro Nacional de Formação Sindical
26.06.06	Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados e Activistas da Imigração
30.09.06	Debate sobre a Segurança Social
06.10.06	Debate sobre Direito Laboral – Funchal
10.11.06	Debate "A Reparação dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais"
26.01.07	4ª Conferência sobre Organização Sindical
13.04.07	Conferência Sindical sobre Formação e Qualificação Profissional
21.06.07	Debate "A Flexigurança e o Código do Trabalho"
28.09.07	Debate "Como é gasto o nosso dinheiro na saúde e como garantir a sustentabilidade do SNS" (Lisboa)
08.11.07	Debate sobre o Serviço Nacional de Saúde (Porto)
18.01.08	Seminário "Flexigurança – Mais Precariedade e Discriminação, NÃO!"

6